



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE

Ciências Sociais - Licenciatura

Campus Chapecó, dezembro de 2020



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rafael Santin Scheffer

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan



Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	15
4 JUSTIFICATIVA.....	17
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Didático-pedagógicos).....	23
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	29
7 PERFIL DO EGRESSO.....	30
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	191
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	193
11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	195
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	197
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	203
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211
15 ANEXOS.....	212
ANEXO I - MANUAL DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA.....	212
ANEXO II - REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA.....	230
ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES.....	236
ANEXO IV - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	241
ANEXO V – REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES.....	248



1 DADOS GERAIS DO CURSO

- 1.1 Tipo de curso:** Graduação
- 1.2 Modalidade:** Presencial
- 1.3 Denominação do Curso:** Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura
- 1.4 Grau:** Licenciado em Ciências Sociais
- 1.5 Título profissional:** Professor de Ciências Sociais
- 1.6 Local de oferta:** *Campus* Chapecó
- 1.7 Número de vagas:** 50
- 1.8 Carga-horária total:** 3.255 h
- 1.9 Turno de oferta:** Noturno
- 1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso:** 9 semestres
- 1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso:** 18 semestres
- 1.12 Carga horária máxima por semestre letivo:** 35 créditos
- 1.13 Carga horária mínima por semestre letivo:** 12 créditos
- 1.14 Coordenador do curso:** Ari José Sartori
- 1.15 Forma de ingresso:**

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá



com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer



época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PROHAITI** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.



Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande



parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.



A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em sole-nidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus campi e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e Campi em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada campus foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvi-



mento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a co-



comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de Campus, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constitui-



ção de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Ari José Sartori

3.2 Equipe de elaboração:

Alexandre Maurício Matiello
Ari José Sartori
Claudécir dos Santos
Claudete Gomes Soares
Danilo Enrico Martuscelli
Fábio Carminati
Leonardo Rafael Santos Leitão
Ivan Paolo de Paris Fontanari
Maria Alice Canzi Ames
Monica Hass
Valdete Boni
Darlane Carlesso

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Hugo Von Linsingen Piazzetta (Diretor de Organização Pedagógica/DOP)
Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)
Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)
Maiquel Tesser (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)
Elaine Lorenzon, Liana Canônica, Marcos Franceschi, Pedro Castro (DRA)
Revisão Textual: Kelly Trapp (Secretária Executiva/DOP)
Revisão das referências: Soraya Arruda Waltrick; pesquisa na página da editora: Marcio Fabiano Comachio

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, conforme designado na Portaria n.º 07/PROGRAD/UFFS/2016.

3.4.1 Núcleo Docente Estruturante

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso

Nome do Docente	Titulação principal	Domínio
ALEXANDRE MAURÍCIO MATIELLO	MESTRE	Específico
ARI JOSÉ SARTORI	DOUTOR	Específico
CLAUDETE GOMES SOARES	DOUTOR	Comum



Nome do Docente	Titulação principal	Domínio
DANILO ENRICO MARTUSCELLI	DOUTOR	Específico
FÁBIO CARMINATI	DOUTOR	Específico
IVAN PAOLO DE PARIS FONTANARI	DOUTOR	Específico
VALDETE BONI	DOUTOR	Conexo



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A criação do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul justificou-se por três motivos:

- a) Perfil da instituição na qual estará inserido;
- b) Demanda regional;
- c) Obrigatoriedade da disciplina no currículo do ensino médio.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada em setembro de 2009, mediante a publicação da lei n.º 12.029. Sua implantação está relacionada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visou a ampliação do acesso ao ensino superior público e orientou ações que promovam a diminuição das taxas de evasão universitária.

Sediada em Chapecó/SC, a instituição possui estrutura *multicampi* que integra os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entre os princípios norteadores do Projeto Político Institucional da universidade destaca-se o comprometimento com a formação de cidadãos conscientes e empenhados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, mais especificamente a mesorregião que compreende a grande fronteira do MERCOSUL.

A criação do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul relaciona-se fortemente com o perfil geral da instituição, que compreende a educação como um espaço de formação de indivíduos críticos e reflexivos, tendo como propósito superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a (re)produção de mão-de-obra especializada.

Por outro lado, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul será o primeiro em toda a sua região de abrangência. A Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL é composta por 381 municípios e população de 3,7 milhões de pessoas e, segundo dados do IBGE relativos ao ano de 2008, os municípios-sede do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó/SC e Erechim/RS – possuem população de 46.013 jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade. Para o mesmo ano, dados do IBGE



indicam que os municípios de Chapecó/SC e Erechim/RS somam 10.759 estudantes matriculados de ensino médio. Neste sentido, o Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul apresentou-se como potencial para a inclusão dos jovens oriundos da região no ensino superior público.

4.2 Justificativa de reformulação do curso

A reestruturação do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura do *Campus* Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul justifica-se por:

4.2.1 Orientações normativas

I) Adequação à Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015 (CNE/CP 2/2015), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, órgão vinculado ao Ministério da Educação, que estabelece novas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”;

Em suas disposições transitórias, a Resolução CNE/CP 2/2015 determina o prazo de quatro anos, a contar da data de sua publicação, para que os cursos de formação de docentes façam as adaptações necessárias para o seu funcionamento. Para atender a essa Resolução, o Curso de Graduação Ciências Sociais - Licenciatura definiu, quanto à distribuição de horas:

- Número efetivo de horas de trabalho acadêmico para a integralização do curso: 3.255h (mínimo estabelecido pela Resolução: 3.200 h; número previsto pelo antigo PPC: 3.285)
- Número de horas de prática como componente curricular: 405 h (número estabelecido pela Resolução: 400 h; número previsto pelo antigo PPC: 400 h)
- Número de horas dedicadas ao estágio supervisionado: 405 h (número estabelecido pela Resolução: 400 h; número previsto pelo antigo PPC: 405 h)
- Número de horas dedicadas às atividades formativas estruturadas por núcleos: 2.460 h (mínimo estabelecido pela Resolução: 2.200 h; número previsto pelo antigo PPC: 3.075 h)



- Número de horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento: 200 h (número estabelecido pela Resolução: 200 h; número previsto pelo antigo PPC: 210 h).

II) Adequação à Resolução n.º 4, de 26 de junho de 2014 (CONSUNI/CGRAD), que aprova o novo Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece uma alteração no cômputo de horas para os componentes curriculares do Domínio Comum, que pode ter um mínimo de 420 horas e um máximo de 660 horas.

A nova matriz curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura prevê uma redução da carga horária dos componentes curriculares dos domínios comum e específico, estabelecendo a seguinte distribuição de horas:

- 1) Número total de horas dos componentes curriculares do domínio comum: 450 h (mínimo estabelecido pelo Regulamento de Graduação: 420 h; número previsto pelo antigo PPC: 660 h)
- 2) Número total de horas dos componentes curriculares do domínio conexo: 465 h (mínimo estabelecido pelas *RESOLUÇÃO N.º 09/2017 – CONSUNI/CGAE - Estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul*: 465 h; número previsto pelo antigo PPC: 240 h)
- 3) Número total de horas dos componentes curriculares do domínio específico: 2.100 h (número previsto pelo antigo PPC: 2.175 h)

III) Adequação à Resolução n.º 17, de 17 de junho de 2015 (RESOLUÇÃO N.º 17/2015 – CONSUNI), que “dispõe sobre a oferta de vagas nos cursos de graduação presenciais da UFFS”.

Esta Resolução determinou o fechamento da oferta de vagas do turno matutino do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura do *Campus* Chapecó e a antecipação da entrada do turno noturno do segundo para o primeiro semestre do ano letivo. O fechamento da oferta de vagas no turno matutino afetou outros cursos da instituição, em especial as licenciaturas e foi motivado pela reduzida demanda de acadêmicos por esses cursos. Desde que foi criado, o Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura já havia sofrido uma redução de 15 vagas na oferta do turno matutino, pas-



sando a contar com 35 vagas. Mais recentemente, a instituição determinou a suspensão temporária da entrada do turno matutino no primeiro semestre de 2015. Finalmente, a partir desta Resolução, foi determinado o fechamento do turno matutino do referido Curso.

IV) Adequação à Resolução n.º 2/2017 que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Docentes da Educação Básica

As principais determinações deste referido documento em termos de alteração curricular repercutiram na revisão do PPC no que se pode destacar: incremento de créditos do Domínio conexo, sendo que alguns componentes curriculares tiveram seu nome e ementa alterados, alguns componentes curriculares foram acrescentados, e o Estágio Supervisionado I passou do Domínio Específico para o Domínio conexo. Também se deve destacar que este documento esteve norteado pelas diretrizes mais recentes em âmbito nacional e qualificaram a revisão no que diz respeito a uma política comum de formação de docentes nos vários cursos de licenciatura da UFFS.

V) Adequação a demais pareceres do Conselho Nacional de Educação

No que diz respeito à temática dos *Direitos humanos*, conforme indica o Parecer CNE/CP n.º 8/2012, bem como as *Relações Étnico-raciais* – em adequação à Lei n.º 11.465, de 10 de março de 2008 e Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, o próprio teor de formação do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura procura pela transversalidade em seus conteúdos contemplar estas temáticas, tendo também no componente curricular de Laboratório de prática em ensino III - Educação, Escola e Diversidade (7a fase) a oportunidade de por meio de práticas associadas à formação docente, estimular e debater tais temas, dentre outros. Há que se destacar o papel do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) que conta sempre com docentes do curso e embora tenha um vínculo institucional, e oportuno para integração não só ao nível do ensino, como também da pesquisa e extensão curriculares, para o tratamento específico de questões étnico-raciais. Quanto às Questões ambientais – conforme preconiza o Decreto N.º 4.281, de 25 de junho de 2002, também de maneira transversal podem estar sendo trabalhadas nos conteúdos, tendo no componente curricular de



Domínio Comum Meio Ambiente, Economia e Sociedade um aprofundamento mais específico.

4.2.2 Demandas internas do curso

Destacamos que o acompanhamento realizado pelo NDE da implantação do PPC vigente, incluindo a retomada para fins de elaboração do novo PPC das avaliações realizadas frequentemente com docentes e discentes, o acúmulo de conhecimento sobre pontos frágeis da formação no que tange ao currículo – conteúdos, cargas horárias, distribuição em semestres específicos, entre outros, foram relevantes para a nova proposta, dentro do que se destacam a seguir os principais pontos motivadores das alterações.

I) Encerramento da oferta de componentes curriculares aos sábados.

O Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura tem contado com um perfil de acadêmico que tem dividido o tempo de estudos com o tempo de trabalho. A fim de garantir um melhor aproveitamento desses acadêmicos no curso, a nova matriz curricular estabelece o encerramento da oferta de componentes curriculares aos sábados. Muitos acadêmicos que trabalham durante o dia também trabalham sábado pela manhã. Deve-se observar que essa era uma antiga demanda dos acadêmicos e dos docentes e que contribuirá para o desenvolvimento e planejamento das atividades acadêmicas do curso, aspecto já revelado nas avaliações internas realizadas ao longo do ciclo vigente pelo curso. Prova disto, é que as turmas aos sábados têm tido um número de matrículas muito reduzido em relação aos CCRs ofertados durante a semana.

II) Readequação dos componentes curriculares do domínio específico

Em razão da agregação e renovação de docentes e do amadurecimento da compreensão da proposta de um Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, surgiu uma demanda de readequação curricular. A integralização do curso, assim como os processos de autoavaliação, contribuíram significativamente para qualificar as demandas do curso e para identificar os principais problemas da antiga matriz curricular, reforçando, com isso, a necessidade de reestruturar os componentes curriculares do domínio específico e a própria identidade de um curso de licenciatura voltado para a formação de docentes.



III) Adequação do tempo para a integralização do Trabalho de Conclusão de curso

Considerando que a prática tem mostrado que os estudantes têm levado mais do que 2 semestres para integralizar o Trabalho de Conclusão de Curso I e II, procura-se com a inclusão de mais um semestre e diluição das tarefas ainda que mantida a mesma carga horária prevista no PPC anterior, um maior tempo para a realização do TCC.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Didático-pedagógicos)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os princípios ético-políticos serão orientadores dos níveis institucionais de atuação acadêmica, no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão. O alcance destes princípios deve exceder a formação universitária e profissional, ampliando a qualificação acadêmica de seus egressos e contribuindo para uma formação pluralista, crítica e reflexiva. Espera-se, assim, que os estudantes sejam capazes de compreender as estruturas profundas da vida social, bem como de contribuir com a superação das desigualdades e injustiças sociais tanto nas práticas quanto nos discursos.

5.2 Referenciais Epistemológicos

Os princípios epistemológicos e metodológicos visarão à formação profissional, científica e voltada para o entendimento das grandes questões que afligem a sociedade contemporânea. Nesse sentido, no que se refere aos princípios epistemológicos, o Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura terá como preocupação constante o desenvolvimento de um estudo crítico acerca da natureza, objetivos e possibilidades das Ciências Sociais na contemporaneidade. A Epistemologia, (do grego *episteme*: ciência, conhecimento), é um campo do saber que toma as ciências como objeto de investigação tentando reagrupar: “a crítica do conhecimento científico; a filosofia das ciências e a história das ciências” (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2008, p. 88). Em decorrência desse entendimento, no que tange aos princípios epistemológicos, o Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pretende que estes sejam absorvidos como possibilidades para a problematização e compreensão de uma realidade em constante transformação. Para tanto, propõe que os estudantes do curso atentem não apenas para os conhecimentos e técnicas de pesquisa disponíveis, mas, também, para “as ciências em vias de se fazerem e se estruturarem progressivamente” (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2008, p. 88). O que se deseja, portanto, é que os estudantes percebam durante seus percursos de formação que os conhecimentos sistematizados são frutos de um processo epistêmico



que não se esgota em si mesmo, ao contrário, é um convite à continuidade do desenvolvimento a ciência.

5.3 Referenciais Didático-pedagógicos

Os princípios didático-pedagógicos visarão à formação profissional, científica, e voltada para o entendimento das grandes questões que afligem a sociedade contemporânea. Para tanto, o curso desenvolverá uma articulação processual e permanente entre ensino, pesquisa e extensão, que permita ao estudante entender o próprio processo de ensino e aprendizagem como indissociável da pesquisa e da extensão universitária, podendo desenvolver atividades acadêmicas ou extra-acadêmicas. Além disso, atendendo às peculiaridades de cada contexto social, o curso procurará desenvolver também competências e habilidades gerais (domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; autonomia intelectual; capacidade analítica; competência na articulação entre teoria, pesquisa, ética e práticas de promoção da cidadania) e específicas para licenciatura (domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem na educação básica; domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino).

Os princípios norteadores da formação no curso serão os seguintes:

- 1) Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações entre pesquisa e práticas de promoção da cidadania e da justiça social.
- 2) Consolidar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.
- 3) Partir da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma matriz curricular.
- 4) Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre componentes curriculares, as linhas e núcleos de pesquisa, a nucleação das práticas como componentes curriculares na forma de laboratórios de ensino, a iniciação à docência, os projetos de extensão entre outros.



5) Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

5.4 Referenciais legais-institucionais

Na justificativa (item 3) foram destacadas as modificações impostas e recomendadas por algumas normativas e legislações. Abaixo se destaca de maneira geral estas e outros referenciais legais-institucionais que orientaram a revisão deste PPC.

5.4.1 Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.



Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

5.4.2 Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.



PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.



Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

5.4.3 Específicas das licenciaturas:

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Parecer CNE/CP 2/2015 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica

Resolução CNE/CP 2/2015 – define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Resolução 2/2017 – UFFS – aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS.

5.4.4 Específicas do curso de Ciências Sociais – Licenciatura

Parecer CNE/CES 492/2001 – Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Resolução CNE/CES 17/2002 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

Formar um professor preparado para atuar no campo educacional formal e informal, por meio da articulação entre os saberes das Ciências Sociais, saberes práticos-pedagógicos e saberes comuns à formação dos docentes das várias áreas do conhecimento, atentos à sua formação como cidadãos comprometidos com reflexões críticas da realidade.

6.2 Objetivos específicos:

a) conceber a prática pedagógica como eixo transversal de todo o currículo e como o resultado de um projeto aglutinador das diferentes áreas de conhecimento, incentivando o licenciando, desde o início do curso, em trabalhos de monitoria, extensão e pesquisa e participação em programas como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBIB) e Programa Residência Pedagógica;

b) promover a elaboração e o desenvolvimento de projetos de ensino, garantindo o diálogo entre os saberes educacionais e das Ciências Sociais;

c) incentivar a construção de metodologias e materiais pedagógicos que se utilizem de várias linguagens e tecnologias;

d) propiciar a compreensão e a valorização da diversidade cultural e da complexidade organizacional da sociedade onde os estudantes estão inseridos, de modo a lhes garantir formação crítica e socialmente comprometida com os direitos humanos e a justiça social;

e) proporcionar formação para atuação no planejamento, mensuração e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e de formação profissional.

f) desenvolver a visão crítica e a capacidade analítica para estabelecer relações e conexões variadas;

g) estimular a participação em eventos científicos, seminários extraclasse, como atividades integradoras da estrutura curricular

h) Propor, elaborar, executar e avaliar atividades pedagógicas, comprometido com a inclusão e a democratização cognitiva e social.



7 PERFIL DO EGRESSO

7.1 Princípios da formação

O Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, é comprometido com a sólida formação teórico-metodológica do egresso nas três grandes áreas das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e sua interface com conhecimentos de outros campos, em especial o campo da Educação. Tem como seu mais alto princípio a formação humanística, cidadã e transformadora.

Em diálogo com o Estatuto da UFFS, espera-se que o estudante do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura oriente sua prática profissional em consideração aos seguintes princípios: a) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; b) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; c) respeito à liberdade e apreço à tolerância; d) exercício da consciência crítica; e) combate ao preconceito de qualquer natureza; f) valorização da experiência extraescolar; g) responsabilidade social e ambiental; h) compromisso com a inclusão e a justiça social. O licenciado em Ciências Sociais deve, ao final de sua formação, ter refletido sobre a importância destes princípios, incorporando-os, e sendo capaz de difundi-los em sua atuação cidadã e profissional.

7.2 Habilidades e Competências

As habilidades e competências específicas do licenciado em Ciências Sociais são pensadas, elaboradas e desenvolvidas em consideração: a) à formação geral do Cientista Social, suas influências internacionais e nacionais; b) às particularidades locais e regionais, do contexto no qual se desenvolve a formação dos futuros profissionais; e c) à formação de docentes de Ciências Sociais para educação básica, em acordo com os documentos nacionais que regulamentam os cursos de formação de professores.

Tendo em vista essas três dimensões, o curso é organizado de forma que o futuro profissional professor seja capaz de produzir conhecimento para sua atuação em ambiente escolar; situar-se criticamente em relação a argumentos e posturas teórico-metodológicas que marcaram a história das Ciências Sociais no Brasil e internacionalmente; reconhecer-se como parte de uma “comunidade” internacional de cientistas sociais e ao



mesmo tempo atentar-se para as particularidades locais, regionais e nacionais do contexto no qual está inserido.

- a) Desse modo, o egresso do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura deve notabilizar-se pelo manejo de diferentes habilidades e competências fundamentais ao desempenho profissional na área de Ciências Sociais e na sua atuação como licenciado atuando na educação básica:
- b) Usar o repertório teórico-conceitual das diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais, clássicas e contemporâneas, de forma crítica, criativa e autônoma;
- c) transpor o conhecimento acumulado pelas Ciências Sociais para o saber escolar em acordo com o perfil dos estudantes do ensino médio;
- d) dominar as linguagens, métodos, técnicas de ensino, aprendizagem e avaliação, coerentes com o perfil dos estudantes da educação básica;
- e) promover uma prática educativa que leve em conta as características dos estudantes e de seu meio social, de forma a relacionar a realidade local com os temas gerais das Ciências Sociais;
- f) conhecer, produzir e difundir, por meio da iniciação à pesquisa científica e da extensão universitária, referente às Ciências Sociais e suas interfaces com outras áreas do conhecimento, em especial com a Educação, de modo a consolidar sua formação;
- g) reconhecer e problematizar os parâmetros culturais, econômicos, sociais e legais da Educação e da profissão docente;
- h) produzir e analisar criticamente materiais didáticos diversos: livros, filmes, vídeos, programas educacionais, projetos político-pedagógicos das escolas;
- i) atuar em equipes multidisciplinares nos ambientes de educação formal e informal;
- j) realizar atividades de planejamento, gestão, consultoria e formação na área educacional formal e informal;



- k) avaliar e problematizar a própria prática profissional, por meio do exercício regular de autoavaliação, utilizando para isso, os recursos metodológicos das Ciências Sociais, bem como os conhecimentos produzidos historicamente sobre a formação e atuação docente.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pode ser integralizado em quatro anos e meio ou nove semestres letivos. Para a integralização do Curso e obtenção do diploma, o estudante deve cumprir, no mínimo, 3.245 horas.

Seguindo as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), os currículos dos cursos de graduação são concebidos a partir de três domínios formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os conhecimentos que integram cada domínio são traduzidos em componentes curriculares de diversas ordens: disciplinas, oficinas, seminários, atividades curriculares complementares, trabalho de conclusão de curso e estágios, conforme explicitado na sequência. A organização curricular proposta acima está em acordo com o previsto PARECER CNE/CES 492/2001, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Sociais e indica três eixos para a organização do currículo: formação específica, formação complementar e formação livre. No modelo de organização curricular por domínios, adotado pela UFFS, a formação livre no curso de Ciências Sociais ocorre por meio dos componentes curriculares optativos e eletivos, atividades acadêmicas extracurriculares de escolha dos estudantes. A formação complementar, considerando que trata-se de um curso de formação de professor, é garantida por componentes curriculares dos domínios conexos, específicos dos cursos de licenciatura e por alguns componentes de domínio comum de outras áreas de conhecimento como: História, Matemática, Estatística e Letras, que se fazem presente na grade curricular do Curso de Ciências Sociais da UFFS, bem como pela possibilidade garantida a esses estudantes de cursarem componentes curriculares em cursos como Filosofia, Geografia e História. Como isso espera-se evitar a especialização precoce, objetivo proposto no parecer.

8.1 Concepção de currículo:

O currículo das licenciaturas, em consonância com os princípios institucionais e legais, tem por foco a formação de docentes da Educação Básica pública e será integrado pelos Domínios formativos previstos no Projeto Pedagógico Institucional da UFFS: Comum, Conexo e Específico. O currículo dos cursos de licenciatura da UFFS atenderá às seguintes diretrizes gerais: a) a articulação do conjunto das atividades curriculares com a formação de docentes para atuar na Educação Básica pública no âmbito do ensi-



no, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura; b) Promoção do desenvolvimento de habilidades práticas para o exercício da docência através da articulação de conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos; c) oportunidade ao estudante para definir uma parcela de sua trajetória formativa através da flexibilidade curricular; d) Articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

8.2 A docência na educação básica pública

O currículo do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da UFFS é organizado por meio de um repertório de saberes que qualificam o egresso do curso para atuar como docente na Educação básica pública, no âmbito do ensino, da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, que lhe possibilitam propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar. A organização curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura possibilita ao egresso: acolher, analisar e interpretar as problemáticas vinculadas ao exercício profissional, no âmbito da organização e do funcionamento da instituição escolar, da efetivação das políticas públicas em educação, do currículo escolar e dos processos de ensino e aprendizagem e dos sujeitos da aprendizagem e de seu desenvolvimento.

8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica

O currículo do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura investe na educação básica pública como objeto de referência para a construção de programas, projetos e processos de ensino, pesquisa e extensão, e a prática educativa como atividade interdisciplinar e articuladora do processo formativo, cuja composição integra uma amplitude de saberes conceituais (das áreas e do currículo escolar), contextuais, pedagógicos, da experiência docente e dos sujeitos da aprendizagem. Essa centralidade pode ser observada na organização dos estágios, no destaque que a organização curricular dá



as atividades de prática como componentes curriculares, na presença do PIBID e do Programa Residência Pedagógica que articulam ações entre escolas, futuros docentes e universidade e ainda na realização de eventos que têm como centralidade o tema da educação e na produção de TCCs com foco na educação.

8.4 Articulações com as outras licenciaturas

O currículo do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura articula-se com as demais licenciaturas do *Campus* Chapecó por meio do Domínio Conexo que é constituído por um conjunto de saberes que conectam os cursos de licenciaturas e que envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação.

8.5 A prática como componente curricular (PCC)

As Diretrizes Nacionais Curriculares (Resolução N.º 2, de 1º de julho de 2015) exigem que a formação compreenda 400 horas de prática como componente curricular (PCC) ao longo de todo o processo formativo. A prática já era preconizada anteriormente, como se observa no excerto abaixo onde se encontra sua definição:

A prática como componente curricular é, pois, uma **prática que produz algo no âmbito do ensino**. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade dos docentes como educador (PARECER CNE/CP 28/2001. Grifo nosso).

A tendência, desde as diretrizes anteriores, que já preconizavam a prática, foi de levar os cursos a realizarem-nas como uma estratégia para equilibrar a formação comumente mais baseada na teoria, deixando, por exemplo, de abrir-se também para uma perspectiva de realização mais interdisciplinar. Também, de acordo com as diretrizes an-



teriores¹, as práticas devem colaborar para a formação da identidade do docente como educador, como ratificam Souza Neto & Silva (2014)².

Diferentemente do PPC anterior, em que as horas de práticas como componente curricular estavam distribuídas por vários componentes curriculares, no presente PPC, a carga horária desta modalidade encontra-se sobretudo, nucleada em componentes curriculares próprios para a prática, sendo que a atribuição destes CCRs será distribuída entre os docentes de todas as áreas do curso.

Portanto, ao invés de uma carga horária bem menor destinada às práticas, comparada com a teoria, quando inserida em componentes curriculares específicos, a nucleação permitirá uma dedicação intensiva e com carga horária integral do componente curricular focado para a prática no âmbito do ensino, oportunizando de formas horizontais relações com os conteúdos dos componentes específicos. Na proposta, a carga horária de prática será integralizada:

I - Com componentes curriculares nucleados (Laboratórios de prática em ensino), sendo quatro deles com ementa definida conforme uma especificidade que conforma o subtítulo do componente, e um quinto CCR de Laboratório a ser escolhido livremente dentre de um rol de que contempla outras especificidades, com ementa prevista em PPC, cuja oferta se dará pelo colegiado a cada semestre, abrindo-se a uma perspectiva mais dinâmica e sensível às transformações na formação docente.

II – Com parte da carga horária total de alguns CCRs do Domínio Conexo

III – Com parte da carga horária dos CCRs do Domínio Específico Metodologia da pesquisa quantitativa e Metodologia da pesquisa qualitativa.

No quadro abaixo pode-se observar o detalhamento:

¹BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP 9, de 8 de maio de 2001. **Documenta**, Brasília, n. 476, p. 513-562, 2001a. Disponível em: <<http://www.uems.br/proe/sec/Parecer%20CNE-CP%20009-2001.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2006.

²SOUZA NETO, Samuel de Souza; SILVA, Vandéi Pinto da. Prática como Componente Curricular: questões e reflexões. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.



Quadro 2: Componentes curriculares e composição em créditos da prática como componente curricular

No.	Fase	Código	CCR	Crédi- tos	Crédi- tos te- óricos	Créditos práticos (PCCr)
1	4ª	GCH1397	Laboratório de Prática em ensino I – Sindicalismo e condições de trabalho docente	4	-	4
2	5ª	GCH1401	Laboratório de prática em ensino II - Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	4	-	4
3	6ª	GCH1404	Laboratório de Prática em ensino III – Educação, Escola e Diversidade	4	-	4
4	7ª	GCH1407	Laboratório de prática em ensino IV – Tecnologias da Comunicação e da Informação e o Ensino de Ciências Sociais	4	-	4
5	8ª	-	Laboratório de Prática em ensino V (A-F)	4	-	4
6	6ª	GCH1403	Metodologia da pesquisa quantitativa	4	3	1
7	6ª	GCH1402	Metodologia da pesquisa qualitativa	4	3	1
8	3ª	GCH839	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	4	3	1
9	4ª	GCH	Fundamentos psicológicos da aprendizagem e do desenvolvimento	4	3	1
10	7ª	GCH840	Políticas educacionais	4	3	1
11	7ª	GCH833	Didática	4	3	1
12	8ª	GCH1031	Educação especial e diversidade	4	3	1
Total de carga horária em prática como componente curricular: 27 créditos = 405 h						

O Parecer CNE/CES N.º15, de 2 de maio de 2005 já abria a possibilidade para que as práticas pudessem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas, apontando que “(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (p. 3) e que “(...) por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos,



as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso” (p.3).

Para Souza Neto & Silva (2014), a interdisciplinaridade contribui para a articulação entre teoria e prática, bem como para a superação da fragmentação que se instalou no âmbito educacional. Reforçam estes autores, que ela deve abarcar a “interpenetração de método e conteúdo entre disciplinas que trabalham, conjuntamente, determinado objeto de estudo” (p. 899). Para viabilizar esta interdisciplinaridade, estes autores apontam a possibilidade de uma “pedagogia de projetos”, que pode, no âmbito dos componentes curriculares próprios das práticas, levar a construção de projetos que integram conteúdos, o que aqui neste PPC é intencionado. Desta forma, a prática como componente curricular não só favorece a relação entre teoria e prática, como ajuda a tornar a matriz curricular mais orgânica, articulando também horizontal e verticalmente os componentes curriculares. Pode ajudar a tornar o aprendizado mais dinâmico e significativo para docentes e estudantes, além de simular situações muito mais próximas da realidade de atuação na escola.

Outra questão importante é que a prática como componente curricular têm objetivos diversos e complementares àqueles dos componentes curriculares de Estágio. Para Souza Neto & Silva (2014):

(...) entende-se a prática pedagógica como práxis — ação refletida — concretizada desde o processo de planejamento curricular, planejamento de ensino e/ou planejamento de trabalho até as tomadas de decisão no dia a dia da docência, da orientação, da intervenção. É nessas práticas pedagógicas que o educador, docente, constitui sua identidade como profissional do magistério, agente social, com potencialidade para a transformação por meio do papel que exerce como profissional (p. 904).

Os mesmos autores indicam que as PCCs precisam estar voltadas para procedimentos de observação, reflexão e registro das observações realizadas e para a resolução de situações-problema (que serão enfrentadas pela tematização dada sobretudo nos CCRs de Laboratório de prática em ensino) – materializando-se no âmbito do ensino, diferenciando-se do Estágio, que exercita a atividade profissional. Entendemos que este exercício com as PCCs, que se inicia a partir da 4ª fase do curso, é fundamental também para que o desempenho no Estágio seja mais frutífero.

Quanto à *operacionalização*, a ideia de que sejam componentes nomeados como Laboratório de Prática em Ensino pode melhor direcionar para que sejam ministrados



não como disciplinas convencionais, podendo ser articulados por projetos integradores sob coordenação dos docentes dos CCRs de laboratório. Isto implicam na sintonia com todos os CCRs e docentes do curso, bem como na atuação do NDE como suporte para a implementação e aprimoramento da proposta. Irá requerer empenho em priorizar a programação e atuação nestes componentes de forma coletiva, como espinha dorsal do curso, comprometendo todos com suas competências na atuação colaborativa nestes componentes. Portanto, os CCRs nucleados nas práticas como componente curricular são responsabilidade de todo o grupo de docentes do curso, podendo acontecer um revezamento dos mesmos nos CCRs ofertados. O resultado final dos componentes curriculares de Laboratórios de Prática em Ensino poderia ser apresentado em seminário final com a participação de todos os estudantes que as cursam, sendo um momento importante de reflexão de docentes e estudantes. Para melhor resultado, a proposta é de que nestes CCRs as turmas sejam compostas de até 15 estudantes, como pode ser observado na matriz no item 8.11, sem que isto implique em demanda maior de docentes para o curso, considerando que houve o fechamento do curso matutino.

Quanto aos *conteúdos*, que são expressos no subtítulo dos CCRs Laboratório de Prática em Ensino, a proposta de CCRs nucleados procura também contemplar exigências das Diretrizes Nacionais como a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e etária, que mesmo sendo já abordada, ainda que de maneira menos explícita, em outros componentes curriculares específicos, ganharia um espaço prioritário em um dos CCRs de Laboratório (III). Também serão contemplados conteúdos referentes à formação docente, sindicalização, organização profissional, métodos e instrumentos do ensino de Ciências Sociais, e tecnologias da comunicação aplicadas ao ensino.

A incorporação de conteúdos pode dialogar em projetos relacionados com os conteúdos dos CCRs dos diferentes domínios e na sua realização pode priorizar a articulação com o espaço escolar e redes de ensino, bem como demais espaços formativos, formais ou não formais.

8.6 Os estágios supervisionados

O estágio curricular supervisionado ocupa um lugar especial no PPC do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura que se expressa na forma como os seus momentos foram organizados, priorizando além da observação e experiência do-



cente, um olhar sobre o contexto escolar a partir de sua dimensão sociopolítica. Embora esteja previsto no PPC experiências práticas aliadas à formação teórica considerando o futuro fazer pedagógico do docente de Ciências Sociais, é no momento do estágio que esse ciclo se completa. No momento do estágio, os estudantes devem mostrar-se capazes de usar as ferramentas teórico-conceituais próprias das Ciências Sociais para respaldarem suas experiências na escola de forma crítica, pluralista, reflexiva e analítica, além de se mostrarem capazes de realizar a mediação entre o saber acadêmico e o saber escolar.

Isto posto, os três componentes curriculares de Estágios Curriculares Supervisionados foram pensadas como um processo contínuo que guia o estudante através de um gradual conhecimento das peculiaridades e exigências do ambiente escolar (Estágio I), da reflexão e planejamento das atividades (Estágio II) e, finalmente, o exercício mesmo da prática docente (Estágio III).

O componente curricular Estágio Curricular Supervisionado I (pertencente ao Domínio Conexo) terá como produto final um Diagnóstico Institucional acerca do ambiente escolar. Para realizá-lo o estagiário deverá conduzir uma série de levantamentos de dados, cada um resultando de um Relatório Parcial, cujo conjunto, devidamente revisado, será o Diagnóstico Institucional.

O Estágio Curricular Supervisionado II será constituído de observações de aulas e metodologias no ensino médio, organização de planos de aula e de ensino que serão aplicados no semestre seguinte. No decorrer das aulas de Estágio II o estudante deverá preparar programas de disciplinas, identificar deficiências e levantar bibliografias e metodologias, tudo culminando em uma aula-piloto, prelúdio do que o aguarda no semestre seguinte.

O componente curricular que mais se assemelha ao que tradicionalmente se identifica com as práticas de estágio tradicionais é a de Estágio Curricular Supervisionado III. Neste componente curricular, o estudante aplicará efetivamente os conhecimentos e habilidades adquiridos nos semestres anteriores. Paralelamente à sua atuação como docente, será demandada do estudante uma reflexão crítica do seu processo de estágio culminando no memorial, de que constará o Diagnóstico Institucional, o Plano de Estágio e o conjunto dos documentos produzidos durante o Estágio III. O estudante deverá ministrar o mínimo de 20 horas/aula (na escola).



A apresentação do Memorial dos Estágios, que juntamente com os demais documentos, fecha o ciclo de componentes curriculares de estágio, deixando os estudantes preparados para que possam cumprir de forma integral seu duplo papel de educador e intérprete da realidade social.

No Anexo II, encontra-se o regulamento completo dos Estágios Curriculares Supervisionados.

8.7 A organização da pesquisa e extensão

O Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura se encontra em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (no. 9394/96) que determina a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tripé de apoio do processo de ensino-aprendizagem das universidades brasileiras. Ressalta-se que o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases traz os elementos fundantes da educação superior, sendo que destacamos os itens a seguir:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Colabora para a incremento da pesquisa e extensão a trajetória já desenvolvida pelos docentes, estudantes e egressos do curso. A experiência em orientação e coordenação de projetos de ensino, como monitorias acadêmicas; de pesquisa, como iniciação à pesquisa, coordenação de grupos de estudos, liderança em grupos de pesquisas, produção acadêmica em eventos, livros e periódicos; e de extensão, atendendo às demandas sociais e comunitárias principalmente de redes escolares com projetos de capacitação de professores, de formação de estudantes e de capacitação de lideranças, como jovens e mulheres agricultoras e conselheiros de políticas públicas.

Além disso, na esfera do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura esta integração se dará de forma efetiva por meio do componente curricular *Introdução a práticas formativas* na 3ª fase, como forma de estimular no estudante a incorporação



deste tripé em sua jornada formativa. Depois de cursar o CCR, os estudantes serão estimulados a se integrarem a grupos de estudos e de pesquisa e projetos e programas de extensão, vinculados às linhas prioritárias do curso, que já tenham conhecido durante o CCR. Esta jornada procura por meio da autonomia do estudante, propiciar que inicie desde a Iniciação à prática científica na 2ª fase a aproximação com o universo da formação do pesquisador, passando por um período em que, embora não curricularizado em CCRs, possa ser incorporado como ACCs. Depois, na 6ª fase, já familiarizado com temáticas, métodos, técnicas, teorias, passa a cursar Metodologia de pesquisa qualitativa e Metodologia de pesquisa quantitativa, dentro das quais o estudante já poderá ensaiar um anteprojeto de pesquisa, o qual será melhor desenvolvido no TCC I. A jornada em TCC foi estendida em mais um semestre em relação ao PPC anterior, o que leva a uma maturação maior com relação ao tema pesquisado.

8.8 Os domínios formativos e sua articulação

Conforme a representação gráfica da matriz (ver item 8.14), a articulação entre os domínios formativos depende bastante do papel do Núcleo de práticas como componente curricular, sobretudo nos CCRs de Laboratório de prática em ensino. Cada um dos CCRs de laboratório, embora conserve um eixo de conteúdo, tem a função de fazer articulações curriculares, metodológicas, de práticas de ensino, bem como de caráter epistemológico com o que os demais CCRs do currículo. Também os créditos de práticas como componente curricular de CCRs não vinculadas ao núcleo são um estímulo à articulação com a temática do eixo do Laboratório que o estudante estiver cursando.

Isto pode acontecer pelo planejamento integrado dos CCRs a cada semestre entre docentes, mediante diretrizes emanadas do NDE, bem como das avaliações de curso. Entende-se que a manutenção de docentes dos domínios conexo e comum possa contribuir para um trabalho de integração mais efetivo, que permita avanços e avaliações constantes.

8.8.1 O Domínio Comum

Em conformidade com a concepção institucional, compreende-se por Domínio Comum o processo de formação voltado para a inserção acadêmica dos estudantes no contexto da universidade e da produção do conhecimento, constituída por dois eixos formativos, complementares entre si. O primeiro deles é o da contextualização acadêmi-



ca, que objetiva desenvolver habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem na inserção crítica na esfera acadêmica e no contexto social e profissional. Estes componentes curriculares devem, para os cursos de licenciatura, ser distribuídos na matriz curricular na primeira metade do curso. O segundo eixo, o da formação crítico-social, objetiva desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização socio político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos. Estes componentes curriculares devem ser distribuídos na matriz curricular ao longo de todo o processo formativo.

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
	EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
GCH290	Iniciação à Prática Científica	4
GLA102	Leitura e produção textual I	2
GLA103	Leitura e Produção Textual II	4
GEX210	Estatística básica	4
	EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
GCH291	Introdução ao Pensamento Social	4
GCH293	Introdução à Filosofia	4
GCH292	História da Fronteira Sul	4
GCS238	Meio Ambiente Economia Sociedade	4
	Total	30

8.8.2 O Domínio Conexo

Compreende-se por Domínio Conexo entre as licenciaturas o conjunto de saberes que conectam os cursos de licenciaturas e que envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional.

O Domínio Conexo entre as licenciaturas organiza-se na forma de eixos formativos, que compreendem:



- a) Fundamentos da educação, abrangendo os aspectos filosóficos, históricos, sociológicos, antropológicos, pedagógicos, psicológicos e políticos da formação docente;
- b) Políticas, financiamento e a gestão da educação como objetos de abordagem teórico-prática, abrangendo os aspectos conceituais e sua contextualização escolar, bem como a análise de currículos, programas e processos de avaliação;
- c) Diversidade e inclusão, abrangendo as concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à diversidade e à inclusão, as formas organizativas do trabalho pedagógico, as políticas e práticas de atendimento educacional aos deficientes, bem como a reflexão teórico-metodológica acerca dos desafios da educação inclusiva;
- d) Didáticas e metodologias de ensino, em seus aspectos gerais, compreendendo as concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação;
- e) Estudos e pesquisas em educação, compreendendo a apropriação teórica e epistemológica dos processos de pesquisa e investigação no campo da educação e do estado da arte da produção do conhecimento na área educacional e escolar;
- f) Práticas de ensino e os estágios, comuns, que contemplam as dimensões da atuação docente, o conhecimento da instituição escolar e de sua organização e funcionamento, os processos de gestão da educação e de coordenação pedagógica, a organização do trabalho pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem e de inclusão escolar e a formação continuada.

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH839	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	4
GCH838	Fundamentos psicológicos da aprendizagem e desenvolvimento	4
GCH840	Políticas educacionais	4
GCH833	Didática	4
GCH837	Estágio Curricular Supervisionado I	6
GCH1031	Educação especial e diversidade	4
GLA213	LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais – Libras	4
Subtotal		24

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura.

No caso do *campus* Chapecó, a oferta de componentes caracterizados Domínio Conexo é regulamentada pela Resolução nº 7/2017 – Conselho do *campus* Chapecó.



No seu artigo 3º, tal Resolução torna a construção do Domínio Conexo em cada *campus* uma condição para a formação integral e para o diálogo entre diferentes campos do conhecimento. O mesmo artigo indica também que, nessa construção, deve-se privilegiar uma formação humanística, crítica e comprometida com as questões sociais, tornando a profissionalização uma consequência e não o centro da formação universitária.

Nos seus artigos 12 e 18, a Resolução nº 7/2017 – Conselho do *campus* Chapecó determina a obrigatoriedade, para todos os cursos de graduação do *campus* Chapecó, de:

- a) no mínimo dois componentes curriculares conexos idênticos obrigatórios no mesmo campo de conhecimento e dois componentes curriculares conexos idênticos optativos, sendo um deles em campo de conhecimento diferente;
- b) no mínimo dois componentes curriculares conexos não idênticos obrigatórios da mesma área de conhecimento e dois componentes curriculares conexos não idênticos optativos, sendo um deles de área de conhecimento diferente.

Em cumprimento ao que estabelece a alínea “a”, no presente Projeto Pedagógico, essa determinação é observada da seguinte forma:

Quadro 5: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo, no âmbito do *campus* Chapecó, para o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura.

TIPO	COMPONENTES CURRICULARES
Idênticos obrigatórios no mesmo campo – Domínio Conexo das Licenciaturas.	Didática Fundamentos psicológicos da aprendizagem e desenvolvimento Política educacional Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação Educação especial e diversidade Estágio curricular supervisionado I
Optativos nas Ciências Sociais e obrigatórios para os cursos de História e Geografia	História da África Histórica da América I Histórica da América II História e Cinema História e Literatura História de Santa Catarina História social da América Latina História Indígena Organização do espaço mundial Planejamento urbano e regional



TIPO	COMPONENTES CURRICULARES
	Desigualdades Socioespaciais Geografia política Geografia Urbana
Optativos -oferta especial	Leitura e produção textual para indígenas I Leitura e produção textual para indígenas II Leitura e produção textual para estrangeiros I Leitura e produção textual para estrangeiros II Projetos na Universidade I, II, III e IV Estudos Sociais da Linguagem Estudos sobre Deficiência
Não idênticos obrigatórios	Sociologia da Educação (semelhante a Sociologia da Educação do curso de Pedagogia) Pensamento Político Moderno (Semelhante à Filosofia Política I no curso de Filosofia)
Obrigatório no curso de Ciências Sociais e optativo no curso de Filosofia.	Pensamento liberal e elitista (semelhante a Tópicos Especiais em Filosofia Política do curso de Filosofia)
Optativos no curso de Ciências Sociais e em outros cursos	Estudos Sociais da Linguagem (Ciências Sociais, História e Letras) Estudos sobre Deficiência (Ciências Sociais e Saúde)

Atividades como a semana acadêmica, seminários, minicursos, eventos, entre outras atividades extracurriculares que venham a ser ofertadas no âmbito do colegiado do curso serão também apresentadas aos colegiados de outros cursos do campus para que possam ser aproveitadas como atividades extracurriculares.

8.8.3 O Domínio Específico:

O domínio específico no currículo diz respeito aos conhecimentos das três grandes áreas que formam as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política, Sociologia, são conhecimentos teóricos, conceituais e pedagógicos, necessários para a atuação profissional do egresso do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, assim como as práticas como componente curricular, didáticas e metodologias de ensino específicas e estágios específicos.



Quadro 6: Componentes curriculares que compõem o Domínio Específico do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura.

DOMÍNIO ESPECÍFICO		
<i>Código</i>	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCH1389	Antropologia I	4
GCH1333	Antropologia II	4
GCH1392	Antropologia III	4
GCH1395	Antropologia IV	4
GCH1399	Antropologia V	4
GCH1388	Sociologia I	4
GCH1391	Sociologia II	4
GCH1394	Sociologia III	4
GCH1398	Sociologia IV	4
GCH1678	Sociologia V	
GCH1390	Ciência política I	4
GCH1334	Ciência política II	4
GCH1393	Ciência política III	4
GCH1396	Ciência política IV	4
GCH1400	Ciência política V	4
GCH1325	Introdução à práticas formativas	2
GCH1405	Sociologia da Educação	4
GCH1403	Metodologia da pesquisa quantitativa	4
GCH1402	Metodologia da pesquisa qualitativa	4
GCH1397	Laboratório de prática em ensino I - Sindicalismo e condições de trabalho docente	4
GCH1401	Laboratório de prática em ensino II - Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	4
GCH1404	Laboratório de prática em ensino III - Educação, Escola e Diversidade	4
GCH1407	Laboratório de prática em ensino IV – Tecnologias da Comunicação e da Informação e o Ensino de Ciências Sociais	4
GCH1410	Estágio curricular supervisionado II	8
GCH1412	Estágio curricular supervisionado III	13
GCH1408	Trabalho de Conclusão de Curso I	4
GCH1409	Trabalho de Conclusão de Curso II	4
GCH1411	Trabalho de Conclusão de Curso III	4



DOMÍNIO ESPECÍFICO		
	Optativa I	4
	Optativa II	4
	Optativa III	4
	Eletivas I	4
	Subtotal	143

8.9 A flexibilidade na organização curricular:

De acordo com a Resolução 02/2017 – UFFS – CGAE, deve-se dar a oportunidade ao estudante para definir uma parcela de sua trajetória formativa através da flexibilidade curricular; que está definida naquele documento com o mínimo de 5% da carga horária do curso. Nesta matriz curricular procurou-se dar flexibilidade, no total de 240 h, as quais totalizam mais de 7% da carga horária da matriz. Ela poderá ser contemplada nas modalidades de componentes curriculares optativos e eletivos, bem como nas opções dentro de um rol de ementas do componente curricular obrigatório de Laboratório de prática em ensino V.

Quadro 7: Componentes curriculares optativos do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura.

Código	COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	Créditos
Eletiva		04

Código	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	Créditos
GCH1413	Antropologia da educação	04
GCH1414	Antropologia da performance	04
GCH1415	Antropologia dos jovens e das juventudes	04
GCH1416	Etnologia indígena	04
GCH1417	Gênero, diversidade e educação	04
GCH1418	Identidades, etnicidade e minorias	04
GCH1419	Marcadores sociais da diferença	04
GCH1420	Políticas públicas e participação social	04



Código	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	Créditos
GCH1421	Estudos sobre a burguesia no Brasil	04
GCH1422	Estudos urbanos	04
GCH1423	Estudos rurais I	04
GCH1424	Estudos rurais II	04
GCH1425	Estudos sobre deficiência	04
GCH1426	Estudos sociais da linguagem	04
GCH1427	Sociologias emergentes: decolonialidade e estudos pós-coloniais	04
GCH1428	Movimentos sociais I	04
GCH1429	Movimentos sociais II	04
GCH1430	Sociologia da cultura	04
GCH1431	Sociologia do conhecimento	04
GCH1432	Sociologia da literatura	04
GCH1433	Clássicos do pensamento social brasileiro	04
GCH1434	Introdução aos estudos culturais	04
GCH1435	Música e sociedade	04
GCH1436	Tópicos especiais em sociologia I – viagens de estudos	02
GCH1437	Tópicos especiais em sociologia II	02
GCH1438	Tópicos especiais em sociologia III	04
GCH1439	Tópicos especiais em sociologia IV	04
GCH1440	Tópicos especiais em sociologia V	04
GCH1441	Tópicos especiais em antropologia I – viagens de estudos	02
GCH1442	Tópicos especiais em antropologia II	02
GCH1443	Tópicos especiais em antropologia III	04
GCH1444	Tópicos especiais em antropologia IV	04
GCH1445	Tópicos especiais em antropologia V	04
GCH1446	Tópicos especiais em ciência política I – viagens de estudos	02
GCH1447	Tópicos especiais em ciência política II	02
GCH1448	Tópicos especiais em ciência política III	04
GCH1449	Tópicos especiais em ciência política IV	04
GCH1450	Tópicos especiais em ciência política V	04
GCH1451	Tópicos especiais em ciências sociais I – viagens de estudos	02



Código	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	Créditos
	dos	
GCH1452	Tópicos especiais em ciências sociais II	02
GCH1453	Tópicos especiais em ciências sociais III	04
GCH1454	Tópicos especiais em ciências sociais IV	04
GCH1455	Tópicos especiais em ciências sociais V	04
GCH1406	Introdução à economia	04
GCH1130*	Educação Inclusiva	04

* Componente curricular incluídos conforme RESOLUÇÃO Nº 1/CCLCSCH/UFFS/2024

Quadro 8: Roll dos Componentes LABORATÓRIO V - *COM TEMÁTICAS E EMENTAS ABERTAS*

Opção	Código	COMPONENTES CURRICULARES	Créditos
A	GCH1456	Laboratório de prática em ensino V: jovens, gerações e escola	04
B	GCH1457	Laboratório de prática em ensino V: territórios educativos e a formação integral	04
C	GCH1458	Laboratório de prática em ensino V: fotografia, educação e sociologia	04
D	GCH1459	Laboratório de prática em ensino V: participação, democracia e escola	04
E	GCH1460	Laboratório de prática em ensino V: Temáticas abertas I	04
F	GCH1461	Laboratório de prática em ensino V: Temáticas abertas II	04

Quadro 8.1: Componentes optativos do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura

Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Chapecó		Atividades		Total de Horas
Código	Componente Curricular	Aulas presenciais		
		Aulas	Extensionista	
GCH1978	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO II: METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	30	60	90
GCH1979	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO III: EDUCAÇÃO, ESCOLA E DIVERSIDADE	30	60	90
GCH1980	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: TECNOLOGIAS DA	30	60	90



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura <i>Campus Chapecó</i>		Atividades		Total de Horas
		Aulas presenciais		
Código	Componente Curricular	Aulas	Extensionista	
	COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS			
GCH1981	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: JOVENS, GERAÇÕES E ESCOLA	30	60	90
GCH1982	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E A EDUCAÇÃO INTEGRAL	30	60	90
GCH1983	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: FOTOGRAFIA, EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA	30	60	90
GCH1984	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO IV: PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E ESCOLA	30	60	90
GCH1985	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: A QUESTÃO INDÍGENA E A EDUCAÇÃO	30	60	90
GCH1986	LABORATÓRIO DE PRÁTICA DE ENSINO E EXTENSÃO IV: ARTE E CONHECIMENTO SOCIAL	30	60	90
GCH1995	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais I		60	60
GCH1996	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais II		60	60
GCH1997	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais III		60	60
GCH1998	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais IV		60	60
GCH1999	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais V		60	60

Componentes inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 4/CCLCSCH/UFFS/2024

8.10 Atividades na modalidade semipresencial:

Para Ebert (2003, p.3) “O grande desafio do novo milênio em relação à educação é transpor os limites físicos a que alunos e professores estiveram até hoje atrelados, rompendo com a obrigatoriedade da presença de professor e alunos em sala de aula, em tempo integral”. De acordo com a Resolução 5/CONSUNI/CGRAD/2014, em seu artigo 6º, parágrafo 2º, há a possibilidade para os cursos de graduação ofertarem até 20% da



carga horária do curso em atividades semipresenciais. O Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura considera que pela característica própria da formação, boa parte do estudo necessário à apropriação do conhecimento refere-se ao tempo dedicado à leitura, cuja apreensão sistematizada é fundamental para o acompanhamento das aulas teóricas. Isto abre caminho para que a dedicação a esta atividade possa se dar fora de classe, como de fato já ocorre, mas com subsídios de aprendizagem e avaliação mediados por tecnologias da informação. Isto também pode colaborar para o maior protagonismo do estudante, como afirma Sobral (2010, p. 15):

O desdobramento de uma aprendizagem autônoma vai além do saber manusear e operar os instrumentos tecnológicos auxiliares no ensino. Para criação de um aprendiz autônomo, são necessárias estratégias adequadas de utilização dos materiais e tecnologias de aprendizagem a distância para que se possa promover, auxiliar e possibilitar a aprendizagem autônoma.

A própria matriz do curso prevê o CCR de Laboratório de práticas em ensino IV - Tecnologias da Comunicação e da Informação e o Ensino de Ciências Sociais, acreditando que tanto a formação docente superior quanto a aplicação dos conhecimentos na escola devam ser subsidiadas pelas novas tecnologias.

No Curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, serão destinadas 220 horas de atividades nesta modalidade, distribuídas na maioria dos CCRs do Domínio Específico, do Domínio Comum (IPS), obrigatórios e optativos.

Nos componentes elencados na Matriz Curricular, as atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas em formato de aulas expositivas dialogadas, leituras e discussões coletivas e trabalhos individuais e/ou em grupos, com foco nos conteúdos teóricos e/ou práticos previstos nas ementas. Estas atividades presenciais ocorrerão semanalmente, de acordo com a organização do horário semestral. Já na modalidade semipresencial, as aulas demandam atividades síncronas e assíncronas, mediadas por meios virtuais. A avaliação de aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos será prevista nos planos de ensino e poderá ocorrer a partir de fóruns de debates, *chats*, *wikis*, blogs, tarefas, entrega de trabalhos, avaliações, entre outros recursos disponíveis no sistema Moodle e demais ferramentas que venham estar disponíveis nas plataformas da UFFS e que compõem um Ambiente Virtual de Aprendizagem.



Entre os recursos atualmente disponíveis no Moodle³ estão:

- a) Base de dados: A atividade Base de Dados possibilita a criação de uma atividade contendo um banco de dados que pode ser alimentado por professores e/ou alunos, conforme as especificações dadas pelo professor. Essa atividade pode ser usada como um método de avaliação, para confecção de material para ensino ou revisão dos conteúdos.
- b) Chat: O chat é uma atividade de interação textual online entre professores e alunos, na qual todos se comunicam em tempo real, com data e horário previamente agendado pelo professor.
- c) Enquete: O professor formula uma única pergunta com diversas opções de resposta aos alunos. É muito utilizada para realizar pesquisas rápidas de opinião como: definir grupos de trabalho, data de entrega de atividades ou provas, entre outras.
- d) Fórum: O Fórum é uma atividade de discussão assíncrona que permite a interação entre os participantes (professor, tutor, monitor e alunos) da disciplina sobre um determinado assunto.
- e) Glossário: O glossário é uma atividade que permite aos alunos criarem ou atualizarem um dicionário com definições de termos podendo exibir as listas de diversos modos. Os professores podem exportar itens de um glossário secundário ao glossário principal do mesmo curso.
- f) Lição: Uma Lição consiste em um determinado número de páginas em que, normalmente cada uma termina com uma questão e uma série de possíveis respostas. Dependendo da resposta escolhida pelo aluno, ele passará para a próxima página ou será levado para uma página anterior.
- g) Questionário: O Questionário é uma atividade que permite a criação de perguntas. Essas questões podem ser do tipo: múltipla escolha, verdadeiro/falso, resposta breve, associação, entre outros.

³ Conforme MANUAL DO PROFESSOR - Moodle Versão 3.0. Desenvolvido pela Diretoria de Sistemas da Universidade Federal da Fronteira Sul.



- h) Wiki: O módulo de atividade Wiki permite que os participantes adicionem e editem uma coleção de páginas web. Uma Wiki pode ser colaborativa, com todos podendo editá-la, ou individual, na qual cada um terá a sua wiki e somente essa pessoa pode editá-la.

Quanto ao acompanhamento das atividades, a figura do tutor que é comum em modalidades integralmente à distância e mesmo semipresenciais, coincide com a do professor de cada componente curricular do curso em que haja previsão de carga horária semipresencial. Neste sentido, o curso deve zelar para que as ações realizadas pelo docente nesta modalidade atendam, conforme o INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO Presencial e a Distância elaborado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, devendo ser avaliadas periodicamente por estudantes e NDE do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

Neste sentido, os docentes devem ser capacitados continuamente para que seus conhecimentos, habilidades e atitudes estejam adequados para a realização de suas atividades em conformidade com os recursos comunicacionais e tecnológicos.

Também deve-se observar a garantia da acessibilidade digital, comunicacional, metodológica e instrumental; a interatividade entre docentes e discentes na frequência e na coerência com a carga horária semipresencial prevista; o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar de forma a possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A avaliação estará prevista nos planos de ensino e deverá explicitar os critérios que compõem a nota e fazer uso também dos próprios recursos já listados e disponíveis no Moodle.



8.11 Atendimento às legislações específicas

Em atendimento as legislações específicas que dispõem: a) sobre a educação ambiental em todos os níveis e modalidade de ensino (**Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**); b) sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (**Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012**), o próprio teor de formação do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura procura, por meio da transversalidade em seus conteúdos contemplar estas temáticas.

Em relação às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, entende-se que o grande desafio de um trabalho educativo em direitos humanos é enfrentar as questões sociais (desigualdade, violência, discriminação), como construções coletivas. Pensar as responsabilidades de cada um/uma enquanto seres de direitos universais e recíprocos.

O curso de ciências sociais compreende que não é necessário um componente específico sobre direitos humanos, uma vez que a reflexão perpassa toda grade curricular, a partir do temas dos direitos humanos trabalhados: violência, gênero, sexualidade, movimentos sociais, sindicatos, questão indígena, questões sociais no campo e na cidade são reiteradamente desenvolvidos pelas disciplinas do curso, como pode-se observar nas ementas, objetivos, referências bibliográficas, sem que necessariamente o termo “direitos humanos” esteja explicitado.

O conhecimento sobre a construção histórico-conflitiva dos direitos humanos, bem como a manutenção da liberdade, igualdade e segurança sem privilégios, é dever de todos. Somente assim, podemos enfrentar a discussão como algo que perpassa a vida cotidiana das pessoas e não apenas como um mero discurso.

Parte-se do pressuposto de que a mudança ocorre na conexão uns aos outros e uns com os outros, a partir das expressões de suas palavras e sentimentos, de superação dos isolamentos, abandono e exclusão. A potência do trabalho docente, através dos conteúdos, temas, conceitos e mediações, possibilita a qualidade da relação do coletivo na sala.

Destaca-se ainda o atendimento à legislação que trata da educação para as *Relações Étnico-raciais* – em adequação à Lei n.º 11.465, de 10 de março de 2008 e Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, o próprio teor de formação do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura procura pela transversalidade em seus conteúdos



contemplar estas temáticas, tendo também no componente curricular de Laboratório de prática em ensino III - Educação, Escola e Diversidade (7a fase) a oportunidade de, por meio de práticas associadas à formação docente, estimular e debater tais temas, dentre outros. Há que se destacar o papel do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) que conta sempre com docentes do curso e, embora tenha um vínculo institucional, é oportuno para integração não só ao nível do ensino, como também da pesquisa e extensão curriculares, para o tratamento específico de questões étnico-raciais.

Quanto à educação ambiental, o tema é abordado de maneira interdisciplinar em atividades extracurriculares e eventos realizados pelo curso que explorem a relação dela com as Ciências sociais, com enfoques que podem incluir mudanças climáticas e políticas públicas, produção agroecológica e alternativas de consumo, Estado e Sociedade frente à Sociologia do Risco, entre outros.

Além disto, o caráter transversal se expressa na ministração de alguns componentes curriculares que dialogam de maneira transversal com o campo das ciências ambientais e da própria educação ambiental.

No quadro abaixo procurou-se associar princípios, objetivos e aspectos da organização curricular preconizados na Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012 – a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental – com aspectos do ementário, objetivo e referências bibliográficas⁴ de alguns CCRs do curso, obrigatórios e optativos. No caso de CCRs optativos, os estudantes serão orientados com relação à relevância desses componentes para a complementação de sua formação na área da educação ambiental.

QUADRO 9 – Descrição atendimento legislações específicas

Elementos preconizados pela Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental	Aspectos relativos à Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental PRESENTES NOS CCRs do curso
Art. 12 (...)	CIÊNCIA POLÍTICA IV Ementa: O problema da <u>democracia</u> , da

⁴ No caso, recomenda-se que os objetivos e as referências dos CCRs mencionados sejam observados nos respectivos quadros do PPC.



Elementos preconizados pela Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental	Aspectos relativos à Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental PRESENTES NOS CCRs do curso
<p>II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, <u>democrático</u> e <u>participativo</u>;</p> <p>III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;</p>	<p>representação e da <u>participação</u>.</p> <p>LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V - PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E ESCOLA</p> <p>EMENTA: Metodologias e instrumentos para a autonomia, autogestão, <u>participação e democracia</u> no espaço escolar. Experimentos em dispositivos de participação: conselhos escolares, associação de pais e mestres, agremiações estudantis, processos eleitorais, processos decisórios. Construção de instrumentos e metodologias participativas entre as juventudes.</p>
<p>Art. 12 (...)</p> <p>IV - vinculação entre ética, <u>educação, trabalho e práticas sociais</u> na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;</p>	<p>LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO I - SINDICALISMO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE</p> <p>Ementa: Análise e levantamento de dados acerca das <u>práticas sindicais</u> e das <u>condições de trabalho</u> dos docentes. Educação básica e superior. Ensino público e privado.</p>
<p>Art. 12 (...)</p> <p>VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, <u>étnica, racial, social e cultural</u>, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e <u>plurietnicidade</u> do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.</p> <p>Art. 13 (...)</p> <p>VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, <u>étnica, racial e de gênero</u>, e o diálogo para a convivência e a paz;</p>	<p>LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO III - EDUCAÇÃO, ESCOLA E DIVERSIDADE</p> <p>Ementa: <u>Gênero, diversidade étnico-racial, sexualidade e deficiência</u> nos documentos oficiais da educação. Análises dos Projetos Pedagógicos das escolas na perspectiva da diversidade. Metodologias para trabalhar com o tema da diversidade com oficinas e dinâmicas. Produção de materiais didáticos e pedagógicos. Diversidade por meio das linguagens: teatro, música, filme, literatura, revistas, charges, jornais, etc.: proposta de atividades. Elaboração de Projetos em parceria com professores do ensino médio. Novas tecnologias e diversidade: produção de mídias.</p>
<p>Art. 13 (...)</p> <p>VII - fortalecer a <u>cidadania, a autodetermina-</u></p>	<p>CIÊNCIA POLÍTICA I</p> <p>Ementa: As diferenças entre a Filosofia</p>



Elementos preconizados pela Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental	Aspectos relativos à Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental PRESENTES NOS CCRs do curso
<p><u>ção dos povos</u> e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da <u>interação entre as culturas</u>, como fundamentos para o futuro da humanidade.</p> <p>Art. 17 (...) I – (...) c) reconhecimento e valorização da diversidade dos <u>múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais</u>;</p> <p>II – (...) d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do <u>respeito às pessoas, culturas e comunidades</u>;</p>	<p>Política e a Ciência Política. O objeto da Ciência Política. O conceito de poder. Evolução da <u>cidadania</u>.</p> <p>ANTROPOLOGIA I</p> <p>Ementa: Contexto histórico e político da constituição da Antropologia como disciplina acadêmica. Introdução às diferentes tradições antropológicas. <u>Etnocentrismo</u>, relativismo cultural, evolucionismo, difusionismo e as críticas a estes. Origens da reflexão sobre alteridade. <u>Conceitos de cultura</u>. Questões de método: <u>trabalho de campo e a observação participante</u>.</p> <p>ANTROPOLOGIA V</p> <p>Ementa: Antropologia da prática. Teoria ator-rede. <u>Antropologia e Estudos Culturais</u>. <u>Antropologia da globalização</u>. Antropologias periféricas. Antropologia pós-estruturalista. Antropologia pós-moderna. Antropologia pós-colonial. Antropologia da performance. Etnografia do contemporâneo.</p> <p>IDENTIDADES, ETNICIDADE E MINORIAS (optativa)</p> <p>Ementa: O debate contemporâneo acerca da identidade, etnicidade e minorias. Estudo das relações entre Estado, nação e <u>identidades étnicas</u>. <u>Comunidades tradicionais</u>. <u>As políticas públicas de gestão da diferença cultural</u>. Cultura, política e poder.</p>
<p>Art. 17 (...) I – (...) e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando</p>	<p>ESTUDOS RURAIS II (optativa)</p> <p>Ementa: Agricultura familiar, campesinato e pluriatividade. Formas de dominação e resistência no campo. Organização e ação coletiva dos agricultores e camponeses. Desenvolvimento rural e políticas públicas. Parentesco, religiosidade e reciprocidade no mundo rural. Modernização e desigualdades sociais no campo. <u>Impactos</u></p>



Elementos preconizados pela Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental	Aspectos relativos à Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental PRESENTES NOS CCRs do curso
<p>à conquista da justiça ambiental;</p>	<p><u>tos sociais e ambientais</u> dos modelos de produção agrícola.</p> <p>ESTUDOS URBANOS (optativo)</p> <p>Ementa; A cidade como objeto: aspectos conceituais, abordagens metodológicas e (inter)disciplinares. A constituição do urbanismo como campo de conhecimento. A cidade como categoria sociológica em Wirth, Simmel, Weber e Marx. O papel do Estado na urbanização capitalista. <u>O planejamento e a gestão urbanos como campo de conflito.</u> Políticas públicas urbanas e participação democrática.</p>
<p>Art. 17 (...) f) <u>uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.</u></p>	<p>LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO IV - TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS</p> <p><u>Implicações das Tecnologias da Informação e comunicação na educação e no ensino das ciências sociais. As tecnologias da informação e comunicação em sala de aula: contexto e compreensão crítica do impacto das TIC's no ambiente escolar. Atividades práticas de uso das TIC's para o ensino de ciências sociais: oficinas, produção de material didático, experimentação de ambientes virtuais e de recursos eletrônicos no Ensino de Ciências Sociais.</u></p>
<p>Art. 17 (...) I – estimular:</p> <p>a) <u>visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia;</u></p> <p>b) <u>pensamento crítico por meio de estudos fi-</u></p>	<p>MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE</p> <p>Ementa: Modos de produção: organização social, <u>Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política.</u> Estado atual do capitalismo. <u>Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.</u></p>



Elementos preconizados pela Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental	Aspectos relativos à Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012, a qual versa sobre as diretrizes curriculares para a Educação ambiental PRESENTES NOS CCRs do curso
losóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na <u>ótica da sustentabilidade socioambiental</u> , valorizando a participação, a cooperação e a ética; II – (...) d) <u>experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra;</u>	

Além disto tudo, houve a inserção do CCR de Laboratório de prática em ensino II – Território e educação ambiental, cujo ementário, objetivo e referências bibliográficas procuram de maneira mais específica, e também de modo a estabelecer as possibilidades de tratamento transversal, introduzir e nortear a incorporação da educação ambiental na formação docente.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências (relacionado ao atendimento à Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes. Além disso, há um Componente Curricular no curso que trata amplamente desta temática: Educação especial e diversidade.

8.12 Atividades Curriculares Complementares

As Atividades curriculares complementares (ACCs) do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura compreendem um conjunto de atividades extracurriculares, realizadas pelo discente na universidade ou em outro espaço formativo, nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura durante a sua permanência no curso, desde que afins a sua formação humanística e profissional. Contudo, o curso optou por não fazer



uma divisão para fins de avaliação e equivalência em uma determinação estanque do que sejam cada uma das áreas, ou seja, Pesquisa, Extensão e Cultura, por entender que as diferentes atividades muitas vezes são de caráter múltiplo. Neste sentido, apresentamos uma série de modalidades compatíveis para equivalência, determinando um mínimo e um máximo de horas para cada modalidade. Compreendem um total de 210 horas, que visam integralizar sua formação de maneira mais dinâmica que aquela prevista na estrutura do currículo, incorporando a iniciativa estudantil em sua complementação formativa. Um maior detalhamento é apresentado no Anexo III.

8.13 Matriz curricular

A matriz curricular estrutura a organização das atividades dos diferentes domínios formativos articulados entre si através dos eixos formativos da prática como componente curricular, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuindo-os ao longo do período de formação, envolvendo a definição de carga horária teórica e prática, a identificação dos estágios, da prática como componente curricular, da flexibilidade, incluindo os componentes optativos e eletivos, a indicação dos pré-requisitos e a carga horária referente às atividades complementares.



Quadro 10: Matriz curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura.

Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Chapecó-SC						Atividades* (em horas)						Total de Horas	Pré-req	
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais		PCCR**	Aulas não presenciais	Estágio	Ex-tensão			Pes-quisa
						Teórica	Prática							
1ª fase	01	CM	GCH291	Introdução ao Pensamento Social	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	02	ES	GCH1389	Antropologia I	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	03	ES	GCH1390	Ciência política I	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	04	ES	GCH293	Introdução à Filosofia	4	60	-	-	-	-	-	-	60	-
	05	CM	GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	60	-	-	-	-	-	-	60	-
Subtotal					20	270	-	-	30	-	-	-	300	
2ª fase	06	ES	GCH1388	Sociologia I	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	07	ES	GCH1333	Antropologia II	4	40	10	-	10	-	-	-	60	-
	08	ES	GCH1334	Ciência Política II	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	09	CM	GCH292	História da Fronteira Sul	4	60	-	-	-	-	-	-	60	-
	10	CM	GLA102	Leitura e produção textual I	2	30	-	-	-	-	-	-	30	-
	11	ES	GCH1325	Introdução a práticas formativas	2	10	-	-	-	-	10	10	30	-
Subtotal					20	240	10	-	30	-	10	10	300	-
3ª fase	12		GCH1391	Sociologia II	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	13		GCH1392	Antropologia III	4	50	-	-	10	-	-	-	60	02,07
	14		GCH1393	Ciência política III	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	15		GLA103	Leitura e produção textual II	4	60	-	-	-	-	-	-	60	10
	16		GCH839	Fundamentos históricos, sociológicos e filológicos da educação	4	45	-	15	-	-	-	-	60	-
Subtotal					20	255	-	15	30	-	-	-	300	-



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Chapecó-SC						Atividades* (em horas)						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr**	Aulas não presenciais	Estágio	Ex-ten-são			Pes-quisa
Fase	Nº	Domí-nio	Código	Componente Curricular	Crédi-tos	Teórica	Prática							
4ª fase	17	ES	GCH1394	Sociologia III	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	18	ES	GCH1395	Antropologia IV	4	50	-	-	10	-	-	-	60	13
	19	ES	GCH1396	Ciência política IV	4	50	-	-	10	-	-	-	60	03, 08
	20	ES	GCH1397	Laboratório de prática em ensino I – sindicalismo e condições de trabalho docente	4	-	-	60	-	-	-	-	60	-
	21	ES	GCH838	Fundamentos psicológicos da aprendizagem e desenvolvimento	4	45	-	15	-	-	-	-	60	-
Subtotal					20	195	-	75	30	-	-	-	300	
5ª fase	22	ES	GCH1398	Sociologia IV	4	50	-	-	10	-	-	-	60	01, 12, 17
	23	ES	GCH1399	Antropologia V	4	50	-	-	10	-	-	-	60	13
	24	ES	GCH1400	Ciência política V	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	25	CM	GEX210	Estatística básica	4	60	-	-	-	-	-	-	60	-
	26	ES	GCH1401	Laboratório de prática em ensino II - metodologia de ensino em Ciências Sociais	4	-	-	60	-	-	-	-	60	-
Subtotal					20	210	-	60	30	-	-	-	300	
6ª fase	27	ES	GCH1402	Metodologia da pesquisa qualitativa	4	45	-	15	-	-	-	-	60	05, 22, 23, 24
	28	ES	GCH1403	Metodologia da pesquisa quantitativa	4	45	-	15	-	-	-	-	60	05, 22, 23, 24
	29	ES	GCH1404	Laboratório de prática em ensino III – educação, escola e diversidade	4	-	-	60	-	-	-	-	60	02, 22
	30	ES	GCH1405	Sociologia da educação	4	50	-	-	10	-	-	-	60	*



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Chapecó-SC						Atividades* (em horas)						Total de Horas	Pré-req	
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais		PCCR**	Aulas não presenciais	Estágio	Ex-ten-são			Pes-quisa
						Teórica	Prática							
	31	ES	GCH1678	Sociologia V	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
Subtotal					20	190	-	90	20	-	-	-	300	
7ª fase	32	ES	GCH1407	Laboratório de prática em ensino IV – tecnologias da comunicação e da informação e o ensino de ciências Ssciais	4	-	-	60	-	-	-	-	60	-
	33	ES	GCH1408	Trabalho de conclusão de curso I	4	25	-	-	20	-	-	15	60	05, 27, 28
	34	CX	GCH833	Didática	4	45	-	15	-	-	-	-	60	-
	35	CX	GCH837	Estágio Curricular Supervisionado I	6	30	-	-	-	60	-	-	90	02, 03, 05, 06, 27, 28
	36	CX	GCH840	Políticas educacionais	4	45	-	15	-	-	-	-	60	-
Subtotal					22	145	-	90	20	60	-	15	330	
8ª fase	37	ES	GCH1409	Trabalho de conclusão de curso II	4	30	-	-	-	-	-	30	60	33
	38	ES	**	Laboratório de prática em ensino V – (De A-F)	4	-	-	60	-	-	-	-	60	
	39	ES	GCH1410	Estágio curricular supervisionado II	8	45	-	-	-	75	-	-	120	12, 29,30, 34, 35, 36
	40			Optativa I	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	41	CX	GCH1031	Educação especial e diversidade	4	45	-	15	-	-	-	-	60	-
	42	CM	GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	60	-	-	-	-	-	-	60	-
Subtotal					28	230	-	75	10	75	-	30	420	



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Chapecó-SC						Atividades* (em horas)							Total de Horas	Pré-req
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais		PCCr**	Aulas não presenciais	Estágio	Ex-ten-são	Pes-quisa		
						Teórica	Prática							
9ª fase	43	ES	GCH1411	Trabalho de conclusão de curso III	4	60	-	-	-	-	-	-	60	37
	44	ES	GCH1412	Estágio curricular supervisionado III	13	45	-	-	-	150	-	-	195	07, 13, 18, 22, 23, 39, 41
	45			Optativa II	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	46			Optativa III	4	50	-	-	10	-	-	-	60	-
	47			Eletiva I	4	60	-	-	-	-	-	-	60	-
	48	CX	GLA213	LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais - Li-bras	4	60	-	-	-	-	-	-	60	-
Subtotal					33	325	-	-	20	150	-	-	495	
Subtotal Geral					203	2.060	10	405	220	285***	10	55	3.045	
Atividades curriculares complementares					14						110	100	210	
Total Geral					217	2.060	10	405	220	285	120	155	3.255	

* Ter cursado ao menos 3 CCRs entre os seguintes: Introdução ao pensamento social, Sociologia I, Sociologia II, Sociologia III e Sociologia IV.

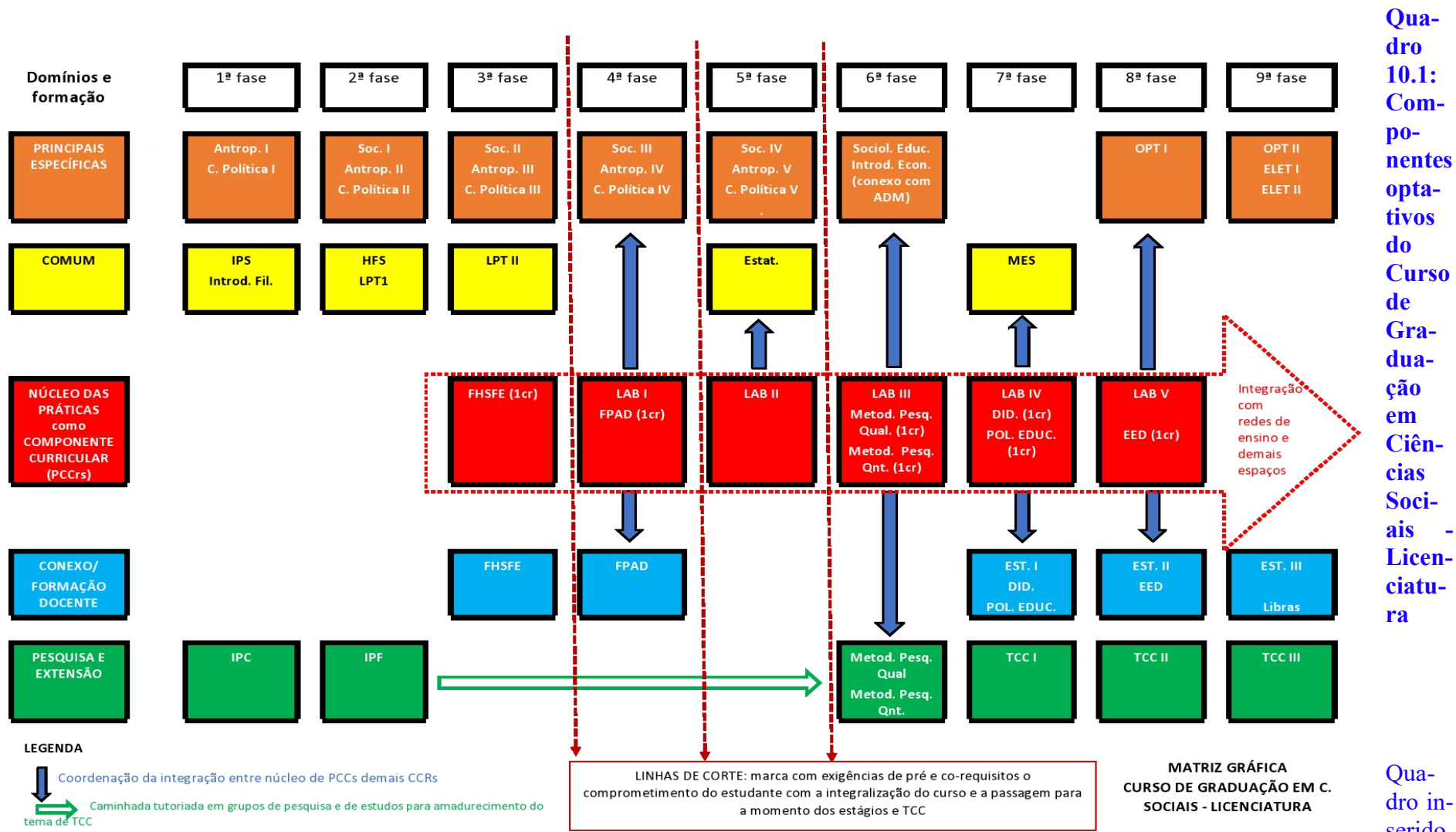
** Escolher do do quadro 8: Roll dos Componentes LABORATÓRIO V - COM TEMÁTICAS E EMENTAS ABERTAS (conforme oferta definida em colegiado)

*** Esta Carga Horária dos estágios refere-se somente a carga horária prática. No cômputo geral, incluindo as aulas teóricas, a carga horária dos estágios totaliza 405h.

CM – Domínio Comum

CX – Domínio Conexo

ES – Domínio Específico



pela Resolução

Quadro inserido



Embora não faça parte comumente dos modelos de PPC institucionais, acrescentamos o quadro a seguir para que possa ver de forma detalhada a demanda diferenciada de imputação de carga horária docente, discente, bem como de estudantes por turma. A nucleação dos CCRs de prática como componente curricular levou a uma mudança também na forma de conduzir o processo de aprendizagem, fazendo que com as turmas fossem atendidas por uma proporção maior de docentes. Neste sentido, reiteramos que isto não implica em necessidade de novas contratações docentes. Contudo, a garantia de que isto conste no PPC, ainda que demande uma regulamentação institucional futura, bem como adequação do sistema acadêmico para gerenciamento de matrículas, diários e outras atribuições precisas desde sua aprovação ser sinalizada.

Quadro 11: Desdobramentos de turma em função de disciplinas práticas e de orientação do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura.

Fase	N.º	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas			Estudantes por docente	Carga horária estudante	Carga horária por docente
					Teor.	Prática	PCCr			
4ª	20	GCH1397	Laboratório de prática em ensino I – sindicalismo e condições de trabalho docente	4	-	-	4	15	4	4
5ª	26	GCH1401	Laboratório de prática em ensino II - Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	4	-	-	4	15	4	4
6ª	29	GCH1404	Laboratório de prática em ensino III – educação, escola e diversidade	4	-	-	4	15	4	4
7ª	32	GCH1407	Laboratório de prática em ensino IV – Tecnologias da Comunicação e da Informação e o Ensino de Ciências Sociais	4	-	-	4	15	4	4
	33	GCH1408	Trabalho de conclusão de curso I	4	3	1	-	15	4	4
8ª	37	GCH1409	Trabalho de conclusão de curso II	4	2	2	-	*	4	*
9ª	43	GCH1411	Trabalho de conclusão de curso III	4	4	-	-	**	4	**

* O TCC II é feito por orientação individual, devendo contar a carga horária para cada docente orientador conforme definido institucionalmente, sendo que ao gerar o diário, este deve contemplar todos os estudantes orientados matriculados a turma do mesmo orientador (turma A, B, C, e assim por diante, tantos forem os orientadores)

** O TCC III é feito por orientação individual, devendo contar a carga horária para cada docente orientador conforme definido institucionalmente, sendo que ao gerar o diário, este deve contemplar todos os estudantes orientados matriculados a turma do mesmo orientador (turma A, B, C, e assim por diante, tantos forem os orientadores). Deverá caber a carga horária definida institucionalmente para o coordenador de TCC, que pode coincidir com o professor de TCC I ou não, para fins de cumprimento de suas atribuições previstas no manual



8.11 Representação gráfica da matriz





8.13 Componentes curriculares

8.13.1 Componentes curriculares obrigatórios

1ª. FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1389	ANTROPOLOGIA I	04	60
EMENTA			
Contexto histórico e político da constituição da Antropologia como disciplina acadêmica. Introdução às diferentes tradições antropológicas. Etnocentrismo, relativismo cultural, evolucionismo, difusionismo e as críticas a estes. Origens da reflexão sobre alteridade. Conceitos de cultura. Questões de método: trabalho de campo e a observação participante.			
OBJETIVO			
Apresentar aos estudantes um panorama histórico e conceitual da antropologia, de suas origens aos debates contemporâneos, transversalizado pelo debate metodológico que distingue a Antropologia como área do conhecimento.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo cultural : textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. DAMATTA, Roberto. Relativizando : uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1983. ERIKSEN, Thomas H.; NIELSEN, F. S. História da antropologia . Petrópolis-RJ: Vozes, 2007. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2003. LARAIA, Roque. Cultura : um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo . São Paulo: Brasiliense, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante . Porto Alegre: Bookman, 2009. CAMINHA, Pero Vaz de. A carta . São Paulo: L&PM, 2003. CUCHÉ, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . Bauru : Edusc, 1999. ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado . São Paulo: Expressão Popular, 2012. FOLEY, Robert. Os humanos antes da humanidade : uma perspectiva evolucionista. São Paulo: UNESP, 2003. INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, v. 28, 1995. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05 >. Acesso em: 10 ago. 2018. KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos . São Paulo: EDUSC, 2002. 322 p. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988. STADEN, Hans. Dois viagens ao Brasil . São Paulo: L&PM, 2007. TODOROV, A. A conquista da América . São Paulo: Martins Fontes, 1983.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1390	CIÊNCIA POLÍTICA I	04	60
EMENTA			
As diferenças entre a Filosofia Política e a Ciência Política. O objeto da Ciência Política. O conceito de poder. Evolução da cidadania.			
OBJETIVO			
Introduzir o debate sobre o campo da Ciência Política.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política : a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. WEBER, Max. Ciência e política : duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993. FOUCAULT, Michel Foucault. Estratégia poder-saber . São Paulo: Forense Universitária, 2003. (Coleção ditos e escritos, v. 4) LÊNIN, Vladimir. O Estado e a revolução . São Paulo: Boitempo, 2017. MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe . São Paulo: Martins Fontes, 1990.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARENDDT, Hannah. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. BOBBIO, N.. Dicionário de Política (vol. I e II). Brasília: Editora da UnB, 2010. BORÓN, Atilio (org.). Filosofia política moderna : de Hobbes a Marx. São Paulo, Clacso: FFLCH-USP, 2006. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/filopolmpt.pdf Acesso em: 3 abr. 2019. GIDDENS, Anthony Giddens. Política, sociologia e teoria social . São Paulo: Ed. Unesp, 2010. HOBBS, Thomas. Leviatã . São Paulo: Martins Fontes, 2003. LOCKE, John. Ensaio político . São Paulo: Martins Fontes, 2007. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Engels. Manifesto comunista . São Paulo: Boitempo, 2005. POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais . Campinas: Editora da Unicamp, 2019. SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e classes sociais : teoria e história. São Paulo: Editora da Umesp, 2016. SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	04	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lúlio, 2011.			
DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009.			
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000.			
GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994.			
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002.			
JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.			
NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papirus, 2008.			
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.			
SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.			
SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963.			
SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA102	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL I	02	30
EMENTA			
Língua e Linguagem. Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos de diferentes gêneros. Texto e textualidade. Resumo, fichamento e debate. Revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Prática de textos para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 2008. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, João B. Redação científica . A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Para entender o texto . São Paulo: Ática, 2007. SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever melhor : guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008. VIANA, Antonio C. Roteiro de redação : lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ABREU, Antônio S. Curso de Redação . 12. ed. São Paulo: Ática, 2003. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 1991. COSTE, D. et al. O texto : leitura e escrita. (Organização e revisão técnica da tradução por Charlotte Galvez, Eni Puccinelli Orlandi e Paulo Otoni). 2. ed. rev. Campinas, SP: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação : o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna . 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. MOTTA-ROTH, Desirré (Org.). Redação Acadêmica : princípios básicos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa : atividades de leitura e produção de textos. São Paulo: Saraiva, 2008. OLIVEIRA, José P. M. de; MOTTA, Carlos A. P. Como escrever textos técnicos . São Paulo: Thompson, 2005. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1388	SOCIOLOGIA I	04	60
EMENTA			
As contribuições de Émile Durkheim para a consolidação da sociologia como ciência. Os avanços de Durkheim em relação à sociologia positivista. As regras do método sociológico. A concepção orgânica e funcionalista da sociedade. A sociologia do conhecimento de Durkheim. Desdobramentos e influências da sociologia funcionalista nas diferentes disciplinas das ciências humanas.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos da obra de Émile Durkheim.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2002.			
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
DURKHEIM, Émile. O suicídio . São Paulo: Martins Fontes, 2000.			
DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social . São Paulo: Martins Fontes, 2000.			
DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia . 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Marco Antônio de. Elementar, meu caro Durkheim! Reflexões sobre sociologia e romance policial. Revista de Ciências Sociais (UFC) , Fortaleza, v. 22, n. 1-2, 1991. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9423 . Acesso em 20 ago. 2019.			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 1987.			
BERGER, Peter; LUCKMANN, T. A construção social da realidade . Petrópolis: Vozes, 1995.			
COELHO, Ruy. Indivíduo e sociedade na teoria de A. Comte . São Paulo: Perspectiva, 1995.			
ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, n. 11, v. 4, 1989. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_01.htm . Acesso em 2 abril. 2019			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1333	ANTROPOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Precedentes teóricos e metodológicos; contexto histórico-político de surgimento; constituição conceitual e metodológica e principais debates das antropologias social britânica (funcionalismo e estrutural-funcionalismo) e cultural norte-americana (culturalismo).			
OBJETIVO			
Compreender os principais conceitos, métodos e debates da antropologia social britânica e da antropologia cultural norte-americana e também suas rupturas em relação às tradições antropológicas anteriores, bem como seus desdobramentos nos debates antropológicos contemporâneos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada . São Paulo: Perspectiva, 2014. BOAS, Franz. Antropologia cultural . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. EVANS-PRITCHARD, Edward. Os Nuer . São Paulo: Perspectiva, 2008. FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos . São Paulo: Ed. UNESP, 2010. MEAD, Margareth. Sexo e temperamento . São Paulo: Perspectiva, 2009. MALINOWSKI, Bronislaw. Crime e costume na sociedade selvagem . 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2008. RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva . Petrópolis: Editora Vozes, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura . Petrópolis: Vozes, 2013. BOAS, Franz e STOCKING JR., George (org.). A formação da antropologia americana . Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. EVANS-PRITCHARD, Edward. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande . Rio de Janeiro: Zahar, 2005. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. LEACH, Edmund. Sistemas políticos da alta Birmânia . São Paulo: Editora da USP, 1996. MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura . Edições 70, 2009. MEAD, Margaret; BENEDICT, Ruth; SAPIR, Edward. Cultura e personalidade . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2015. SAHLINS, Marshal. O 'pessimismo sentimental' e a experiências etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Parte 1). Mana , v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf . Acesso em: 18 set. 2018. SAHLINS, Marshal. O 'pessimismo sentimental' e a experiências etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Parte 2). Mana , v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf . Acesso em: 18 set. 2018. TURNER, Victor. O processo ritual . Petrópolis: Vozes, 2013. . Floresta de símbolos . Niterói: EdUFF, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1334	CIÊNCIA POLÍTICA II	04	60
EMENTA			
O problema da igualdade, da liberdade e da justiça no pensamento político.			
OBJETIVO			
Refletir sobre o pensamento político clássico e contemporâneo a partir de análises clássicas do debate sobre o tema da igualdade, da liberdade e da justiça.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos . São Paulo: Atlas, 2015.			
TOCQUEVILLE, Alexis. Democracia na América . São Paulo: Martins Fontes, 2000. 2 v.			
MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha . São Paulo: Boitempo, 2012.			
LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo . São Paulo: Martins Fontes, 2005.			
RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
NOZICK, R. Anarquia, estado e utopia . São Paulo: Martins Fontes, 2011.			
Referências Complementares			
BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia . São Paulo: Brasiliense, 1988.			
BORÓN, Atílio (org.). Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização . Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D802.dir/filopolit.pdf . Acesso em: 3 abr. 2019.			
HAYEK, Friedrich August. O caminho da servidão . São Paulo: LVM Editora, 2010.			
LOSURDO, Domenico. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal . Rio de Janeiro: UFRJ/Unesp, 2004.			
ILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo . São Paulo: L&PM, 2018.			
RAWLS, John. Uma teoria da Justiça . São Paulo: Martins Fontes, 2000.			
SANDEL, Michael. Justiça: o que é fazer a coisa certa . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.			
WALZER, Michael. Esferas da justiça . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. Livre para escolher: um depoimento pessoal . Rio de Janeiro: Record, 1980.			



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Cs	Horas
GCH1325	INTRODUÇÃO A PRÁTICAS FORMATIVAS	02	30
EMENTA			
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre teoria e prática. Procedimentos para institucionalização de projetos. Programas e projetos do curso. Linhas e grupos de pesquisa e de estudo do curso. Relação entre conhecimento científico à realidade social. Sensibilização para a caminhada de pesquisa com vistas ao trabalho de conclusão de curso.			
OBJETIVO			
Propiciar o conhecimento e integração dos acadêmicos aos projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, principalmente do curso de Ciências Sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas: Alínea, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GOHN, Maria da Glória (Org.). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003 GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. _____. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001. LOSS, Adriana Salette, MICHELS, Lísia Regina Ferreira, ONÇAY, Solange Todeiro Von (org.). Uma experiência de universidade pública que se projeta como popular: bases para (re) leituras dos cenários da UFFS. São Paulo: Outras Expressões, 2014. SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001. SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo; ANDRIOLI, Liria Ângela; FRANTZ, Walter (org). Educação popular e políticas públicas: reflexões a partir de diferentes lugares e olhares. Ijuí: Editora Unijuí, 2016. SCHMIDT, Lizandro Pezzi; CRISOSTIMO, Ana Lúcia; KIEL, Cristiane Aparecida. O despertar para o conhecimento científico extensionista. Guarapuava: UNICENTRO, 2011. TREVISOL, Joviles; CORDEIRO, Maria Helena e HASS, Monica. Construindo agendas e definindo rumos: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS. Chapecó: UFFS, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatagy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguay, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicurí, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Aduino (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catari-			



nense. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1391	SOCIOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Sociologia marxista. O jovem Marx: essência humana, alienação e emancipação. Ideologia, comunismo, revolução e modo de produção. Classes sociais, Estado e luta de classes. Mercadoria e fetiche. Processo de trabalho: exploração, mais-valia, produtividade e divisão do trabalho. Marxismo e o debate contemporâneo.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos da obra de Karl Marx.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MARX, Karl. O capital: extratos por Paul Lafargue . São Paulo: Veneta, 2014 MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte . São Paulo: Boitempo, 2011 MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2000. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A sagrada família . São Paulo: Boitempo, 2003 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Boitempo, 2000. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista . São Paulo: Global, 1988.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALTHUSSER, Louis. Ler o capital . Rio de Janeiro: Graal, 1980. BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista . São Paulo: Zahar, 1988. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001. 6 v. LENIN, Vladimir I. Karl Marx . Disponível em: http://www.marxists.org . Acesso em: 18 set. 2018. LUKÁCS, Gyorg. História e consciência de classe . São Paulo: Martins Fontes, 2019. MARCUSE, Herbert. Razão e revolução . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. WOOD, Ellen. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico . São Paulo: Boitempo, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1392	ANTROPOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Antecedentes teóricos do estruturalismo antropológico. Princípios estruturais da humanidade. Estudo estrutural do parentesco. Estudo estrutural dos mitos. Estrutura e história. Repercussões humanísticas do estruturalismo antropológico. Desdobramentos do estruturalismo. Crítica dos pressupostos estruturalistas.			
OBJETIVO			
Propiciar aos estudantes a compreensão dos conceitos, métodos e debates fundamentais da antropologia estrutural e as rupturas que este paradigma promoveu em relação a outras tradições de pensamento antropológico, bem como suas limitações e seus desdobramentos no pensamento antropológico contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. LATOURETTE, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica. São Paulo, 34, 1994. LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2012. MAUSS, Marcel; LÉVI-STRAUSS, Claude; NEVES, Paulo, (Trad) Sociologia e Antropologia. São Paulo. Cosac & Naify, 2003. SAHLINS, Marshall David. Ilhas de história. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2011. MAUSS, Marcel. Ensaios de sociologia. São Paulo: Perspectiva, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOURDIEU, Pierre. “Estrutura, habitus e prática”. In: _____. A ECONOMIA das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção. 7. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013 CASTRO, Eduardo Viveiros de. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac Naify, 2003. DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003. LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. LÉVI-STRAUSS, Claude. A oleira ciumenta. Lisboa, Portugal: Edições 70, c1985. LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. LEACH, Edmund Ronald. Repensando a antropologia. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, [2001]. (Coleção debates; Antropologia; 88). PEIRANO, Mariza. Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Brasília: Ed. UnB, 1992. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/textos/uma%20antropologia%20no%20plural-tres%20experiencias%20contemporaneas.pdf . Acesso em: 10 ago. 2018. PEIRANO, Mariza G. S. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007. SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1393	CIÊNCIA POLÍTICA III	04	60
EMENTA			
O problema do Estado, da soberania, do poder e da legitimidade no pensamento político. Neomarxismo. Teoria sistêmica. Neoinstitucionalismo histórico.			
OBJETIVO			
Refletir sobre o pensamento político clássico e contemporâneo a partir de análises clássicas do debate sobre os temas do Estado, da soberania, do poder e da legitimidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. Lua Nova , n. 28/29, abr. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006 . Acesso em: 18 set. 2018.			
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 6 v.			
POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais . Campinas: Editora da Unicamp, 2019.			
OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista . Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.			
SAES, Décio. Estado e democracia: ensaios teóricos . Campinas: Gráfica do IFCH/Unicamp, 1998.			
SKOCPOL, Theda. El estado regresa al primer plano: estrategias de análisis en la investigación social. Zona Abierta , n. 50, p. 71-122, jan./mar. 1989. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=44918 . Acesso em: 18 set. 2018.			
Referências Complementares			
ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; TAPIA, Jorge Ruben Bitón. Estado, Classes e Estratégias: notas sobre um debate. Crítica e Sociedade: revista de cultura e política , n. 1, 2011. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/13503 . Acesso em: 3 abr. 2019.			
CUNHA, Elcemir Paço. Marxismo e burocracia de Estado . Campinas: Editora Papel Social, 2017.			
HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo- institucionalismo. Lua Nova , n. 58, p. 193-224, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006 Acesso em: 18 set. 2018.			
HIRSCH, Joachim. “Traços fundamentais da teoria materialista do Estado” In: Teoria Materialista do Estado . Rio de Janeiro, Revan, 2010, p. 19-68.			
POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o socialismo . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.			
MARQUES, Eduardo C. Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos. BIB , Rio de Janeiro: n. 43, 1997, pp. 67-102. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-43/471-bib-43-integra/file . Acesso em: 3 abr. 2019.			
OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.			
REIS, Fábio Wanderley. Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política . Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: http://books.scielo.org/id/jgkxw/pdf/reis-9788579820281.pdf . Acesso em: 3 abr. 2019.			
LÊNIN, Vladimir. O Estado e a revolução . São Paulo: Boitempo, 2017.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA103	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL II	04	60
EMENTA			
Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resenha, artigo. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos e técnicos. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica e pessoal.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.			
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			
MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009.			
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028 : Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.			
_____. NRB 6023 : Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
_____. NRB 10520 : Informação e documentação – Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005.			
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006.			
COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002.			
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009.			
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1989.			
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003.			
GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008.			
KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997.			
_____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009.			
MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009.			
PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006.			



SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH839	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
1. A dimensão ontológica da Educação. 2. A Educação como campo social de disputa hegemônica. 3. Instrução Pública e o Iluminismo: os projetos hegemônicos da modernidade. 4. Crítica da razão moderna e os fundamentos educacionais. 5. Função social da Escola: principais abordagens. 6. Educação Escolar no Brasil contemporâneo: diálogos com os estudos e pesquisas em educação sobre as concepções de escola, docência e de conhecimento escolar. 7. Prática como componente curricular: documentos estruturantes da profissão docente.			
OBJETIVOS			
Desenvolver uma reflexão sistemática e interdisciplinar acerca das diferentes perspectivas que constituem as práticas educativas, atribuindo ênfase aos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos que possibilitam o pensamento pedagógico contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995. ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola pública contemporânea . 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere : os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2 NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) A nova pedagogia da hegemonia : estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CONDORCET, Jean-Antoine Nicolas de Caritat. Cinco memórias sobre a instrução pública . São Paulo: Ed. UNESP, 2008. EVANGELISTA, Olinda (Org.). O que revelam os slogans na política educacional . Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2014. LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa ; o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004. LIMA, Júlio César F. ; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social . 2. ed., Tradução: Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013. MARX, K. O capital : crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). Educação básica : tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005. MORAES, Maria C. M. de (Org.). Iluminismo às avessas : produção de conhecimento			



e políticas de formação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí, Rio Grande do Sul:
Ed. Unijuí, 2005.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



4ª. FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1394	SOCIOLOGIA III	04	60
EMENTA			
As bases históricas, teóricas e epistemológicas da sociologia weberiana. O Tipo ideal. Os conceitos centrais: poder, dominação, ação e relação social. Temas da sociologia weberiana: Economia, Religião, Burocracia, Política e Ciência. As influências de Weber no debate sociológico contemporâneo.			
OBJETIVOS			
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos da obra de Max Weber.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
WEBER, Max. Economia e sociedade . Brasília: Ed. UnB, 1991. 2 v. WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais . São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1992. WEBER, Max. História agrária romana . São Paulo: Martins Fontes, 1994. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. WEBER, Max. Ensaio de sociologia . Edit. H. H. Gerth e C. W. Mills. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COHN, Gabriel. Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social . São Paulo: Martins Fontes, 2003. PIERUCCI, Antônio Flavio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber . São Paulo: Editora 34, 2003. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações . 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972. WEBER, Max. A bolsa . Lisboa: Relógio d'água, 2004. WEBER, Max. Sociologia das religiões . Lisboa: Relógio d'água, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1395	ANTROPOLOGIA IV	04	60
EMENTA			
A constituição do campo antropológico no Brasil. Antropólogos pioneiros no Brasil. Institucionalização da antropologia no Brasil. Abordagens antropológicas no Brasil. Interpretações e temas contemporâneos de estudo sobre o Brasil.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender a trajetória da produção antropológica no Brasil, sua diversidade, sua institucionalização, suas abordagens e seus autores, a partir da formação de redes de pesquisa locais, nacionais e internacionais, que buscaram conhecer o Brasil, a partir da antropologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CÂNDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito : estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2010. CORREA, Mariza. Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia . São Paulo: Editora Unicamp, 2013. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças : cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. FREIRE FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala . São Paulo: Global Editora, 2006. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade : a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis . Rio de Janeiro: Zahar, 1986. FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá . São Paulo: Globo, 2006. FERNANDES, Florestan. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios . São Paulo: Global, 2009. PEIRANO, Mariza. Uma antropologia no plural : três experiências contemporâneas. Brasília: Ed. UnB, 1992. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/textos/uma%20antropologia%20no%20plural-tres%20experiencias%20contemporaneas.pdf . Acesso em: 10 ago. 2018. VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade . Rio de Janeiro: Zahar, 2013. VIVEIROS De CASTRO, Eduardo A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2002. VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. Araweté : um povo tupi da Amazônia. São Paulo: SESC, 2017.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1396	CIÊNCIA POLÍTICA IV	04	60
EMENTA			
O problema da democracia, da representação e da participação.			
OBJETIVO			
Refletir sobre o pensamento político clássico e contemporâneo a partir de análises clássicas do debate sobre os temas da democracia, representação e participação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DAHL, R. Poliarquia . São Paulo: Edusp, 1995. HABERMAS, Jurgen. Direito e democracia : entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v. LOSURDO, Domenico. Democracia ou bonapartismo : triunfo e decadência do sufrágio universal. São Paulo: Unesp, s.d. PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia . São Paulo: Editora da Unesp, 2017.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. Perspectivas , n. 22, 1999, pp. 41-59. Disponível: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2087/1709 . Acesso em: 3 abr. 2019. DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia . São Paulo: Edusp, 1997. FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. Cadernos do Campo , n. 14/15, 2006. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229 . Acesso em: 3 de abr. 2019. KELSEN, Hans. A democracia . São Paulo: Martins Fontes, 2000. ROUSSEAU, Jean Jaques. Do contrato social . São Paulo: Martins Fontes, 2006. WOOD, Ellen. Democracia contra capitalismo : a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1397	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO I – SINDICALISMO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE	04	60
EMENTA			
Análise e levantamento de dados acerca das práticas sindicais e das condições de trabalho dos docentes. Educação básica e superior. Ensino público e privado.			
OBJETIVOS			
Conhecer por meio de atividades de campo a luta sindical e as condições de trabalho dos docentes de diferentes tipos de instituição, níveis escolares e localidades.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (Orgs.) Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil . Jundiaí: Paco Editorial, 2013.			
FANTINATTI, Márcia. O movimento docente na universidade pública . São Paulo, Alínea, 2001.			
FERRAZ, Marcos; GOUVEIA, Andréia Barbosa (Orgs.). Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios . Curitiba: Appris, 2012.			
GINDIN, Julián. Por nós mesmos: o sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México . Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.			
SOUZA, Aparecida Neri de. Sou professor, sim senhor!: representações sobre o trabalho docente tecidas na politização do espaço escolar. Campinas, Dissertação de mestrado em Educação, 1993. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_ae24b011c3d873ed1bbb630e2d63b923 Acesso em: 3 abr. 2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GARCIA, Dayane da Costa. (Org.). Catálogo e inventário da coleção categoria docente. Presidente Prudente, 2015. Disponível em: http://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/CEMOSI2466/catalogo-para-impressao.2.pdf Acesso em: 18 set. 2018.			
LIVEIRA, Roberto Vêras de et al. (Orgs.). O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.			
VALORIZAÇÃO profissional: piso salarial e carreira. Retratos da Escola, v. 10, n. 18, 2016. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/28 . Acesso em: 18 set. 2018.			
DOSSIÊ condições de trabalho e saúde dos profissionais em educação. Retratos da Escola, v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/15 . Acesso em: 18 set. 2018.			
ROSSO, Sadi Dal; CRUZ, Hélvia Leite; RESES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-131, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200009 . Acesso em: 18 set. 2018.			
SGUISSARDI, Waldemar; SILVA JR., João dos Reis. O trabalho intensificado nas federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico . São Paulo, Xamã, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326240958_O_trabalho_intensificado_nas_federiais_pos-graduacao_e_produtivismo_academico/download . Acesso: 3 abr. 2019.			



Código	Componente curricular	Créditos	Horas
GCH838	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	04	60
Ementa			
Aprendizagem como fator de desenvolvimento humano e de construção do conhecimento. Diferentes abordagens e perspectivas teóricas de aprendizagem: comparações, limites e possibilidades no ensino. Aprendizagem como reestruturação cognitiva. Aprendizagem como resultado de interações sociais. Processos Psicológicos e a organização de processos pedagógicos de aprendizagem escolar. Sujeitos de aprendizagem (infância e/ou adolescência) e escolarização. Os diálogos entre psicologia e educação na pesquisa educacional contemporânea.			
Objetivo			
Compreender os processos psicológicos constitutivos da aprendizagem escolar a partir de diferentes perspectivas teóricas e suas implicações pedagógicas.			
Referências básicas			
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. NUNES, Ana Ignez B. L.; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos. Brasília: Liber, 2011. MARTINS, L. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: SP, Autores Associados, 2013. VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991. WALLON, Henry. Psicologia e Educação da Infância. Lisboa: Estampa, 1986.			
Referências complementares			
BRUNER, Jerome. Uma nova teoria de aprendizagem. Rio de Janeiro: Bloch, 1969. CASTORINA, J. A., LERNER, E. F. D.; OLIVEIRA, M. K. (Orgs.). Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 2000. GIORDAN, A. Aprender. Lisboa: Portugal, Instituto Piaget, 1998. (Coleção horizontes pedagógicos). MACEDO, L. Ensaio construtivistas. 6. ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010 (Coleção psicologia e educação). MOREIRA, M.A. A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006. PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1998. OLIVEIRA, Marta Kohl. VYGOTSKY: desenvolvimento e aprendizado um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1993. VYGOTSKY, Lev S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988. _____. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.			



5ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1398	SOCIOLOGIA IV	04	60
EMENTA			
Questões sociais, culturais e políticas do pensamento social contemporâneo. Relação indivíduo e sociedade na sociologia contemporânea. Genealogia do poder e biopolítica. Igualdade e/ou diferença. Dominação, poder e violência simbólica. Identidades e alteridades. Modernidade e Pós-Modernidade. Sociologia contemporânea desde as margens do sistema mundial.			
OBJETIVO			
Introduzir os/as estudantes nas correntes da sociologia contemporânea de forma que eles possam identificar rupturas e continuidades com os autores clássicos, assim como originalidades presentes no debate contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUMAN, Zigmund. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. BOURDIEU, Pierre. Tradução de Mariza Côrrea. Razões práticas: sobre a teoria da ação . Campinas-SP: Papirus Editora, 1996. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Tradução de Vera Ribeiro. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade . São Paulo: Martins Fontes, 2009. GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana . Petrópolis: Vozes, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes . Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. II. FOUCAULT, Michel (1979). Microfísica do poder . Graal: Rio de Janeiro. GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. HABERMAS, J. Tradução de Flávio R. Kothe. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto uma categoria da sociedade burguesa . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. HONNETH, Axel. Tradução de Luiz Repa. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . São Paulo: Editora 34, 2003. LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais . Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.8-23 DOMINGUES, José Maurício. Reflexividade, individualismo e modernidade . <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.55-70. ISSN 0102-6909. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200005 . TAVOLARO, Sérgio. Variações no interior de um discurso hegemônico? Sobre a tensão ação-estrutura na sociologia contemporânea . <i>Teoria & Pesquisa</i> , v. 16, n. 1, p. 97-125, jan./jul. 2007. Disponível em: http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/34/27 . Acesso em: 19 set. 2018.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1399	ANTROPOLOGIA V	04	60
EMENTA			
Antropologia da prática. Teoria ator-rede. Antropologia e Estudos Culturais. Antropologia da globalização. Antropologias periféricas. Antropologia pós-estruturalista. Antropologia pós-moderna. Antropologia pós-colonial. Antropologia da performance. Etnografia do contemporâneo.			
OBJETIVO			
Propiciar aos estudantes a compreensão das distintas abordagens antropológicas contemporâneas, como a antropologia da prática, da globalização, pós-moderna, pós colonial, da performance e as rupturas que promoveram em relação às tradições antropológicas anteriores, bem como suas inovações epistemológicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CLIFFORD, James. A escrita da cultura: poética e política da etnografia . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016. HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. Mana , v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf . Acesso em: 13 ago. 2018. LATOURETTE, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 2013. ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. Mana , v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n2/a07v17n2.pdf . Acesso em: 19 set. 2018. RESTREPO, Eduardo. Antropologia y estudios culturales: disputas y confluencias desde la periferia . Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012. STRATHERN, Marilyn. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia . São Paulo: Terceiro Nome, 2013.			
Referências Complementares			
BHABHA, Homi. O local da cultura . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. GOODY, Jack. O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente . São Paulo: Contexto, 2015. GRIMSON, Alejandro. Los limites de la cultura: crítica de las teorías de la identidad . Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015. INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição . Petrópolis: Vozes, 2015. TURNER, Victor. Do ritual ao teatro: a seriedade humana de brincar . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1400	CIÊNCIA POLÍTICA V	04	60
EMENTA			
Estado e sociedade. Coronelismo e clientelismo. Populismo. Democracia e ditadura. Desenvolvimentismo. Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Partidos, sindicatos e movimentos sociais.			
OBJETIVO			
Discutir a produção da Ciência Política no Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT . Campinas: Editora da Unicamp, 2018. DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização política nacional . São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/255/1/172%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf Acesso: 3 abr. 2019. FAORO, Raymundo. Os donos do poder . São Paulo: Globo, 2000. LEAL, Victor N. Coronelismo, enxada e voto . São Paulo: Cia. Das Letras, 2012. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. SINGER, André. Os sentidos do lulismo . São Paulo: Cia das Letras, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (Orgs.). Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000 . São Paulo: Alameda, 2012. FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. Revista de Sociologia e Política , Curitiba, n. 15, p. 49-65, nov., 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a04n15.pdf . Acesso em: 19 set. 2018. LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova , n. 44, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 3 abr. 2019. SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Novos Estudos , edição 102, v. 34, n. 2, jul., 2015. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-102/ . Acesso em: 19 set. 2018. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964) . São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil . São Paulo: Globo, 2006.			





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
CGH1678	SOCIOLOGIA V	04	60
EMENTA			
A constituição da sociologia brasileira e a formação do pensamento social no Brasil. As mudanças sociais, políticas e econômicas e a revolução brasileira. Raça, Cultura e Identidade Nacional e Nação. Aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos da sociedade brasileira. Abordagens históricas e contemporâneas.			
OBJETIVO			
O componente curricular Sociologia brasileira tem como objetivo principal apresentar a constituição do campo sociológico no Brasil em consonância com a sua formação histórica e seus desdobramentos contemporâneos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880. 12. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Fapesp; Ouro sobre azul, 2009.			
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.			
FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols. 655 págs., 1965.			
IANNI, Octavio. Pensamento social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2004.			
ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.			
RAMOS, Guerreiro. Mito e Verdade da Revolução Brasileira. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2016, ISBN-13 : 978-8574748481			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.			
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.			
GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada. 4.ed. São Paulo: Ática, 1987.			
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
LORENZO, Helena Carvalho de. A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.			
MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. vol. 1, São Paulo:			



Vértice: IDESP, 1989

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Elite intelectual e debate político nos anos 30. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Instituto Nacional do Livro, 1980.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Jessé de. A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

VIANNA, Luis Werneck. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. Rio de Janeiro: Revan, 1997.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1401	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO II - METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	04	60
EMENTA			
Reflexões sobre os desafios e obstáculos da prática docente em Ciências Sociais. Análise dos documentos oficiais/orientadores para o ensino de sociologia (Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN`s); Orientações Curriculares Nacionais (OCN`s); Proposta Curricular de Santa Catarina). Análise teórica e metodológica das escolhas dos conteúdos programáticos. Avaliação de programas de ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio e estudos a partir de Livros Didáticos, Paradidáticos, Revistas, Documentários e demais produções voltadas ao ensino de sociologia. Seleção de materiais didáticos. Exercícios de elaboração de programas e planos de ensino de Ciências Sociais para o Ensino Médio.			
OBJETIVO			
Conhecer a discussão acerca dos instrumentos teóricos e metodológicos relacionados à prática docente em sociologia e produzir materiais didáticos voltados ao ensino da sociologia na educação básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias: filosofia, geografia, história, sociologia. Brasília, 2006. v. 3. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf .			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Sociologia: ensino médio. Coordenação Amaury C. Moraes. Brasília, 2010. (Coleção explorando o ensino, v. 15). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capapdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 .			
GOMES, Cândido. A educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1985			
OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, César Rocha. Sociologia para jovens do século XXI. São Paulo: Livro Técnico, 2007.			
SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Florianópolis, SC., 2014. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014			
SILVA, Bento Duarte da Silva; ALVES, Elaine Jesus; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. DO QUADRO NEGRO AO TABLET: desafios da docência na era digital. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 3, p. 532-560, maio. 2017. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52246/1/DO%20QUADRO%20NEGRO%20AO%20TABLET.pdf			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. <i>Sociologias</i> , Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012, p. 94-119. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf			
COSTA, Cristina. Sociologia : introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2003.			
LOUREIRO, Ana; ROCHA, Dina. Literacia Digital e Literacia da Informação - competências de uma era digital. In Matos, J. et al (Eds.) <i>Atas do ticEDUCA2012 - II Congresso Internacional TIC e Educação</i> (pp. 2726-2738). Instituto de Educação da Uni-			



versidade de Lisboa, dez, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/758>

LOSS, Adriana Salete. **Formação de professores / educadores:** (auto) formação pessoal, social e profissional (entrevista com António Nóvoa - março de 2015). Curitiba: Appris, 2017

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **Cotidiano e escola:** a obra em construção: (o poder das praticas cotidianas na transformação da escola). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SILVA, Tomaz T. **Alienígenas na sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 1995.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Organizador). **O ofício de professor:** histórias, perspectivas e desafios internacionais. [5. ed]. Petrópolis: Vozes, [2013]



6ª FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1402	METODOLOGIA DA PESQUISA QUALITATIVA	04	60
EMENTA			
Métodos e técnicas da pesquisa qualitativa. Objeto de pesquisa. Ética na pesquisa. Observação participante. Diário de campo. Descrição etnográfica. Entrevista. Roteiro de entrevista. Análise de textos/narrativas. Estudo de redes. Práticas e projetos relacionados ao ensino.			
OBJETIVO			
Proporcionar, aos estudantes, ferramentas teórico-metodológicas de pesquisa qualitativa na área de Ciências Sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante . Porto Alegre: Artmed, 2009.			
BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . Petrópolis: Vozes, 2002.			
BOURDIEU, Pierre. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia . Petrópolis: Vozes, 2004.			
FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos . São Paulo: Ed. UNESP, 2010.			
FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Orgs.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica . Brasília: Ed. UNB, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15172/1/CAPITULO_PesquisaSocialComites.pdf . Consultado em 25/05/2019.			
FLICK, Uwe. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa . 3a. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
YIN, Robert K. Estudo de caso, planejamento e métodos . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . São Paulo: Edições 70, 2011.			
BECKER, Howard. Segredos e truques da pesquisa . Rio de Janeiro: Zahar, 2007.			
BECKER, Howard. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social . Rio de Janeiro: Zahar, 2009.			
CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no séc. XX . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.			
FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.			
FOOTE-WHYTE, William. Sociedade da esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada . Rio de Janeiro: Zahar, 2005.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Petrópolis: Vozes, 2009.			
SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando D. (Orgs.). Antropologia e ética: desafios para a regulamentação . Brasília: ABA, 2013. Disponível em: http://www.portal-abant.org.br/publicacoes2/livros/Antropologia_e_etica__desafios_para_a_regulamenta			



cao.pdf . Consultado em 25/05/2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1403	METODOLOGIA DA PESQUISA QUANTITATIVA	04	60
EMENTA			
Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa. Estatística descritiva e inferência estatística com apoio de softwares. Associações entre variáveis. Testes de hipóteses. Correlação. Regressão linear simples. Construção e aplicação de surveys. Relações entre métodos qualitativos e quantitativos. Práticas e projetos relacionados ao ensino.			
OBJETIVO			
Propiciar ao estudante o domínio de conteúdos teóricos e procedimentos metodológicos atinentes ao campo da pesquisa quantitativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais . Porto Alegre: Penso, 2012.			
AQUINO, Jakson Alves de. R para cientistas sociais . Ilhéus: EDITUS, 2014. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais_20140513/r_cientistas.pdf . Acesso em: 20 out. 2018.			
BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de survey . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.			
CANO, Ignácio. Introdução à avaliação de programas sociais . Rio de Janeiro: FGV, 2009.			
KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. Fundamentos da pesquisa em ciência política . São Paulo: Edgard Blucher, 2015.			
KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. El diseño de la investigación social . 3 ed. Madrid: Alianza, 2009.			
LEVIN, Jack; FOX, Alan. Estatística para as ciências humanas . São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2004.			
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BABBIE, Earl. The Practice of Social Research . 13º ed. Belmont, CA: Wadsworth, 2012.			
BECKER, H. S. Métodos de pesquisa em ciências sociais . São Paulo: Hucitec, 1994.			
BOUDON, R. Métodos quantitativos em sociologia . Petrópolis: Vozes, 1971.			
BUSSAB, Wilton; MORETTIN, Pedro. Estatística básica . 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
BUSTOS, Dalmira. O teste sociométrico . São Paulo: Brasiliense, 1979.			
MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, 1990.			
SCOTT, John. Social network analysis: a handbook . London: SAGE Publications, 2000.			
TURATO, E. R. A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária . In: GRUBITS, S.; NORIEGA, José A. V. (Org.). Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação . São Paulo: Vetor Editora, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1404	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO III – EDUCAÇÃO, ESCOLA E DIVERSIDADE	04	60
EMENTA			
Gênero, diversidade étnico-racial, sexualidade e deficiência nos documentos oficiais da educação. Análises dos Projetos Pedagógicos das escolas na perspectiva da diversidade. Metodologias para trabalhar com o tema da diversidade com oficinas e dinâmicas. Produção de materiais didáticos e pedagógicos. Diversidade por meio das linguagens: teatro, música, filme, literatura, revistas, charges, jornais, etc: proposta de atividades. Elaboração de Projetos em parceria com professores do ensino médio. Novas tecnologias e diversidade: produção de mídias.			
OBJETIVO			
Desenvolver competências e práticas de ensino no campo da diversidade: gênero, étnico-racial, sexual, deficiências para e no espaço escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DINIZ, Débora. O que é deficiência . São Paulo: Brasiliense, 2007. FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças . S.l.: Autêntica, 2017. PEREIRA, Maria Elisabete, et al. Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais . Brasília/Rio de Janeiro: SPM/Cepesc (2007). Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf . Acesso em 29 mar.2018. Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Promundo, 2008. Disponível em: https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf . Acesso em: 20 out. 2018. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero. Relações de gênero e violência: oficinas . Viçosa, 2013/2014. Disponível em: http://www.nieg.ufv.br/wp-content/uploads/Apostila-Escolas-G%C3%Aanero-e-Viol%C3%Aancia.pdf . Acesso em: 20 out. 2018. INSTITUTO PÓLIS. ECOS – Comunicação em sexualidade. Disponível em http://polis.org.br/autor/ecos-comunicacao-em-sexualidade/ . Acesso em: 29 mar. 2018. DE CARVALHO, Marília Gomes; DA LUZ, Nanci Stancki. Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola . Editora UTFPR, 2009. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/programas/ppgte/grupos-de-pesquisa/getec/publicacoes/livros-publicados/construindo-genero-e-diversidade-1/at_download/file/ . Acesso em: 29 mar. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SOUZA, Edileuza Penha de (Org.). Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da lei 10.639/2003 . Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006. v. 1. SOUZA, Maria Elena V. (Org.). Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03 . Rio de Janeiro: Rovel, 2009. COSTA, A.H.C.; JOCA, A.M.; PEDROSA FILHO, F.X.R. Recortes das sexualidades: encontros e desencontros com a educação . Fortaleza: Edições UFC, 2011. RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. Educação e Sexualidade: identidade, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia . 2ª Edição Revisada e			



Ampliada. Rio Grande: Editora FURG, 2008. Disponível em: <http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1655/1/educacao-para-sexualidade.pdf>. Acesso em 29 mar. 19SOUZA, L. de S.;

ROCHA, R. A. da R. (Orgs.). **Formação de educadores, gênero e diversidade**. Curitiba: Ed. UFMG, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Catálogo de materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero produzidos com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI/MEC**. Brasília, [2009]. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/catalogo-genero-e-sexualidade-CGDH.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1405	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
Educação como objeto de análise sociológica. Processos de socialização e escolarização. A escola, os sistemas escolares e o percurso formativo de seus agentes. Educação e relações de poder. Mídias, cultura, educação e emancipação.			
OBJETIVO			
Compreender os fundamentos teóricos e analíticos da Sociologia da Educação, relacionando-os à interpretação das relações entre educação e sociedade, dos processos e das instituições de socialização e das condições atuais da escola no desenvolvimento de dispositivos pedagógicos que atendam aos desafios da escolarização na atualidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação . Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2001. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011. FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. A Sociologia da Educação como campo de conhecimento. Revista @mbienteeducação. V 3, n. 2, 2010. Disponível em: http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/153 RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação . 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação . 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação . 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. DUBET, François. O que é uma escola justa? São Paulo: Editora Cortez, 2008. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault . Belo Horizonte: Autêntica, 2009 MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas . 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011 SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . 20. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011. CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005. CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012. SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993. TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1407	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO IV – TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	04	60
EMENTA			
Implicações das Tecnologias da Informação e comunicação na educação e no ensino das ciências sociais. As tecnologias da informação e comunicação em sala de aula: contexto e compreensão crítica do impacto das TIC's no ambiente escolar. Atividades práticas de uso das TIC's para o ensino de ciências sociais: oficinas, produção de material didático, experimentação de ambientes virtuais e de recursos eletrônicos no Ensino de Ciências Sociais.			
OBJETIVOS			
Planejar, elaborar e executar atividades didáticas que utilizem as TIC's como ferramenta e ambiente de aprendizagem.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 2005. SETZER, V.W. Os meios eletrônicos e a educação: uma visão alternativa. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2005. NICOLELIS, M. Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebros e máquinas – e como ela pode mudar nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. LIBÂNEO, J.C. Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2003. SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora; SCHNEIDER, Fernanda Chagas (Org.). Caderno pedagógico: curso de formação de professores em tecnologias da informação e comunicação acessíveis . Porto Alegre, RS: Evangraf, 2013 - 2014			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SANCHO, Juana M; HERNÁNDEZ, Fernando et.al. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: ARTMED, 2006. ALONSO, Kátia Morosov. Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre redes e escolas. Educação e Sociedade, Campinas, v.29, n. 104, p. 747-768, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0629104.pdf . Acesso em: 20 out. 2018. RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: SULINA, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1408	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	04	60
EMENTA			
Características da Monografia. Desafios da pesquisa: projeto e o campo. A Escolha do Tema. A formulação do problema de pesquisa. Etapas do projeto de pesquisa. Definição dos orientadores.			
OBJETIVOS			
Elaboração de projeto de pesquisa social, com a delimitação teórica e empírica do objeto de investigação e detalhamento metodológico dos procedimentos de pesquisa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa : propostas metodológicas. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa . Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007. 295 p. BELL, Judith. Projeto de pesquisa : guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre, RS: Artmed: Bookman, 2008. 224 p. ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1996. FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico : do projeto à redação final :monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 108 p. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . Simone Padilha, coordenadora. 2. ed. rev. e atual. Chapecó, 2015. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.pdf . Acesso em: 20 out. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. Tempo Social , São Paulo, v. 3, n. 1- 2, p. 7-40, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v3n1-2/0103-2070-ts-03-02-0007.pdf . Acesso em: 20 out. 2018. BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. Tempo Social , São Paulo, v. 3, n. 1- 2, p. 155-168, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v3n1-2/0103-2070-ts-03-02-0155.pdf . Acesso em: 20 out. 2018. HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia . Petrópolis, Vozes, 1992. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2009. 107 p. OLSEN, Wendy Kay. Coleta de dados : debates e métodos fundamentais em pesquisa social. Porto Alegre: Penso, 2015. 231 p. FOWLER, Floyd J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH833	DIDÁTICA	04	60
EMENTA			
Aspectos epistemológicos do campo da didática. O planejamento nos espaços pedagógicos institucionais e suas interconexões políticas, sociais e culturais. Planejamento participativo na gestão escolar. Planos escolares e avaliação. Estudos de experiências cotidianas.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender as contribuições da área do conhecimento da didática para a formação do professor, por meio das relações teórico/práticas em uma perspectiva da transformação política e social da educação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
COMENIUS, Jan Amos. Didática magna . São Paulo: Martins Fontes, 1997. GASPARIN, L. JOÃO. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003. LIBÂNEO, C, J. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BITTENCOURT, C. O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1997. CANDAU, Vera Maria. A didática na perspectiva multi/intercultural em ação: construindo uma proposta. Cadernos de Pesquisa , v. 37, n. 132, p. 731-758, set./dez. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a1137132.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018. CORAZZA, Sandra. Didática da tradução, transcrição do currículo (uma escrita da diferença). Pro-Posições , v. 26, n. 1(76), p. 105-122, jan./abr., 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/pp/v26n1/0103-7307-pp-26-01-0105.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018. ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. (Orgs.). Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação . São Paulo: Cortez, 2010. MOURA, N. C. Análise da ideologia de gênero em livros didáticos de língua portuguesa: uma atualização das apresentações e representações. In: ANPED SUL, 10., 2014. Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis, 2014. Disponível em: < http://xanped-sul.faed.udesc.br/arq_pdf/1191-0.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018. REALI, Noeli Gemelli. Diagnóstico escolar: implicações político/pedagógica e questões metodológicas . Disponível em: < http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pibid/files/2014/06/Diagn%C3%B3stico-escolar-implica%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADtico-pedag%C3%B3gicas-e-quest%C3%B5es-metodol%C3%B3gicas.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018. SACRISTÁN, J, Gimeno. Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania . Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002. SANTOS, B. S. A Construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES , Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999. Disponível em: < http://www.-			



do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/construcao_multicultural_igualdade_diferenca.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

SILVA, T. M. N. **A construção do currículo na sala de aula**: o professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.

VIANNA, Claudia; RAMIRES, Lula. A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. **Psicologia Política**, v. 8, n. 16, p. 345-362, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n16/v8n16a11.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH837	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	06	90
EMENTA			
<p>O contexto escolar como espaço-tempo de formação humana. As relações da escola com organizações estudantis, dos trabalhadores em educação e da comunidade. Organização e funcionamento da escola: planejamento participativo, gestão democrática, administrativa e pedagógica, currículo, PPP da escola. Formação continuada e produção de conhecimento na escola. Coordenação dos processos de ensino e de aprendizagem na escola e em sala de aula: práxis, organização e gestão como tarefas da docência. Educação integral e em tempo integral e práticas inclusivas na escola. Conhecimento escolar e interdisciplinaridade.</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender a instituição escolar, sua organização e funcionamento, relações, processos de gestão, coordenação pedagógica, suas práticas curriculares, formativas, de produção do conhecimento e inclusivas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICA			
<p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Práticas interdisciplinares na escola. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>IMBÉRNON, Francisco. Escola, formação de professores e qualidade do ensino. Tradução de Ricardo Pérez Banega. Pinhais: Editora Melo, 2011.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4ed. Goiânia: Alternativa, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, [2011?]. 192 p. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico)</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>COELHO, Vera Rejane; PAIM, Marilene Maria Wolff. Estágio curricular obrigatório e prática como componente curricular: que prática é essa? Curitiba: CRV, 2014. 199p.</p> <p>FREITAS, Luis Carlos. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In PISTRAK, Moisey Mikhaylovich (Org). A escola-comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 7ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2013.</p> <p>GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. 12ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>GRINSPUN, Mírian Paura Salrosa Zippin (Org.). Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003.</p>			



LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** São Paulo: Vozes, 2008.

MANRIQUE, Ana Lúcia. **Aprendizagem da Docência:** Pesquisas e Práticas Formativas em Ambiente Escolar. Curitiba: Appris, 2014.

PANTUSCHKA, Nídia N. (Org.). **Ousadia no Diálogo:** interdisciplinaridade na escola pública. São Paulo: Loyola, 1993.

PIOKER-HARA, Fabiana Curtopassi; GURIDI, Verônica Marcela (Org.). **Experiências de Ensino nos Estágios Obrigatórios:** uma parceria entre a universidade e a escola. Campinas: Alínea, 2013.

SOUSA, Maria do Carmo de; MARQUES, Clélia de Paula. **Formação Inicial de Professores:** parceria universidade-escola na formação de licenciandos. Curitiba: Appris, 2013.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH840	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	04	60
EMENTA			
1. A educação numa perspectiva política; 2. As políticas públicas em educação: conceitos e fundamentos (igualdade, inclusão, equidade), currículos, gestão, avaliação e financiamento da educação básica; 3. Legislação educacional: CRFB/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, PNE, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; 4. Análise das políticas e gestão de processos educacionais na crise do Estado, da cultura e da sociedade contemporânea. 5. As políticas públicas em educação na pesquisa educacional contemporânea; 6. Prática como componente curricular – com foco em estudos e pesquisa em educação. 7. Formação de professores como política pública – inicial e continuada.			
OBJETIVOS			
Discutir a educação como política pública e seu desenvolvimento no âmbito da Educação Básica, buscando identificar os processos e relações do ordenamento legal, da gestão democrática e no controle público e social da educação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 2. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2001.			
BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas . São Paulo: Cortez, 2011.			
OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; DUARTE, Marisa R. T. Duarte (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica . Belo Horizonte: Autêntica, 1999.			
SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil . 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.			
VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil: introdução histórica . Brasília: Liber Livro, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
PERONI, Vera Maria Vidal. Diálogos sobre as redefinições do papel do estado e nas fronteiras em o público e o privado na educação . Porto Alegre: Oikos Editora, 2015. Disponível em PDF: < https://plone.ufrgs.br/gprppe/livros/dialogos-sobre-as-redefinicoes-do-papel-do-estado-e-nas-fronteiras-em-o-publico-e-o-privado-na-educacao/view >.			
SANTOS, Jocélio Teles dos. O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012) . Salvador: CEAO, 2013. Disponível em: < http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf >. Acesso em: 21 out. 2018.			
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. RBPÆ, v. 29, n. 2, maio/ago. 2013. Número especial – A constituição federal 25 anos depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas educacionais. Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/2238/show-Toc >. Acesso em: 21 out. 2018.			



8ª. FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1409	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	04	60
EMENTA			
Aplicação dos métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Pesquisa de Campo. Orientações.			
OBJETIVO			
Executar a coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa e a realização do trabalho de campo quando for o caso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Projeto de pesquisa : propostas metodológicas. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 127			
BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa . Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007. 295 p.			
BELL, Judith. Projeto de pesquisa : guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre, RS: Artmed: Bookman, 2008. 224 p.			
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1996.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico : do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social : teoria, todo e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 108 p. (Temas sociais).			
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . Simone Padilha, coordenadora. 2. ed. rev. e atual. Chapecó, 2015. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. Tempo Social , São Paulo, v. 3, n. 1- 2, p. 7-40, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v3n1-2/0103-2070-ts-03-02-0007.pdf . Acesso em: 20 out. 2018.			
BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. Tempo Social , São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 155-168, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v3n1-2/0103-2070-ts-03-02-0155.pdf . Acesso em: 20 out. 2018.			
HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia . Petrópolis: Vozes, 1992.			
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2009. 107 p.			
OLSEN, Wendy Kay. Coleta de dados : debates e métodos fundamentais em pesquisa social. Porto Alegre: Penso, 2015. 231 p.			
FOWLER, Floyd J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p			



Laboratórios de prática em ensino V (escolher do rol abaixo conforme oferta definida em colegiado)

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1456	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V: JOVENS, GERAÇÕES E ESCOLA	04	60
EMENTA			
Culturas juvenis. Diversidade geracional. Jovens, Juventudes e escola. Filmes e documentários sobre jovens, juventudes e diferenças geracionais. Estudos monográficos e etnográficos em ambiente escolar.			
OBJETIVO			
Compreender as dinâmicas socioculturais no público escolar e aperfeiçoar o processo de mediação pedagógica no ensino básico por meio da apresentação, pesquisa e discussão de materiais pedagógicos (audiovisuais e estudos monográficos e etnográficos) sobre diferentes aspectos da experiência geracional na escola; proporcionando, assim instrumentos a serem utilizados em sala de aula para potencializar a autorreflexão da comunidade escolar como sujeitos pertencentes a gerações específicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade . Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio: o jovem como sujeito do ensino médio: versão preliminar, etapa I – Caderno II . Curitiba: Setor de Educação da UFPR, 2013. Disponível em: http://www.dpe.ufv.br/wp-content/uploads/ETAPA-I-C.-2.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
NÚÑEZ, Pedro; LITICHEVER, Lucía. Radiografías de la experiencia escolar: ser joven(es) en la escuela . Buenos Aires: CLACSO; Grupo Editor Universitario, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160909020803/Radiografias.pdf . Acesso em: 9 ago. 2018.			
PEREIRA, Alexandre Barbosa. A maior zoeira na escola: experiências juvenis na periferia de São Paulo . Santos: Ed. UNIFESP, 2016.			
TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro et al. A juventude vai ao cinema . São Paulo: Autêntica, 2009.			
VIEIRA, Maria Manuel et al (orgs.). Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto . Portalegre, Portugal: Instituto Politécnico Portalegre, 2013. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10729/1/ICS_MMVieira_Habitar_LEN.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios . Brasília: Edições UNESCO, 1998. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf . Acesso em: 21 out. 2018.			
DAYRELL, Juarez. Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.			
DAYRELL, Juarez T. A juventude no contexto do ensino da sociologia: questões e desafios. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Sociologia: ensino médio . Coordenação Amaury C. Moraes. Brasília, 2010. p. 65-84. (Coleção explorando o ensino, v. 15). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?			



option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 out. 2018.

FONSECA, Claudia. Preparando-se para a vida: reflexões sobre escola e adolescência em grupos populares. **Em Aberto**, Brasília, v. 14, n. 61, p. 144-155, jan./mar.1994. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1953>. Acesso em: 21 out. 2018.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. **Revista brasileira de educação**. n. 5-6, p. 53-62, maio/dez.1997. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_05_e_06.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

SOTO, Felipe G.; LEÓN, Oscar D. **Trayectorias sociales juveniles: ambivalencias y discursos sobre el trabajo**. Santiago do Chile: Instituto Nacional de la Juventud, 2008. Disponível em: <http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/trayectorias-sociales-juveniles.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, p. 95-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea08.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

STRAPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: EdUFSC, 2006.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis, Vozes, 1978.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1457	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V: TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E A FORMAÇÃO INTEGRAL	04	60
EMENTA			
Instrumentos de avaliação dos limites e possibilidades do espaço escolar para uma educação integral. Do espaço escolar ao seu entorno até outras escalas: o território intencionalmente educador. Arquitetura, crianças e jovens: a cidade educadora na formação integral. A percepção da cidade e as metodologias para a identificação de novos territórios educativos. A escola e seu papel em uma pedagogia da cidade: os territórios educativos no currículo da escola em tempo integral.			
OBJETIVO			
Desenvolver a reflexão sobre as possibilidades de incorporação de novos territórios educativos na formação integral por meio de instrumentos e metodologias que envolver a comunidade escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>AZEVEDO, Giselle. A. N.; TÂNGARI, Vera; RHEINGANTZ, Paulo. A. (Orgs.). Do espaço escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Riobooks, 2016.</p> <p>CABANELLAS, Isabel; ESLAVA, Clara. (Orgs.). Territorios de la infancia: diálogos entre arquitectura y pedagogía. Barcelona: Ed. Graó, 2015.</p> <p>ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras. Edição de Eulàlia Bosch; ajuda técnica de Maria Ángeles Cabeza. Torres Novas, Portugal: Almondina, 2013. Disponível em: http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.</p> <p>TERRITÓRIOS educativos para educação integral. Brasília: Programa Mais Educação, 2013. (Série cadernos pedagógicos, 12) Disponível em: http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.</p> <p>SINGER, Helena. República de Crianças: Sobre Experiências Escolares de Resistência. Rio de Janeiro; Mercado das letras, 2010.</p> <p>TONUCCI, Francesco. La ciudad de los niños. Madrid: Ed. Graó, 2015.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>CORSARO, Willian A. Sociologia da infância. Porto Alegre: Artmed; 2011.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Educação integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.</p> <p>MARTINS FILHO, Altino J.; PRADO, Patricia D. (Orgs.). Das pesquisas com crianças à complexidade da infância. Campinas: Autores Associados, 2011.</p> <p>MORIGI, Valter. Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre, RS: Sulina, 2016. 197.</p> <p>SINGER, Helena. Territórios Educativos: experiências em Diálogo com o Bairro-escola - vol 1. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2015. v. 1. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Territorios-Educativos_Vol1.pdf. Acesso em 21 mai.2019</p> <p>SINGER, Helena. Tecnologias do Bairro-escola: Articulação Escola-Comunidade vol. 5. 1. ed. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz / Editora Moderna, 2014. v. 5. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Tecnologias-do-Bairro-escola_Vol5_articulacao-escola-comunidade.pdf. Acesso em: 21 mai.</p>			



2005

VILLAR, María. B. C. **Cidade educadora:** nova perspectiva de organização e intervenção municipal. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1458	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V: FOTOGRAFIA, EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA	04	60
EMENTA			
Técnicas fotográficas e história da fotografia. Fotografia como arte e instrumento analítico. Sociologia da imagem e processos pedagógicos.			
OBJETIVO			
Apresentar as principais técnicas fotográficas e encetar o debate sobre a fotografia como mediação no processo pedagógico e na análise sociológica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTHES, Roland. A câmera clara: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. rev. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas ; v. 1) BERGER, John. Para entender uma fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. CARTIER-BRESSON, Henri. O imaginário segundo a natureza. São Paulo: GG, 2015. MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2017. SONTAG, Susan. Sobre fotografia. São Paulo: Companhia das letras, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. ASSOULINE, Pierre. Cartier-Bresson: o olhar do século. Porto Alegre: LP&M, 2014. BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: Zouk, 2014. BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. Revista de Sociologia e Política , Curitiba, n. 26, p. 31-39, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a04n26.pdf . Acesso em: 24 set. 2018. BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2015. CARROL, Henry. Leia isto se quer tirar fotos incríveis de gente. GG, 2014. CARROL, Henry. Leia isto se quer tirar fotos incríveis. São Paulo: GG, 2014. DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus, 1984.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1459	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V: PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E ESCOLA	04	60
EMENTA			
Metodologias e instrumentos para a autonomia, autogestão, participação e democracia no espaço escolar. Experimentos em dispositivos de participação: conselhos escolares, associação de pais e mestres, agremiações estudantis, processos eleitorais, processos decisórios. Construção de instrumentos e metodologias participativas entre as juventudes.			
OBJETIVO			
Desenvolver repertório para atuação em esferas democráticas e autogestionárias que sirvam de suporte para atividades pedagógicas curriculares e extracurriculares.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARAÚJO, Ulisses. Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares . São Paulo : Summus, 2015.			
GROPPO, Luis A. Autogestão: universidade e movimento estudantil . São Paulo: Autores associados, 2010.			
LUCK, Heloísa. A gestão participativa na escola . Rio de Janeiro: Vozes, 2010. (Série cadernos de gestão v. 3).			
MARQUES, Luciana Rosa. A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas . Recife: Editora Universitária UFPE, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9709 . Acesso em: 24 set. 2018.			
ROMÃO, José E. Autonomia da escola: princípios e propostas . São Paulo; Cortes, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BASTOS, João Batista (Org.). Gestão democrática . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
LONCL, Patricia. Young People and the Struggle for Participation: Contested Practices, Power and Pedagogies in Public Spaces . Routledge, 2019.			
MENEZES NETO, Antonio Julio. Além da terra: a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST . 2001. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2001. Disponível em: http://www.bdae.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf . Acesso em: 24 set. 2018.			
MOREIRA, Dirceu. Autogestão: desenvolvendo talentos para gerir escolas, empresas e instituições . Rio de Janeiro: WAK, 2000.			
VIANA, Nildo. A autogestão social. Cadernos de Formação , Goiânia, n. 6, 2008. Disponível em: http://movaut.net/wp-content/uploads/2012/10/CF06-Autogest%C3%A3o-Social-vers%C3%A3o-rede1.pdf . Acesso em: 25 set. 2018.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1460	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V: TEMÁTICAS ABERTAS I	04	60
EMENTA			
A definir pelo colegiado.			
OBJETIVO			
A definir pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A definir pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
A definir pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1461	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO V: TEMÁTICAS ABERTAS II	04	60
EMENTA			
A definir pelo colegiado.			
OBJETIVO			
A definir pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A definir pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
A definir pelo colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1410	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	07	105
EMENTA			
Planejamento e a prática docente no âmbito escolar. A prática pedagógica em uma perspectiva crítica. A sala de aula como espaço político e pedagógico.			
OBJETIVO			
Possibilitar aos estudantes a observação e reflexão do ambiente escolar, tendo em vista o contexto de sala de aula da disciplina de Sociologia no Ensino Médio em suas dimensões ética, estética, política, pedagógica, normativa e cultural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base			
BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais : terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua estrangeira. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2015 : sociologia: ensino médio. – Brasília, 2014. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015 .			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio : ciências humanas e suas tecnologias: filosofia, geografia, história, sociologia. Brasília, 2006. v. 3. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf .			
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011			
VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico : do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009			
TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. Ensinar sociologia: análise de recursos do ensino na escola média. 2007. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Educação. Faculdade de Educação da USP. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-124236			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CHAGAS, S. E. A. O raciocínio sociológico como ferramenta pedagógica nas aulas de sociologia. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais , v. 1, n. 2, p. 1-9, dez. 2009. Disponível em: https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/32 .			
HANDFAS, A.; TEIXEIRA, R. C. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de sociologia na escola de nível médio. Mediações , Londrina, v. 12, n. 1, p. 131-142, jan./jun., 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3392 .			
LENNERT, A. L. Condições de trabalho do professor de sociologia. Cad. Cedes , Campinas, v. 31, n. 85, p. 383-403, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/05v31n85.pdf .			



LOPES, D. A.; CAMARGO, D. M. P.; COSTA, R. F. Sociologia no Ensino Médio em um mundo em mudanças: a questão da “confluência perversa”. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 425-446, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/07v31n85.pdf>.

MENDONÇA, S. G. L. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/03v31n85.pdf>.

MOTA, K. C. C. S. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, maio/ago. 2005. p. 88-107. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a08>.

NEVES, A. B. M.; MELO, C.; LANNES, S. Professor regente e licenciandos no estágio supervisionado de prática de ensino: quem aprende com quem? In: HANDEFAS, A.; MAÇAIRA, J. P. (Orgs.). **Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 77-91.

PEREIRA, L. H. Sociologia no ensino médio: socialização, reprodução ou emancipação? **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 60–80, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2433>.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1031	EDUCAÇÃO ESPECIAL E DIVERSIDADE	04	60
EMENTA			
Aspectos históricos, políticos e legais da diversidade e inclusão; Escola, práticas pedagógicas e relações étnico-raciais; Dimensões culturais e identidades; Saberes e Práticas de inclusão; Caracterização das deficiências. Estratégias de ensino para estudantes com necessidades educacionais especiais.			
OBJETIVO GERAL			
Fortalecer a formação pedagógica para a educação na diversidade étnico-racial e as especificidades da educação especial na perspectiva da inclusão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BRASIL, Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.</p> <p>CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais: caderno de atividades. Rio de Janeiro, RJ: CEPESC, 2009. 226 p. ISBN 9788589737135. Disponível em: <http://www.eclam.org/downloads/Caderno-de-Atividades-GDE2010.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.</p> <p>FIGUEIREDO, Rita Viera. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. In: BRASIL, Ministério da Educação. Revista Inclusão. Brasília: MEC/SEESP, v.5, n.2, p. 39-46, jul/dez. 2010.</p> <p>GOMES, Nilma Lino (Org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei n. 10.639/03. Brasília, DF: UNESCO, 2012. 421 p. (Coleção educação para todos). ISBN 9788579940668.</p> <p>RECH, Tatiana Luiza. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.</p> <p>SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal (Orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: FAPESP: Global, 2001. 396 p. (Antropologia e educação)</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>BERINO, Aristóteles (ORG.). Diversidade étnico-racial e educação brasileira. Seropédica, RJ: Ed. Evangraf, [2013]. 175 p. ISBN 9788577275731.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada. Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/ar</p>			



[quivos/pdf/diretrizes.pdf](#)>. Acesso em: 25 set. 20108.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: [s.n.], 2013. 103 p. + 1 CD-ROM ISBN 9788579940798.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; MEDEIROS, Simone (Orgs.) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2013. 480 p. ISBN 9788579940804 (broch.).

DOMINGUES, Celma dos Anjos. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 set. 2018.

GARCIA, Olga Regina Zigelli; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Fuxico: uma maneira lúdica de contribuir para o aprendizado das questões de gênero, sexualidade e raça/etnia**. [S.l.]: Copiart, 2012-2013. 503 p. + tabuleiro ISBN 9788599554982.

GIACOMINI, Lília. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

KHOURY, Laís Pereira; TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues; SCHWARTZMAN, José Salomão; RIBEIRO, Adriana de Fátima; CANTIERI, Carla Nunes. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores** [livro eletrônico]. São Paulo: Memnon, 2014.

PEREIRA, Maria Elisabete Pereira; ROHDEN, Fabíola. **Gênero e diversidade na escola: Formação de Professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007.

ROTTA, Newra Tellechea. Plasticidade cerebral e aprendizagem. In: ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS238	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998.			
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.			
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.			
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.			
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.			
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.			
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.			
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.			
SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992.			
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.			
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.			
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.			
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.			
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.			
IANNI, O. Estado e capitalismo . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.			
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			



LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.



9ª. FASE

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1411	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	04	60
EMENTA			
Análise dos dados. Elaboração do texto monográfico.			
OBJETIVO			
Elaborar um texto de caráter monográfico, de acordo com as normas técnicas, coerente metodológica e teoricamente com o desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas . 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 127			
BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa . Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007. 295 p.			
BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais . Porto Alegre, RS: Artmed: Bookman, 2008. 224 p.			
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1996.			
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final :monografia, dissertação e tese . São Paulo: Contexto, 2011. 160 p. ISBN 9788572446310			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 108 p. (Temas sociais) ISBN 9788532611451 (broch.).			
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul . Simone Padilha, coordenadora. 2. ed. rev. e atual. Chapecó, 2015. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.pdf . Acesso em: 21 set. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. Tempo Social , São Paulo, v. 3, n. 1- 2, p. 7-40, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v3n1-2/0103-2070-ts-03-02-0007.pdf . Acesso em: 20 set. 2018.			
BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. Tempo Social , São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 155-168, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v3n1-2/0103-2070-ts-03-02-0155.pdf . Acesso em: 20 set. 2018.			
HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia . Petrópolis, vozes, 1992.			
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais . 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2009. 107 p.			
OLSEN, Wendy Kay. Coleta de dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social . Porto Alegre: Penso, 2015. 231 p.			
FOWLER, Floyd J. Pesquisa de levantamento . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1412	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	13	195
EMENTA			
O exercício da função de professor, acompanhado da observação crítica típica das ciências sociais. Regência de classe.			
OBJETIVO			
Experienciar a regência de classe da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, e refletir sobre questões atinentes à escola.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base			
BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua estrangeira . Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf			
BRASIL. Ministério da Educação. Orientações curriculares para o ensino médio. Parte I e II . Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf e http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2015: sociologia: ensino médio . – Brasília, 2014. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015 .			
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011			
VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009			
TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. Ensinar sociologia: análise de recursos do ensino na escola média. 2007. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Educação. Faculdade de Educação da USP. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-124236			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006.			
CHAGAS, S. E. A. O raciocínio sociológico como ferramenta pedagógica nas aulas de sociologia. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais , v. 1, n. 2, p. 1-9, dez. 2009. Disponível em: https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/32/32 .			
LOPES, D. A.; CAMARGO, D. M. P.; COSTA, R. F. Sociologia no Ensino Médio em um mundo em mudanças: a questão da “confluência perversa”. Cad. Cedes , Campinas, v. 31, n. 85, p. 425-446, set./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/07v31n85.pdf .			
MOTA, K. C. C. S. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. Revista Brasileira de Educação , n. 29, maio/ago. 2005. p. 88-107. Disponível em:			



<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a08>.

NEVES, A. B. M.; MELO, C.; LANNES, S. Professor regente e licenciandos no estágio supervisionado de prática de ensino: quem aprende com quem? In: HANDFAS, A.; MAÇAIRA, J. P. (Org.). **Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 77-91.OK

PEREIRA, L. H. Sociologia no ensino médio: socialização, reprodução ou emancipação? **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 60–80, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2433>.

RAMALHO, J. R. **Sociologia para o ensino médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995. Disponível em: <https://pt.sli-deshare.net/keitelima16/formarprofessorescomoprofissionaisreflexivosdonaldschonp>



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA213	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	04	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm >. Acesso em: 25 set. 2018. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. _____. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artmed, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Lei n.º 12.319 , de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm >. Acesso em: 25 set. 2018. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Eds.). Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas . São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular. Cadernos de Educação . Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010. LOPES, Maura Corcini. Surdez & educação . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais . In: Estudos Surdos IV . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009. SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educação & Sociedade , Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf >. Acesso em: 26 set. 2018. VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.			



8.13.2 Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1413	ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
Análises antropológicas clássicas e contemporâneas sobre alguns processos de ensino, aprendizagem e diferentes formas de transmissão de saberes. Serão apresentadas algumas abordagens de mediação pedagógica que tratam destes processos, buscando a transversalidade desta temática entre os campos da Antropologia e da Educação, bem como refletir sobre a contribuição que a Antropologia poderá trazer para o desenvolvimento das atividades docentes, no ensino Médio e Fundamental.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos discentes o acesso à algumas abordagens de mediação pedagógica e as possíveis transversalidades entre estes modelos e os campos da Antropologia e da educação, para subsidiá-los na atividade docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, Carlos R. Sobre teias e tramas de aprender e ensinar: anotações a respeito de uma antropologia da educação. Inter-Ação : revista da Faculdade de Educação UFG, v. 27, n. 2, p. 1-54, jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1552 . Acesso em: 26 set. 2018.			
GROSSI, M. P.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (Orgs.). Ensino de antropologia no Brasil : formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Florianópolis-SC: Nova Letra; Associação Brasileira de Antropologia, ABA, 2006. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/livros/EnsinoDeAntropologia.pdf . Acesso em: 26 set. 2018.			
GUSMÃO, Neusa M. M. Entrelugares: antropologia e educação no Brasil. Educação: rev. do Centro de Educação da UFSM , Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 29-46, jan./abr. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1586/882 . Acesso em: 26 set. 2018.			
LOPES DA SILVA, Aracy; LEAL, Mariana Kawall Ferreira (Orgs.). Antropologia, história e educação : a questão indígena e a escola. São Paulo : Global, 2001.			
TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; ALMEIDA, José Nilton de; REBOLLEDO, Nicanor (Orgs.). Diversidade, educação e infância : reflexões antropológicas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. 382 p. (Coleção antropologia em laboratório). ISBN 9788532806987.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural e orientação sexual. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf . Acesso em: 25 set. 2018.			
COHN, Clarice. Antropologia da criança . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.			
FONSECA, Claudia. . Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação , n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf . Acesso em: 25 set. 2018.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.			
GARDOU, Charles. Quais os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência? Revista Lusófona de Educação , 8, 2006. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/692			



Disponível: <http://www.escolabarao.com.br/pdf/texto2/files/publication.pdf>
GUSMÃO, Neusa M. M. de. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 18, n. 43, dez. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621997000200002>. Acesso em: 26 set. 2018.

PEREIRA-TOSTA, S. Antropologia e educação: culturas e identidades na escola. **Magis: revista internacional de investigación en educación**, v. 3, n. 6, p. 413-431, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4434531.pdf> . Acesso em: 25 set. 2018.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Antropologia e doutrinas pedagógicas**: quando os devorados somos nós. Porto Alegre: GEEMPA, 2005.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Por uma educação antropológica: comparando as idéias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 486-564, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a09v1133.pdf> . Acesso em: 25 set. 2018.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creche. 2005. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106572> . Acesso em: 13 ago. 2018.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1414	ANTROPOLOGIA DA PERFORMANCE	04	60
EMENTA			
Antropologia da performance. Teoria da performance. Rituais. Performances culturais. Cultura expressiva.			
OBJETIVO			
Possibilitar, aos estudantes, uma aproximação do paradigma da performance em antropologia e áreas afins, por meio do estudo de ferramentas teóricas e metodológicas para a compreensão da vida humana (interações sociais de tipos diversos: rituais, eventos, cultura expressiva e outros) sob a ótica da performance.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
COELHO, José Luis Ligiéro. Performance e antropologia de Richard Schechner . Rio de Janeiro: Mauad, 2012.			
GOFFMAN, Ervin. A representação do eu na vida cotidiana . Petrópolis: Vozes, 2013.			
LANGDON, Jean. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. Ilha R. Antr. , Florianópolis, v. 8, n. 1-2, p. 163-183, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18229/17094 . Acesso em: 13 ago. 2018.			
MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia . São Paulo. Cosac & Naify, 2003.			
TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana . Niterói: EdUFF, 2008.			
TURNER, Victor. Do ritual ao teatro: a seriedade humana de brincar . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DAWSEY, John. De que riem os boias-frias?: diários de antropologia e teatro . São Paulo: Terceiro Nome, 2014.			
DAWSEY, John, et al. Antropologia e performance: ensaios NAPEDRA . São Paulo: Terceiro Nome, 2014.			
DURKHEIM, Émile. As formas elementares de vida religiosa . São Paulo: Martins Fontes, 2014.			
MULLER, Regina Polo. Ritual, Schechner e performance. Horizontes Antropológicos , Porto Alegre, v. 1, p.67-85, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n24/a04v1124.pdf . Acesso em: 26 set. 2018.			
PEIRANO, Mariza. A análise antropológica de rituais . Brasília: Ed. Unb, 2000. (Série Antropologia, 270) Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie270empdf.pdf . Acesso em: 10 ago. 2018.			
SCHECHNER, Richard. Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral. Cadernos de Campo , São Paulo, n. 20, p. 213-236, 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36807/39529 . Acesso em: 15 ago. 2018.			
TURNER, Victor. Floresta de símbolos . Niterói: EdUFF, 2013.			
VAN GENNEP, Arnold. Ritos de passagem . Petrópolis: Vozes, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1415	ANTROPOLOGIA DOS JOVENS E DAS JUVENTUDES	04	60
EMENTA			
Diferentes abordagens sobre jovens e juventudes nas Ciências Sociais. Abordagens antropológicas sobre jovens e juventudes. Conceitos centrais e delimitação do campo de estudos: jovens, juventudes, gerações, grupos etários, culturas jovens, identidades jovens. Jovens, tradição e modernidade. Jovens, cenas musicais, estilos de vida, globalização e resistência. Jovens e temas correlatos: política, cidadania, migração, etnicidade, gênero, sexualidade, instituições de ensino, trabalho, violência e marginalidade.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes um panorama bem fundamentado das diferentes abordagens sobre jovens e juventudes nas Ciências Sociais e áreas afins, a partir do olhar antropológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: LTC, 2011. CANCLINI, Nestor. Diferentes, desiguales y desconectados . Barcelona: Gedisa Editorial, 2004. HANNERZ, Ulf. Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana . Petrópolis: Vozes, 2015 REGUILLO, Rosana. Culturas juveniles: formas políticas del desencanto . Buenos Aires: Siglo veintiuno Editores, 2012. MEAD, Margaret. Cultura y compromiso . Barcelona: Gedisa Editorial, 2006. VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem . Petrópolis, Vozes, 1978.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. Horizontes Antropológicos , Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010, Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/03.pdf . Acesso em: 25 set. 2018. FREIRE FILHO, João. Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano . Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. HEILBORN, Maria Luiza et al. (Orgs.). O aprendizado da sexualidade . Rio de Janeiro: Fiocruz e Garamond, 2006. HOBSBAWN, Eric. Revolução cultural. In: _____. Era do extremos: o breve século XX. 1914-1991 . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 314-336. MORIN, Edgar. Juventude. In: _____. Cultura de massas no século XX: neurose . Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997. p.147-157. PEREIRA, Alexandre Barbosa. A maior zoeira na escola: experiências juvenis na periferia de São Paulo . Santos: Editora da UNIFESP, 2016. SOTO, Felipe G.; LEÓN, Oscar D. Trayectorias sociales juveniles: ambivalencias y discursos sobre el trabajo . Santiago do Chile: Instituto Nacional de la Juventud, 2008. Disponível em: http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/trayectorias-sociales-juveniles.pdf . Acesso em: 21 out. 2018. STRAPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens . Florianópolis: EdUFSC, 2006. WEISHEIMER, Nilson. Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil. Bib , n. 77, 2014, pgs. 91-117. Disponível em WEISHEIMER, Nilson. Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil. Bib , n. 77, 2014, pgs. 91-117. Acessado 25/05/2019			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1416	ETNOLOGIA INDÍGENA	4	60
EMENTA			
Introdução á etnologia indígena no Brasil. Abordar aspectos da diversidade sociocultural indígena com ênfase em diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Explorar fragmentos da multiplicidade de histórias indígenas vivenciadas em diferentes temporalidades, ecossistemas e modos de colonização distintos.			
OBJETIVO			
Propiciar aos estudantes de ciências sociais o conhecimento sobre os distintos campos de investigação etnológica no Brasil e suas diferentes abordagens teóricas e metodológicas com ênfase na multiplicidade de histórias indígenas vivenciadas em diferentes temporalidades, ecossistemas e modos de colonização distintos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). História dos índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. FERNANDES, Florestan. A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios . São Paulo: Editora Global, 2009. MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil . São Paulo: EDUSP, 2007. PACHECO DE OLIVEIRA, João. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades . Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. Souza Lima, Antonio Carlos (Org.). Tutela: formação de estado e tradições de gestão no Brasil . Rio de Janeiro: E-papers, 2014. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaio de Antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORBA, Telêmaco. 1908. Actualidade indígena (Paraná, Brazil). Curitiba: Imprensa Paranaense. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/borba_1908_actualidade . Acesso em: 26 set. 2018. BRIGHENTI, Clovis Antonio. Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e estados nacionais . Florianópolis: EdUFSC; Chapecó: Argos, 2010. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado . São Paulo: Cosac Naify, 2003. CARNEIRO DA CUNHA, M. Cultura com aspas . São Paulo: Cosac Naify, 2009. MONTEIRO, John M. Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração . São Paulo: Yankatu: Comissão Pro-Índio, 1984. Disponível em: http://www.cpisp.org.-br/pdf/IndiosemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf . Acesso em: 26 set. 2018. O'DWYER, Eliane Cantarino. O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: E-papers, 2010. OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. Quebra a cabaça e espalha a semente: desafios para um protagonismo indígena . Rio de Janeiro: E-Papers, 2015. SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal (Orgs.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola . São Paulo: FAPESP: Global, 2001. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro . 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. VEIGA, Juracilda. Aspectos fundamentais da cultura Kaingang . 1. ed. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1417	GÊNERO, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
Trajetória histórica dos estudos antropológicos de gênero, sexualidade e violência. A produção teórica e as diferentes abordagens sobre a temática. Identidade de gênero. Masculinidade e feminilidade. Importância dos estudos de gênero e sexualidade para a formação docente. Diversidade sexual e a educação: possibilidades, dificuldades e impasses			
OBJETIVO			
Sensibilizar os(as) discentes para a importância de se incorporar as questões da diversidade, de gênero e sexualidade na formação continuada; Conhecer as principais teorias que tratam da temática, buscando a transversalidade desta discussão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Educação e Realidade , Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184. jul./dez. 1995. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71724 . Acesso em: 26 set. 2018.			
BUTLER, Judith. Problemas de gênero : feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.			
CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade , Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206. jul./dez. 1995. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671 . Acesso em: 27 set. 2018.			
GROSSI, Miriam. Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em Primeira Mão , Florianópolis, v. 24, 1998. Disponível em: http://www.miriamgrossi.cfh.-prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf . Acesso em: 13 ago. 2018.			
HEILBORN, Maria Luiza (Org.). O aprendizado da sexualidade : reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006.			
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade , Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667 . Acesso em: 27 set. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdo: versão final 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://www.e-clam.org/downloads/GDE_VOL1versaofinal082009.pdf . Acesso em: 27 set. 2018.			
FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I : a vontade de saber. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.			
GAGNON, John. Uma interpretação do desejo : ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.			
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação : uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petropolis: Vozes, 2014. 184 p. (Coleção educação pós-crítica).			
SARTORI, Ari J.; BRITTO, Néli S. (Org.) Gênero na Educação: espaço para a diversidade . 3ª ed. Florianópolis : Nova Letra / Genus, 2011.			
SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion (Orgs.). Gênero, diversidade e desigualdades na educação : interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Ed. UFPE, 2009. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf/fdda0d28-41f4-4145-bb34-e0013193a9cb . Acesso em: 27 set. 2018.			
STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva . Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1418	IDENTIDADES, ETNICIDADE E MINORIAS	04	60
EMENTA			
O debate contemporâneo acerca da identidade, etnicidade e minorias. Estudo das relações entre Estado, nação e identidades étnicas. Comunidades tradicionais. As políticas públicas de gestão da diferença cultural. Cultura, política e poder.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes a compreensão sobre as principais abordagens teóricas relacionadas à identidade, cultura, etnicidade e suas interfaces com as relações de poder na construção da nação e nas políticas do Estado de gestão das diferenças.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Fredrik & LASKE, TOMKE. Guru : o iniciador e outras variações antropológicas. São Paulo: Contra Capa, 2008. BOURDIEU, Pierre. A identidade e representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: ____ O poder simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, p. 107-132, 1989. GOFFMAN, Erving. Estigma : notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro. Zahar, 1982. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. MAUSS, Marcel. A nação . São Paulo: Três Estrelas, 2017. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . São Paulo: Ed. UNESP, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, [1998]. CARVALHO, José jorge. Inclusão étnica e racial no Brasil : a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005. CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. Cadernos do CEOM , Chapecó, v. 19, n. 23, p. 265-343, s. d. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2106/1196 . Acesso em: 27 set. 2018. HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. Mana : estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-39, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf . Acesso em: 27 set. 2018. O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. <i>Revista de antropologia</i> . v. 61 n. 1 (2018) http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/10628 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006. RENK, Arlene Anélia. Narrativas da diferença . Chapecó: Argos, 2004. SCHWARCZ, L. K. M.; QUEIROZ, R. S. Raça e diversidade . São Paulo: EDUSP, 1996. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1419	MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA	04	60
EMENTA			
Marcadores Sociais da Diferença e a formação docente. A transversalidade entre os principais Marcadores Sociais da Diferença: raça/etnia, gênero/sexo/sexualidade, classe social, família/idade/ geração.			
Objetivo			
Apresentar e debater, a partir das contribuições teóricas desta temática, a importância dos Marcadores Sociais da Diferença na formação continuada para subsidiar a prática pedagógica dos futuros docentes.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2012			
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.			
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . Vol. I – O Legado da “Raça Branca”. São Paulo : Editora da USP, 1965.			
GROSSI, Miriam. Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em Primeira Mão , Florianópolis, v. 24, p.1-14, 1998.			
Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1205/identidade_genero_revisado.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 13 ago. 2018.			
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.) O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995).São Paulo: Sumaré, 1999. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na-ciencia-social-brasileira-1970-1995-opcao-b/volume-ii-sociologia/638-classes-sociais/file .			
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petropolis: Vozes, 2005.			
RIFIOTIS, Théophilos. Marcadores Sociais da Diferença. In: Antropologia aplicada à administração . Florianópolis: Departamento de C. da Administração/UFSC, 2009.			
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica . Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667 . Acesso em: 27 set. 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOTTOMORE, Tom. DICIONÁRIO do pensamento marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012.			
BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184. jul./dez. 1995. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71724 . Acesso em: 26 set. 2018.			
DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. Horizontes Antropológicos , Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010, Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/03.pdf . Acesso em: 25 set. 2018.			
GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdo: versão final 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: http://www.e-clam.org/downloads/GDE_VOL1versaofinal082009.pdf . Acesso em: 27 set. 2018.			
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social . Petrópolis Vozes, 1981.			



OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites.** Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte : Autêntica, 1999.

SARTORI, Ari J.; BRITTO, Néli S. (Org.) **Gênero na Educação: espaço para a diversidade.** 1ª.Reimpr. 3ª Ed. Florianópolis : Genus / Nova Letra, 2011.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion (Orgs.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para a formação docente.** Recife: Ed. UFPE, 2009. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf/fdda0d28-41f4-4145-bb34-e0013193a9cb . Acesso em: 27 set. 2018.

STOLLER, Robert. **Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000189&pid=S1414-9893200600010001100041&lng=pt

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1420	POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Aspectos históricos e institucionais das políticas públicas e sociais. Objetivos, natureza e dinâmica das políticas públicas e sociais. Participação social na gestão de políticas públicas no Brasil. Processos participativos, governança e gestão pública democrática.			
OBJETIVO			
Apresentar a dinâmica das políticas públicas e sociais no Brasil e as diferentes abordagens teóricas a respeito da participação social.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. Lua Nova, n. 49, 2000.			
CELINA, Souza. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16 . Acesso em: 27 set. 2018.			
DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação . 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 84 p (Primeiros Passos; 95)			
HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2003.			
PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.161 p.			
HASS, Monica; MATIELLO, Alexandre; ROTTA, Edegar e SEIBEL, Erni. Políticas públicas, descentralização e participação social : contribuições ao estudo da trajetória em Chapecó (SC). Curitiba, CRV, 2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AVRITZER, Leonardo. A moralidade da democracia : ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo, SP: Perspectiva, 2012. 168 p. (Coleção debates; 272)			
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . 9.ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.			
BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. Dados : revista brasileira de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999, p. 655-690. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 27 set. 2018.			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. Conselhos gestores e participação sociopolítica . São Paulo, SP: Cortez, 2005. 120 p.			
GOMIDE, Alexandre de Ávila e PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades Estatais e Democracias: arranjos institucionais de Políticas Públicas . Brasília, IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf . Acesso em: 21 mai. 2019.			
MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos. A política pública como campo multidisciplinar . São Paulo:Unesp/Fiocruz, 2013a.			
MARQUES, Eduardo. Government, political actors and governance in urban policies in Brazil and São Paulo: concepts for a future research agenda. Brazilian Political Science Review , v. 7, 2013b.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1421	ESTUDOS SOBRE A BURGUESIA NO BRASIL	04	60
EMENTA			
O conceito de burguesia. O bloco no poder. Burguesia e trabalhadores. A burguesia nos países dependentes. A problemática da revolução brasileira. Desenvolvimentismo, neo-liberalismo e (neo)desenvolvimentismo. Burguesia e regimes políticos no Brasil.			
OBJETIVO			
Discutir o lugar e o papel da burguesia nos diferentes momentos históricos do capitalismo brasileiro.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT . Campinas: Editora da Unicamp, 2018. FARIAS, Francisco Pereira de. Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964) . Curitiba, CRV, 2017. FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: história e historiografia . São Paulo, Companhia das Letras, 1997. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil . 5ªed. São Paulo: Globo, 2006. GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira . São Paulo, Brasiliense, 1981.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARBOSA, Agnaldo Sousa. Revisitando a literatura sobre o empresariado industrial brasileiro: dilemas e controvérsias. Caderno CRH , vol.26, n.68, 2013, pp.391-406. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200012&lng=en&nrm=iso Acesso em: 3 abr. 2019. BERRINGER, Tatiana. A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula . Curitiba: Appris, 2015. BRESSER-PEREIRA, L. C. ; DINIZ, Eli . Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. Novos Estudos CEBRAP (Impresso) , v. 84, p. 82-99, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a06.pdf COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. Revista de Sociologia e Política , vol. 22, n. 52, 2014, p.47-57. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000400004&lng=en&nrm=iso Acesso em: 3 abr. 2019 DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. A difícil rota do desenvolvimento: empresários e agendas pos-neolibera . Rio de Janeiro: Humanitas/Iuperj, 2007. MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. Revista de Sociologia e Política , no.28, Jun 2007, p.131-146. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100009&lng=en&nrm=iso Acesso em: 3 abr. 2019. MANCUSO, Wagner Pralon. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. Dados , vol. 47, n. 3, 2004, pp.505-547. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582004000300003&script=sci_abstract&tlng=es Acesso em: 3 de abr. 2019. MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. Crítica Marxista , São Paulo, n.47, 2018.			



SAES, Décio Azevedo Marques de. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. **Boletim campineiro de geografia**, vol.6, n. 1, 2016. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/267> Acesso em: 3 abr. 2019.

SOUZA, Angelita Mattos de. **Estado e dependência no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: AnnaBlume, 2001



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1422	ESTUDOS URBANOS	04	60
EMENTA			
A cidade como objeto: aspectos conceituais, abordagens metodológicas e (inter)disciplinares. A constituição do urbanismo como campo de conhecimento. A cidade como categoria sociológica em Wirth, Simmel, Weber e Marx. O papel do Estado na urbanização capitalista. O planejamento e a gestão urbanos como campo de conflito. Políticas públicas urbanas e participação democrática.			
OBJETIVO			
Conhecer os processos de urbanização, de planejamento e gestão urbanos, sobretudo no Brasil, à luz das ciências sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana . São Paulo: Martins Fontes, 2014. MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças . São Paulo: Boitempo, 2015.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BENEVOLO, Leonardo. História da cidade . São Paulo: Perspectiva, 2015. FREITAG, Bárbara. Teorias da cidade . Campinas: Papyrus Editora, 2006. JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades . São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . São Paulo : Centauro, 2001 MARICATO, Ermínia. Impasse da política urbana no Brasil . Petrópolis : Editora Vozes, 2014. ROLNIK, Raquel. O que é cidade . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais . São Paulo: Ed. UNESP, 2004. SANTOS JUNIOR, Orlando A.; MONTANDON, Daniel T. (Orgs.). Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas . Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/302/Livro_Os_planos_diretores_municipais_ps_EC_balano_critico_e_perspectivas.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em 21 mai. 2019. VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano: textos básicos de ciências sociais . Rio de Janeiro : Zahar, 1967.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1423	ESTUDOS RURAIS I	04	60
EMENTA			
Perspectivas clássicas e contemporâneas acerca do campesinato e da agricultura. Modernização e desigualdade social no campo. O debate contemporâneo sobre reforma agrária. A questão agrária no Brasil.			
OBJETIVO			
Conhecer o debate teórico acerca do campesinato e da agricultura no Brasil e no mundo. Desenvolver a capacidade analítica acerca dos processos sociais agrários.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3. ed. São Paulo: EDUSP; 2007. 294 p.			
CARVALHO, H. M. Chayanov e o campesinato . São Paulo: Expressão Popular, 2014.			
LÊNIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.			
PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2008. 372 p.			
STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil . São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUMER, Anita (Org.). Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões . Porto Alegre: UFRGS, 2005.			
ELI DA VEIGA, José. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica . São Paulo EDUSP/HUCITEC, 1991.			
FILIPPI, Eduardo Ernesto. Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2005.			
MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea . São Paulo: UNESP, 2010. (Coleção NEAD).			
SCHNEIDER, Sérgio (org.) A diversidade a Agricultura Familiar , Porto Alegre, Editora UFRGS.			
SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa . Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, jan-jun. 2002. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_86.pdf Acessado em 24 de agosto de 2019.			
WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1424	ESTUDOS RURAIS II	04	60
EMENTA			
Agricultura familiar, campesinato e pluriatividade. Formas de dominação e resistência no campo. Organização e ação coletiva dos agricultores e camponeses. Desenvolvimento rural e políticas públicas. Parentesco, religiosidade e reciprocidade no mundo rural. Modernização e desigualdades sociais no campo. Impactos sociais e ambientais dos modelos de produção agrícola.			
OBJETIVOS			
Conhecer os principais temas relacionados à agricultura e ao mundo rural no Brasil e promover o debate acerca dos diferentes modelos de agricultura.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignez Silveira. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1 e 2. (Coleção NEAD).			
GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1 e 2. (Coleção NEAD).			
MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. Formas da resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1 e 2. (Coleção NEAD).			
SCHNEIDER, Sérgio (Org.). A diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2009			
WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações básicas. São Paulo: UNESP, 2009. (Coleção NEAD).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno, (Org.). Agricultores ecológicos e o ambiente rural: Visões interdisciplinares. São Paulo, SP: Annablume, 2012. 268 p			
BRUNO, Regina A. L. Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X e Edur-UFRRJ, 2009.			
GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017. 513 p			
MEDEIROS, Leonilde Sérvo. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.			
NEVES, Delma Peçanha. Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1 e 2. (Coleção NEAD).			
PAULILO, Maria Ignez Silveira. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 383 p.			
STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 1, 2, 3, 4 e 5.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1425	ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA ⁵	04	60
EMENTA			
Estudos sobre Deficiência no Brasil. Movimento de pessoas com deficiência. Modelo social de deficiência: marxismo e feminismo. Deficiência e interseccionalidade: gênero, sexualidade, geração, classes sociais. Políticas públicas para pessoas com deficiência: saúde, assistência social, trabalho e educação.			
OBJETIVOS			
Oferecer um panorama sobre as pesquisas realizadas no Brasil desde os anos de 1990 na área interdisciplinar dos Estudos sobre Deficiência.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AMARAL, Rita; COELHO, Antônio Carlos. Nem Santos nem Demônios: considerações sobre a imagem social e a auto-imagem das pessoas ditas deficientes. Os Urbanistas , v. 1, n. 0, 2003. Disponível em: https://www.monografias.com/pt/trabalhos/imagem-deficientes-fisicos-sao-paulo/imagem-deficientes-fisicos-sao-paulo.shtml . Acesso em: 30 mar. 2019.			
DINIZ, Débora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. Série ANIS , Brasília, v. 28, p. 1–8, 2003. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/15250 . Acesso em: 5 jul. 2017.			
DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino Dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur: revista internacional de direitos humanos , v. 6, n. 11, p. 64–77, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004 . Acesso em: 5 jul. 2012.			
MELLO, Anahi Guedes De; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. Revista Estudos Feministas , v. 20, n. 3, p. 635–655, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en . Acesso em: 23 jun. 2016.			
PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. Educação & Sociedade , v. 34, n. 123, p. 459–475, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en . Acesso em: 9 jul. 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARBOSA, Livia; DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson. Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada. Textos & Contextos , v. 8, n. 2, p. 377–390, 2009. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/6351 . Acesso em: 22 jun. 2016.			
BERNARDES, Liliâne Cristina Gonçalves; ARAÚJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira. Deficiência, políticas públicas e bioética: percepção de gestores públicos e conselheiros de direitos. Ciência & Saúde Coletiva , v. 17, n. 9, p. 2435–2445, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000900024&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 7 jul. 2016.			
DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; SQUINCA, Flávia. Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Cadernos de Saúde Pública , v. 23, n. 10, p. 2507–2510, out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-			

5 CCR optativo conexo com área da Saúde.



311X2007001000025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 22 jun. 2016.

GARCÍA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, n. 1, p. 165–187, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en . Acesso em: 28 jun. 2016.

GLAT, Rosana. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 65–74, 1992. Disponível em: <https://abpee.net/revista-1/> . Acesso em: 30 mar. 2019.

GUIMARÃES, Raquel. Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nessa relação? **Revista SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 213–238, 2009. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/24 . Acesso em: 22 jun. 2016.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 833–849, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en . Acesso em: 9 jul. 2016.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. **TDA 1040 – A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento**. Textos para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília, setembro de 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4238. Acesso em: 30 mar. 2019



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1426	ESTUDOS SOCIAIS DA LINGUAGEM ⁶	04	60
EMENTA			
Introdução ao estudo da ideologia, do poder simbólico, dos sistemas de conhecimento e da interação social como linguagem, a partir da leitura e discussão de obras básicas de diferentes autores, de seus comentadores e de pesquisas feitas a partir das abordagens propostas por estes.			
OBJETIVOS			
Analisar as contribuições de Althusser, Bourdieu, Foucault, Goffman e Volochinov (Bakhtin), para o estudo da realidade social da linguagem, evidenciando as diferenças de suas abordagens.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, Valentin). Marxismo e filosofia da linguagem . 13. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2012. 203 p. HANKS, William F. Língua como prática social . São Paulo: Cortez, 2008, RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). Sociolinguística interacional . 2 ed. São Paulo, Loyola, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOURDIEU, Pierre. Você disse “popular”? Revista Brasileira de Educação , n.1, p.16-26, jan./abr. 1996. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbe-digital/RBDE01/RBDE01_04_PIERRE%20BOURDIEU.pdf . Acesso em: 27 set. 2018. COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. DELTA , São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-54, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n1/a02v16n1.pdf . Acesso em: 27 set. 2018. FERNANDES, Cleudemar Alves. Contribuições de Erving Goffman para os estudos linguísticos. Cadernos de Linguagem e Sociedade , v. 4, p. 94-110, 2000. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1293/947 . Acesso em: 27 set. 2018. FOUCAULT, Michel. Os anormais . São Paulo: Martins Fontes, 2001. HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Orgs.). Da diáspora: identidades e mediações culturais . Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2013. NUNES, Jordão Horta. A sociolinguística de Goffman e a comunicação mediada. Tempo Social , São Paulo, v. 19, n. 2, p. 253-286, nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a10v19n2 . Acesso em: 27 set. 2018. ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia . Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996. 337 p.			

6 CCR optativo-conexo com Letras e História.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1427	SOCIOLOGIAS EMERGENTES: DECOLONIALIDADE E ESTUDOS PÓS- COLONIAIS	04	60
EMENTA			
Colonialismo e pós-colonialidade; dinâmicas contemporâneas do discurso colonial e desafios de uma episteme pós-colonial. Identidade e seus enclaves. A América Latina como problema de investigação. Fundamentos etnocêntricos do colonialismo e “racismo epistemológico” ocidental. Atualidade e perspectivas: desafios políticos contemporâneos.			
OBJETIVO			
Aproximar os/as estudantes de um conjunto de propostas teóricas críticas no campo do pensamento o pós-colonial e decolonial que constroem um aparato de análise que possibilita a desconstrução de um conjunto de práticas e discursos produzidas a partir das experiências euroreferenciadas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013, n.11, pp.89-117. ISSN 0103-3352. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004</p> <p>CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo, v. 27,n. 80,Out. 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001</p> <p>COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2006, vol.21, n.60, pp.117-134. ISSN 0102-6909. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100007.</p> <p>CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. Nómadas, n. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.</p> <p>FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. EDUFBA: Salvador, 2008.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Editora Cortez, 2010.</p> <p>MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALATAS, S. F. A definição e os tipos de discursos alternativos. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, no 46 p. 225-245, julho-dezembro de 2010. Disponível em: http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.</p> <p>GROSGOUEL, Ramón. El concepto de «racismo» En Michel Foucault y Frantz Fanon: teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser. Tábula Rasa, n. 16, p. 79-102, 2012. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/396/39624572006.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.</p> <p>LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas. Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755. Acesso em: 29</p>			



mar. 2018.

ROSA, Marcelo C. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 43-65, jan.-abr. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16936>. Acesso em: 29 mar. 2018.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1428	MOVIMENTOS SOCIAIS I	04	60
EMENTA			
As diferentes abordagens teóricas dos movimentos sociais: os “novos” movimentos sociais, a mobilização de recursos, a mobilização política, a teoria do reconhecimento, a análise marxista.			
OBJETIVOS			
Conhecer os principais paradigmas teóricos sobre sociedade civil e movimentos sociais, em especial no contexto de novos movimentos ocorrentes a partir da década de 60 do século XX.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AVRITZER, Leonardo. A moralidade da Democracia. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. BOSCHI, Renato Raul (Org). Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. 179 p (Debates urbanos, v.5) GOHN, Maria da Glória Marcondes. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003. GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 2000. GOMES, Flávio dos Santos. Negros e política (1988-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Descobrimos o Brasil) (E-book). MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo, SP: Paulinas, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARDOSO, Ruth. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350. Disponível em : http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-09.pdf . Acesso em: 30 mai. 2019. GALVÃO, Andréia. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? 32. Anual da Anpocs. Anais . Caxambu-MG, 2008. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt24-15/2522-andreiagalvao-o-marxismo/file . Acesso em: 30 mai. 2019 LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04 . Acesso em: 30 mai. 2019 MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova , São Paulo, n. 17, 1989. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004 . Acesso em: 30 mai. 2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1429	MOVIMENTOS SOCIAIS II	04	60
EMENTA			
Os movimentos sociais na América Latina. Contexto de emergência de movimentos advindos da sociedade civil na América Latina, em especial no contexto de “redemocratização” dos Estados nacionais. Movimentos sociais, pensamento pos-colonial e de-colonial.			
OBJETIVOS			
Refletir sobre os movimentos sociais na América Latina.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, n. 3, v. 1, fev. 1987. Disponível em: http://www.centro-ruthcardoso.org.br/boletim/download/maisdocentro2_documento+se+_movimentossociais.pdf . Acesso em: 30 mai. 2019.			
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Organizador). O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.			
DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil . São Paulo: Paz e Terra, 2002.			
SCHERER-WARREN, I. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. Caderno CRH , v.21, n.54. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300007 . Acesso em: 30 de mai. 2019			
QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales , Caracas, v. 10, n. 1, 2004 Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110307125643/2ACQuijano.pdf , acesso em 30 mai. 2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
STEFANONI, Pablo. Siete preguntas y siete respuestas sobre la Bolivia de Evo Morales. Nueva Sociedad , Buenos Aires, n. 209, maio-jun. 2007. Disponível em: https://nuso.org/articulo/siete-preguntas-y-siete-respuestas-sobre-la-bolivia-de-evo-morales/ . Acesso em: 30 de maio.2019.			
BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Revista Estudos feministas . N.2\95. Vol.3. 1995. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034 . Acesso em: 30 de mai.2019.			
BARRETO, Raquel de Andrade. Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez . Dissertação de Mestrado. Departamento de História da PUC-Rio. 2005. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/e2809cenegrecendo-o-feminismoe2809d-ou-e2809cfeminizando-a-rac3a7a-narrativas-de-libertac3a7c3a3o-em-angela-davis-e-lc3a9lia-gonzalez-raquel-de-andrade-barreto.pdf . Acesso em: 30 de maio.2019.			
CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. Revistas Estudos Feministas , vol. 8, n. 2, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922 . Acesso em: 30 maio.2019.			
CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais;			



TAKANO Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>.

Acesso em 30 mai. 2019.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia** (Revista do programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE), Recife, v.16, p.185-215, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235294>. Acesso em 30 mai. 2019.

FLÓREZ-FLÓREZ, J. (2007). Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos. Las claves analíticas del proyecto modernidad colonialidad. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón (Eds.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Universidad Central/Siglo del Hombre Editores, p. 243-266. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>. Acesso em: 30. mai. 2019



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1430	SOCIOLOGIA DA CULTURA	04	60
EMENTA			
A problemática da cultura nas Ciências Sociais. A realidade social das formas simbólicas: linguagem, imaginário e memória. As relações entre as práticas dos agentes individuais e coletivos e as representações de si e do mundo social. O problema da legitimidade, dos valores e da dominação. A produção das ideologias e a reprodução social. Utopia e ideologia			
OBJETIVO			
Apresentar a problemática circunscrita pelo campo da sociologia da cultura, identificando os principais autores e o estado da arte contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LOWY, Michael; SAYRE, Robert. Revolta e melancolia : o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015. HOBSBAWM, Eric. Tempos fraturados : cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das letras. 2013 MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira . São Paulo: Companhia das Letras, 2001. ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira : cultura brasileira e indústria cultural. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo . São Paulo: Unesp, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOSI, Alfredo. Dialética da colonização . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . Bauru: Edusc, 1999. KONDER, Leandro. A questão da ideologia . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. MARX, Karl. A ideologia alemã . São Paulo: Boitempo, 2007. MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. Tempo social , abril 2003. disponível em http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a04.pdf ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura . São Paulo: Brasiliense, 1994.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1431	SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	04	60
EMENTA			
Principais abordagens da sociologia do conhecimento. O conhecimento como um fenômeno sociológico, e a produção social do conhecimento. Conhecimento e dinâmica social. Ideologia e utopia. Relações autor, obra e contexto.			
OBJETIVO			
Apresentar a problemática circunscrita pelo campo da sociologia do conhecimento, identificando os principais autores e o estado da arte contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERGER, P. e LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade . Rio de Janeiro: Vozes, 2005.			
BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas . São Paulo: Perspectiva, 1999.			
ELIAS, Norbert. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. Sociedade e Estado , Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008 http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a02v23n3.pdf			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . São Paulo: Boitempo, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.			
POCOCK, John. Linguagens do Ideário Político . São Paulo: Edusp, 2003.			
ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia . Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1432	SOCIOLOGIA DA LITERATURA	04	60
EMENTA			
Sociedade e literatura. Autor, obra e público. As diferentes formas de abordagem sociológica da obra literária. As relações entre a obra literária e a sociedade.			
OBJETIVOS			
Desvelar a problemática circunscrita pelo campo da sociologia da literatura, identificando os principais autores e o estado da arte contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos . Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009. LUKÁCS, George. Teoria do romance . São Paulo: Duas Cidades, 2000, SCHWARZS, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo . São Paulo: Duas Cidades, 2000. HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura . São Paulo: Martins Fontes, 2010. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . 46. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AUERBACH, Erich. Mimesis: apresentação da realidade na literatura ocidental . São Paulo: Perspectiva, 2011. BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário . São Paulo: Companhia das letras: 1996. LUKACS, Georg. Marxismo e teoria da literatura . São Paulo: Expressão Popular, 2010. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cultura, arte e literatura . São Paulo: Expressão Popular, 2010 WATT, Ian. A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1433	CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	04	60
EMENTA			
Intérpretes do Brasil e a formação da sociedade brasileira. Dialética da colonização, escravidão e patriarcalismo. Nacionalismo e a invenção da brasilidade Capitalismo dependente e revolução burguesa. Modernização, desenvolvimento e populismo.			
OBJETIVO			
Aprofundar a compreensão sobre o pensamento social no Brasil e ampliar a reflexão sociológica sobre a realidade brasileira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos . Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil . 5ªed. São Paulo: Globo, 2006. FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala . São Paulo: Global, 2006. PRADO, Caio Jr. Formação do Brasil contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 1996. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Cia das Letras, 1999. CUNHA, Euclides. Os sertões . Rio De Janeiro: Publifolha, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOSI, Alfredo. Dialética da colonização . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro . São Paulo: Publifolha, 2000. CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade . São Paulo: Publifolha, 2000. FREYRE, Gilberto. Interpretação do Brasil . São Paulo: Global, 2015. IANNI, Octavio. Pensamento social no Brasil . Bauru: EDUSC, 2004. MOTA, Lourenço Dantas (org). Um banquete no trópico . 2ed. São Paulo: SENAC, 1999. v.1 MOTA, Lourenço Dantas (org). Um banquete no trópico . São Paulo: SENAC, 2000. v.2 VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura . 2e. São Paulo: Paz e Terra, 2000. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial . São Paulo: Ática, 1985. IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1434	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CULTURAIS	04	60
EMENTA			
Formação dos estudos culturais, e principais representantes. O marxismo ocidental e o problema da cultura. Cultura, materialismo e sociedade.			
OBJETIVOS			
Apresentar a problemática circunscrita pelo campo dos estudos culturais, identificando os principais autores e o estado da arte contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos . Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009. CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais . São Paulo: Boitempo, 2003. SAID, Edward. Cultura e imperialismo . São Paulo: Companhia das letras, 2011. THOMPSON, Edward Paul. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. WILLIAMS, Raymond. A política e as letras . São Paulo: Unesp, 2013. WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade . Petrópolis: Vozes, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CEVASCO, Maria Elisa. Para ler Raymond Williams . São Paulo: Paz e Terra, 2001. HOBSBAWM, Eric. Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX . São Paulo: Companhia das letras, 2013. SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas : São Paulo: Duas Cidades, 2003. THOMPSON, Edward Paul. A formação da classe operária inglesa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo . São Paulo: Unesp, 2011. WILLIAMS, Raymond. Televisão: tecnologia e forma cultural . São Paulo: Boitempo, 2016. WILLIAMS, Rymond. O campo e a cidade: na história e na literatura . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1435	MÚSICA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Fundamentos sociais, simbólicos e históricos da música. Antropologia da Música. Sociologia da Música. História da Música. Música, tradição e modernidade. Música e diversidade. Músicas indígenas. Músicas afro-brasileiras. Músicas periféricas globalizadas. Música popular. Indústria musical.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes uma introdução às diferentes abordagens sobre música na perspectiva das Ciências Sociais e Humanas, de modo que adquiram instrumental teórico para incorporarem a dimensão musical aos seus interesses acadêmicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ELIAS, Norbert. Mozart . Rio de Janeiro: Zahar, 1994. HOBSBAWN, Eric. A história social do jazz . São Paulo: Paz e Terra, 2009. SEEGER, Anthony. Por que canta Anthony Seeger? . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100010 . Acessado 25/05/2019. WEBER, Max. Os fundamentos racionais e sociológicos da música . São Paulo: EDUSP, 1995. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732009000300011 . Acessado 25/05/2019. WISNIK, José Miguel. O som e o sentido: uma outra história das músicas . São Paulo: Cia das Letras, 2017.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia da música . São Paulo: Ed. UNESP, 2011. BASTOS, Rafael José de Menezes Bastos. A musicológica Kamayurá: para uma antropologia da comunicação no alto Xingu . Florianópolis: EdUFSC, 1999. MORELLI, Rita. Indústria fonográfica: um estudo antropológico . Campinas: UNICAMP, 2009. PINTO, Thiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma Antropologia Sonora. Revista de Antropologia , 2001, Vol. 44, nº 1, pgs. 221-286. PRASS, Luciana. Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa. Musicalidades Quilombolas do Sul do Brasil . Porto Alegre: Sulina, 2013. SANTOS, Luana Zambiazzi dos. "Todos na produção": um estudo etnográfico das narrativas sônicas e raps em um bairro popular do sul do Brasil . Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em http://sabi.ufrgs.br . VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca . Rio de Janeiro: Zahar, 2014. VIANNA, Hermano. O mistério do samba . Rio de Janeiro: Zahar, 1995.			





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1406	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	04	60
EMENTA			
Introdução às ciências econômicas e ao pensamento econômico. Fundamentos da oferta e da demanda agregada. Contas Nacionais. Balanço de Pagamentos. Consumo e Investimento. Moeda e Bancos. Política Monetária. Inflação e desemprego. Economia Brasileira.			
OBJETIVO			
Prover ao estudante conhecimentos sobre os conceitos e os instrumentos básicos de análise econômica, principalmente em seus aspectos macroeconômicos, capacitando-o a uma melhor compreensão dos problemas de natureza econômica, notadamente os referentes à economia brasileira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana . Rio de Janeiro: Campus, 1990. BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaio sobre o capitalismo do século XX . São Paulo: Ed. UNESP; Campinas-SP: Unicamp, Instituto de Economia, 2004. EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital . São Paulo: Ed. 34, 2000. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GIAMBIAGI, Fabio et al. Economia brasileira contemporânea . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. PAULANI, Leda; BRAGA, Márcio. A nova contabilidade social . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo . Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. BRENNER, Robert. O boom e a bolha . Rio de Janeiro: Record, 2002. CANO, Wilson. Introdução à economia: uma abordagem crítica . São Paulo: Unesp, 2007. CHESNAIS, François. A mundialização financeira . São Paulo: Xamã, 1998. FEIJÓ, Carmen A. et al. Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil . Rio de Janeiro: Campus, 2001. GOWAN, Peter. A roleta global . Rio de Janeiro: Record, 2003. GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1436	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I	02	30
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de sociologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1437	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II	02	30
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de sociologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1438	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de sociologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1439	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA IV	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de sociologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1440	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA V	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de sociologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1441	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I	02	30
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de antropologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1442	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II	02	30
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de antropologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1443	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de antropologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1444	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de antropologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1445	TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA V	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de antropologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1446	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I	02	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciência política.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1447	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II	02	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciência política.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1448	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA III	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OJETIVO			
Abordar um tema de Ciência política.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1449	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IV	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciência política.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1450	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA V	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciência política.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1451	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS I	02	30
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciências sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1452	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS II	02	30
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciências sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1453	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS III	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciências sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1454	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS IV	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciências sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1455	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS SOCIAIS V	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciências política.			
OBJETIVO			
Abordar um tema de Ciências sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Serão indicadas quando da aprovação da oferta em colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1130	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
EMENTA		
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Aprendizagem e deficiências. Aprendizagem e transtornos globais do desenvolvimento. Aprendizagem e altas habilidades/superdotação. Plasticidade cerebral e aprendizagem. Recursos de comunicação aumentativa e alternativa. Recursos pedagógicos acessíveis.		
OBJETIVO		
Compreender o cenário produzido a partir de uma perspectiva inclusiva para a educação, criando as condições para a atuação profissional em contextos inclusivos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL, Universidade Federal do Ceará. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.		
BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.		
LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.		
LOUREIRO, Carine Bueira (org.); KLEIN, Rejane Ramos (org.). Inclusão e aprendizagem: contribuições para pensar as práticas pedagógicas. Curitiba: Appris, 2017.		
THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo. Curitiba: Appris, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.		
BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações curriculares, estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.		
DOMINGUES, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.		
FLEITH, Denise de Souza (org) A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: orientação a professores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.		
GIACOMINI, Lília. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.		



LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

LOWENTHAL, Rosane; FILHO, José Ferreira Belisario. Transtornos Globais do Desenvolvimento e os desafios para o processo de inclusão educacional. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Revista Inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, v.5, n.2, p. 39-46, jul/dez. 2010.

ROTTA, Newra Tellechea. Plasticidade cerebral e aprendizagem. In: ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos de aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

* Componente curricular incluídos conforme RESOLUÇÃO Nº 1/CCLCSCH/UFFS/2024



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1978	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO II : METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS	06	90
EMENTA			
<p>Planejamento, desenvolvimento, avaliação em atividades de extensão e cultura associadas ao tema do laboratório com protagonismo do estudante e envolvimento social e comunitário. Reflexões sobre os desafios e obstáculos da prática docente em Ciências Sociais. Análise dos documentos oficiais/orientadores para o ensino de sociologia (Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's); Orientações Curriculares Nacionais (OCN's); Proposta Curricular de Santa Catarina). Análise teórica e metodológica das escolhas dos conteúdos programáticos. Avaliação de programas de ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio e estudos a partir de Livros Didáticos, Paradidáticos, Revistas, Documentários e demais produções voltadas ao ensino de sociologia. Seleção de materiais didáticos. Exercícios de elaboração de programas e planos de ensino de Ciências Sociais para o Ensino Médio.</p>			
OBJETIVO			
<p>Conhecer a discussão acerca dos instrumentos teóricos e metodológicos relacionados à prática docente em sociologia e produzir materiais didáticos voltados ao ensino da sociologia na educação básica por meio de ações extensionistas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias: filosofia, geografia, história, sociologia. Brasília, 2006. v. 3. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Sociologia: ensino médio. Coordenação Amaury C. Moraes. Brasília, 2010. (Coleção explorando o ensino, v. 15). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capapdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192.</p> <p>GOMES, Cândido. A educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1985</p> <p>OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, César Rocha. Sociologia para jovens do século XXI. São Paulo: Livro Técnico, 2007.</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Florianópolis, SC., 2014. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014</p> <p>SILVA, Bento Duarte da Silva; ALVES, Elaine Jesus; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. DO QUADRO NEGRO AO TABLET: desafios da docência na era digital. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 3, p. 532-560, maio. 2017. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52246/1/DO%20QUADRO%20NEGRO%20AO%20TABLET.pdf</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012, p. 94-119. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf</p>			



DOS SANTOS, C. Educação e ‘cibercultura’: como os futuros professores estão se preparando para conduzirem processos educativos voltados a estudantes com atenção continuamente parcial? *Acta Scientiarum. Education*, 44(1), 2021. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.52673>

LOSS, Adriana Salete. Formação de professores / educadores: (auto) formação pessoal, social e profissional (entrevista com António Nóvoa - março de 2015). Curitiba: Appris, 2017.

LOUREIRO, Ana; ROCHA, Dina. Literacia Digital e Literacia da Informação - competências de uma era digital. In Matos, J. et al (Eds.) *Atas do ticEDUCA2012 - II Congresso Internacional TIC e Educação* (pp. 27262738). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, dez, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/758>

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. *Cotidiano e escola: a obra em construção: (o poder das práticas cotidianas na transformação da escola)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2003.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1979	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO III: EDUCAÇÃO, ESCOLA E DIVERSIDADE	06	90
EMENTA			
Planejamento, desenvolvimento, avaliação em atividades de extensão e cultura na interface dos temas do laboratório, priorizando o contexto escolar. Gênero, diversidade étnico-racial, sexualidade e deficiência nos documentos oficiais da educação. Análises dos Projetos Pedagógicos das escolas na perspectiva da diversidade. Metodologias para trabalhar com o tema da diversidade com oficinas e dinâmicas. Produção de materiais didáticos e pedagógicos. Diversidade por meio das linguagens: teatro, música, filme, literatura, revistas, charges, jornais, etc: proposta de atividades. Elaboração de Projetos em parceria com professores do ensino médio. Novas tecnologias e diversidade: produção de mídias.			
OBJETIVO			
Desenvolver competências e práticas de ensino no campo da diversidade: gênero, étnico-racial, sexual, deficiências para e no espaço escolar por meio de ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			



DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. S.l.: Autêntica, 2017.

PEREIRA, Maria Elisabete, et al. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. *Brasília/Rio de Janeiro: SPM/Cepesc (2007)*. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em 29 mar.2018. *Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Promundo, 2008. Disponível em: <https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

CARVALHO, José Jorge. A extensão e os saberes não-ocidentais. *In: CARVALHO, José Jorge. Inclusão étnica e racial no Brasil, a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005, pp. 144-70

SEGATO, Rita. colonialidade do poder e antropologia por demanda. *In: Crítica da colonialidade em oito ensaios*. Bazar do Tempo, 2021, pp. 12-42.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SOUZA, Edileuza Penha de (Org.). **Negritude, cinema e educação**: caminhos para a implementação da lei 10.639/2003. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006. v. 1.

SOUZA, Maria Elena V. (Org.). **Relações raciais no cotidiano escolar**: diálogos com a lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

COSTA, A.H.C.; JOCA, A.M.; PEDROSA FILHO, F.X.R. **Recortes das sexualidades**: encontros e desencontros com a educação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. **Educação e Sexualidade**: identidade, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Rio Grande: Editora FURG, 2008. Disponível em: <http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1655/1/educacao-para-sexualidade.pdf>. Acesso em 29 mar. 19

SOUZA, L. de S.; ROCHA, R. A. da R. (Orgs.). **Formação de educadores, gênero e diversidade**. Cuiabá: Ed. UFMG, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Catálogo de materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero produzidos com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI/MEC**. Brasília [2009]. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/catalogo-genero-e-sexualidade-CGDH.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1980	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	06	90

EMENTA

Implicações das Tecnologias da Informação e comunicação na educação e no ensino das ciências sociais. As tecnologias da informação e comunicação em sala de aula: contexto e compreensão crítica do impacto das TDIC's no ambiente escolar. Atividades práticas de uso das TDIC's para o ensino de ciências sociais: oficinas, produção



de material didático, experimentação de ambientes virtuais e de recursos eletrônicos no Ensino de Ciências Sociais em atividades de extensão e cultura.

OBJETIVOS

Planejar, elaborar e executar atividades didáticas que utilizam as TDIC's como ferramenta e ambiente de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 2005.

SETZER, V.W. **Os meios eletrônicos e a educação**: uma visão alternativa. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2005.

NICOLELIS, M. **Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebros e máquinas** – e como ela pode mudar nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora; SCHNEIDER, Fernanda Chagas (Org.). **Caderno pedagógico: curso de formação de professores em tecnologias da informação e comunicação acessíveis**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2013 - 2014

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALONSO, Kátia Morosov. Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre redes e escolas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.29, n. 104, p. 747-768, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0629104.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

DE SOUZA, Márcio Vieira; GIGLIO, Kamil (Ed.). **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária**. Editora Blucher, 2015.

KAUFMAN, Dora. A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana? [recurso eletrônico]. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Fh-WDwAAQBAJ&printsec=copyright&redirect_esc=y#v=onepage&q&f=false

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: SULINA, 2009.

SALES, Shirlei Rezende; FERREIRA, Aline Gonçalves; VARGAS, Francielle Alves. Juventude em diálogo: tecnologias digitais na extensão universitária. **Revista Conexão UEPG**, v. 11, n. 2, p. 182-193, 2015.

SANCHO, Juana M; HERNÁNDEZ, Fernando et.al. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1981	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: JOVENS, GERAÇÕES E ESCOLA	06	90

EMENTA

Identidades juvenis. Diversidade geracional. Diferenças culturais. Jovens, Juventudes e escola. Atividades de de extensão e cultura, de caráter pedagógico, protagonizadas pelos estudantes, no ambiente escolar, com uso de música e/ou audiovisuais, que remetam às experiências de vida de jovens e juventudes de diferentes gerações e perfis sociológicos.



OBJETIVO

Promover a compreensão das particularidades identitárias e geracionais do público escolar, de modo a aperfeiçoar o processo de mediação pedagógica no ensino básico por meio de atividades de pesquisa e discussões em aula sobre audiovisuais, músicas e imagens que remetam a diferentes aspectos das experiências geracionais; proporcionando, assim, oportunidades, para os professores, de conhecimento sobre as diversidades identitárias dos estudantes, suas experiências de vida, gostos e horizontes simbólicos, bem como de autoconhecimento, por parte dos estudantes, como sujeitos singulares de uma geração singular.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

CARVALHO, José Jorge. A extensão e os saberes não-ocidentais. *In*: CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil, a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar Editorial, 2005, pp. 144-70

NÚÑEZ, Pedro; LITICHEVER, Lucía. **Radiografías de la experiencia escolar**: ser joven(es) en la escuela. Buenos Aires: CLACSO; Grupo Editor Universitario, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160909020803/Radiografias.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018

SEGATO, Rita. colonialidade do poder e antropologia por demanda. *In*: **Crítica da colonialidade em oito ensaios**. Bazar do Tempo, 2021, pp. 12-42.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro et al. **A juventude vai ao cinema**. São Paulo: Autêntica, 2009.

VIEIRA, Maria Manuel et al (orgs.). **Habitar a escola e as suas margens**: geografias plurais em confronto. Portalegre, Portugal: Instituto Politécnico Portalegre, 2013. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10729/1/ICS_MMVieira_Habitar_LEN.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições UNESCO, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

DAYRELL, Juarez. **Família, escola e juventude**: olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999. Disponível em:

https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

SOTO, Felipe G.; LEÓN, Oscar D. **Trayectorias sociales juveniles**: ambivalencias y discursos sobre el trabajo. Santiago do Chile: Instituto Nacional de la Juventud, 2008. Disponível em: <http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/trayectorias-socialesjuveniles.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, p. 95-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea08.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.



STRAPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: EdUFSC, 2006.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1982	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E A EDUCAÇÃO INTEGRAL	06	90
EMENTA			
Do espaço escolar ao seu entorno até outras escalas: o território intencionalmente educativo Crianças e jovens e a cidade educadora. O território no Currículo na formação integral. Metodologias para a identificação de territórios educativos. A escola e a rede de agentes e territórios educativos. Trabalho de campo e atividades propositivas com professores, crianças e jovens. Planejamento, desenvolvimento, avaliação em atividades de extensão e cultura associadas ao tema do laboratório com protagonismo do estudante e envolvimento social e comunitário.			
OBJETIVO			
Desenvolver a reflexão sobre as possibilidades de incorporação de territórios educativos na educação integral por meio de instrumentos e metodologias que envolvam a comunidade escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, G. A. N. Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: Territórios educativos em ação ; Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas/PROARQ-FAU/UFRJ, 2019. AZEVEDO, G. A. N.; MATIELLO, A. M., SILVA, R. da S. O habitar das infâncias e juventudes: territorialidades em rede . Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2024. CABANELLAS, Isabel; ESLAVA, Clara. (Orgs). Territorios de la infancia: diálogos entre arquitectura y pedagogía . Barcelona: Ed. Graó, 2015. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras . Edição de Eulàlia Bosch; ajuda técnica de Maria Ángeles Cabeza. Torres Novas, Portugal: Almondina, 2013. Disponível em: http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf . Acesso em: 24 set. 2018. TERRITÓRIOS educativos para educação integral. Brasília: Programa Mais Educação, 2013. (Série cadernos pedagógicos, 12) Disponível em: http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf . Acesso em: 24 set. 2018. TONUCCI, Francesco. La ciudad de los niños . Madrid: Ed. Graó, 2015. WARDISON, Antonio S.; CAMPBELL FRANCO, Paulo F. (org). Curricularização da extensão: compromisso social e inovação . Santos (SP):Ed. Universitária Leopoldianum, 2020. 204 p. ISBN 978-6587719-07-8. Disponível em: https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2020/11/extens%C3%A3o-completo-ebook.pdf . Acesso em: 13 fev. 2023.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



CORSARO, Willian A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed; 2011.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

MARTINS FILHO, Altino J.; PRADO, Patricia D. (Orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MORIGI, Valter. **Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2016. 197.

SINGER, Helena. **Territórios Educativos: experiências em Diálogo com o Bairro-escola - vol 1**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2015. v. 1. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Territorios-Educativos_Vol1.pdf. Acesso em 21 mai.2019

SINGER, Helena. **Tecnologias do Bairro-escola: Articulação Escola-Comunidade vol. 5**. 1. ed. São Paulo: Cidade Escola Aprendiz / Editora Moderna, 2014. v. 5. Disponível em: https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Tecnologias-do-Bairro-escola_Vol5_articulacao-escola-comunidade.pdf. Acesso em: 21 mai. 2005

VILLAR, María. B. C. **Cidade educadora: nova perspectiva de organização e intervenção municipal**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1983	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: FOTOGRAFIA, EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA	06	90
EMENTA			
Planejamento, desenvolvimento, avaliação em atividades de extensão e cultura na interface dos temas do laboratório, priorizando o contexto escolar. Técnicas fotográficas e história da fotografia. Fotografia como arte e instrumento analítico. Sociologia da imagem e práticas pedagógicas.			
OBJETIVO			
Apresentar as principais técnicas fotográficas e encetar o debate sobre a fotografia como mediação no processo pedagógico e na análise sociológica por meio de ações extensionistas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTHES, Roland. A câmera clara: notas sobre a fotografia . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.			
BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura . 8. ed. rev. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas ; v. 1)			
BERGER, John. Para entender uma fotografia . São Paulo: Companhia das Letras, 2017.			
CARTIER-BRESSON, Henri. O imaginário segundo a natureza . São Paulo: GG, 2015.			
MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem . São Paulo: Contexto, 2017.			
SONTAG, Susan. Sobre fotografia . São Paulo: Companhia das letras, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
ASSOULINE, Pierre. **Cartier-Bresson: o olhar do século**. Porto Alegre: LP&M, 2014.
BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2014.
BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p. 31-39, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a04n26.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.
BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.
CARROL, Henry. **Leia isto se quer tirar fotos incríveis de gente**. GG, 2014.
CARROL, Henry. **Leia isto se quer tirar fotos incríveis**. São Paulo: GG, 2014.
MADUREIRA, J. R. Arte e formação cultural: algumas considerações sobre o papel da extensão universitária. **Revista UFG**, n. 21, p. e21.70474, 2021.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1984	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO IV: PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E ESCOLA	06	90
EMENTA			
Metodologias e instrumentos para a autonomia, autogestão, participação e democracia no espaço escolar. Experimentos em dispositivos de participação: conselhos escolares, associação de pais e mestres, agremiações estudantis, processos eleitorais, processos decisórios. Construção de instrumentos e metodologias participativas entre as juventudes. Planejamento, desenvolvimento, avaliação em atividades de extensão e cultura associadas ao tema do laboratório com protagonismo do estudante e envolvimento social e comunitário.			
OBJETIVO			
Desenvolver repertório para atuação em esferas democráticas e autogestionárias que sirvam de suporte para atividades pedagógicas formais e não formais no âmbito da extensão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GROPPO, Luis A. Autogestão: universidade e movimento estudantil . São Paulo: Autores associados, 2010. LUCK, Heloísa. A gestão participativa na escola . Rio de Janeiro: Vozes, 2010. (Série cadernos de gestão v. 3). MARQUES, Luciana Rosa. A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas . Recife: Editora Universitária UFPE, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9709 . Acesso em: 24 set. 2018. PUIG, Josep M. et al. Democracia e participação escolar . São Paulo: Moderna, 2000. ROMÃO, José E. Autonomia da escola: princípios e propostas . São Paulo; Cortes, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



ARAÚJO, Ulisses. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares**. São Paulo : Summus, 2015.

BARBOSA, Letícia Cristina Bizarro; GOMES, Warley Alves. A função educadora da participação democrática do estudante em tomada de decisão sobre seus direitos e deveres na escola. **Brazilian Applied Science Review**, v. 4, n. 6, p. 3805-3822, 2020.

BASTOS, João Batista (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL, Rozineide Souza. **Gestão democrática na escola pública e o programa mais educação**. Editora Appris, 2019.

DE AQUINO PEREIRA, Idilea Thomaz; DAMASCENO BARÃO, Gilcilene de Oliveira; SARTORI, Leandro. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: contribuições para ressignificar práticas formativas e a organização político pedagógicas da escola. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 2, 2023.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LONCL, Patricia. **Young People and the Struggle for Participation: Contested Practices, Power and Pedagogies in Public Spaces**. Routledge, 2019.

MENEZES NETO, Antonio Julio. **Além da terra: a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST**. 2001. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2001. Disponível em: http://www.bdae.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

MOREIRA, Dirceu. **Autogestão: desenvolvendo talentos para gerir escolas, empresas e instituições**. Rio de Janeiro: WAK, 2000.

VIANA, Nildo. A autogestão social. **Cadernos de Formação**, Goiânia, n. 6, 2008. Disponível em: <http://movaut.net/wp-content/uploads/2012/10/CF06-Autogest%C3%A3o-Social-vers%C3%A3o-rede1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1985	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM ENSINO E EXTENSÃO IV: A QUESTÃO INDÍGENA E A EDUCAÇÃO	06	90
EMENTA			
A educação e a história do silenciamento e apagamento da diversidade indígena no Brasil. Os processos sociais e históricos deflagrados nas relações interétnicas em Santa Catarina. A construção das identidades Kaingang, Guarani e Laklano Xokleng e a luta por direitos diferenciados. A educação e a cultura indígena como instrumentos de luta pelo acesso pleno à cidadania. Produção de material didático sobre a temática indígena em Santa Catarina. O material didático será apresentado pelos autores nas escolas de ensino básico conforme os projetos e ações de extensão.			
OBJETIVO			
Compreender as relações e interfaces entre a educação e a questão indígena nos processos sociais e históricos que marcaram e marcam a luta indígena por direitos em Santa Catarina em consonância com os projetos e ações de extensão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			



BANIWA, Gersem dos S. L. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154565> Acesso em 21/11/24

BARTH, Fredrik. **Etnicidade e o conceito de Cultura.** Antropolítica. Niterói n. 19. 2º semestre 2005. Link: 00 Pretexto (uema.br)

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012

SAVOLDI, Adiles. **Fen’Nó: legado de luta.** Chapecó, SC: Humana Editora (Biografemas), 2024

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOND, Rosana. **História do Caminho de Peabiru**—Descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico. Rio de Janeiro: Aimberê, 2009

CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Fernanda; et al (orgs.) **Terra: antologia afro-indígena.** São Paulo: Ubu Editora, 2023.

LADEIRA, Maria Inês. **O Caminhar sob a luz.** Território Mbya à beira do oceano. São Paulo. Editora da UNESP, 2007.

MOTA, Lucio Tadeu. **Os Xetá no vale do Rio Ivaí 1840-1920.** Maringá: Eduem, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais: dez contos indígenas.** São Paulo: FDT Editora, 2016.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual.** -Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí]: Ed. da UNIVALI, 1997. Link para a leitura do livro: LIVRO – OS ÍNDIOS XOKLENG MEM“RIA VISUAL Parte 01 - [PDF Document] (fdocumentos.tips)

SAVOLDI, Adiles. **Rituais de rebelião à brasileira: distintividade cultural e reconhecimento étnico nas Semanas Culturais do toldo Chimbangue em Chapecó-SC.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação (PPGA) da UFF, 2020.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Org.). **Tutela: formação de estado e tradições de gestão no Brasil.** Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang.** 1. ed. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2006.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1986	LABORATÓRIO DE PRÁTICA DE ENSINO E EXTENSÃO IV: ARTE E CONHECIMENTO SOCIAL	6	90
EMENTA			
<p>As diferentes manifestações e obras de arte como expressões de conhecimentos sociais. A indisciplinaridade como método de pesquisa para o ensino e o aprendizado de ciências sociais. As aulas são conduzidas em encontros de discussão de textos e obras de arte, assim como, o planejamento, a realização e o registro de obras e manifestações artísticas, como: instalações artísticas, performances, mostras de filmes, exposições de artes visuais, saraus de música e poesia, etc. As obras e exposições serão propostas na forma de atividades de extensão em diálogo com eventos vividos na cidade, escolas, e a experiência dos e das estudantes do curso.</p>			
OBJETIVO			
<p>Capacitar estudantes a promover a produção de conhecimento social através da arte em contextos de ensino e aprendizado de ciências sociais por meio de ações extensionistas; Capacitar para a pesquisa de conhecimentos sociais em obras e manifestações artísticas e método de criação artística.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ANZALDÚA, G. Viver nas fronteiras significa que você. Mandragora, v. 16, n. 16, p. 113–114, 2010.</p> <p>DESGRANGES, F. Arte como experiência da arte. Lamparina, v. 1, p. 50–57, 2010.</p> <p>EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DURTE, C.L.; NUNES, I.R. (orgs). Escrevivência. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 48-57</p> <p>FORTIN, S.; GOSSELIN, P. Considerações metodológicas para a pesquisa em arte no meio acadêmico. ARJ - Art Research Journal, v. 1, n. 1, p. 1–17, 2014.</p> <p>MADUREIRA, J. R. Arte e formação cultural: algumas considerações sobre o papel da extensão universitária. Revista UFG, n. 21, p. e21.70474, 2021.</p> <p>PRÊMIO PIPA. Artistas. Disponível em: https://www.premiopipa.com/artistas/ Acesso em 20/11/24</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>BECKER, H. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.</p> <p>BRAND, Á. M. C. Fabular un pueblo a través del arte. Educar em Revista, v. 34, n. 67, p. 39–54, fev. 2018.</p> <p>CANDA, C. N. Teatro-fórum: propósitos e procedimentos. Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas, v. 1, n. 18, p. 119–128, 18 mar. 2012.</p> <p>FABIÃO, E. Programa performativo: o corpo-em-experiência. ILINX - Revista do LUME, v. 1, n. 4, 2013.</p> <p>FERNANDES, C. Em busca da escrita com dança: algumas abordagens metodológicas de pesquisa com prática artística. Dança: Revista do Programa de Pós-graduação e Dança, v. 2, n. 2, 2013.</p> <p>GASPERI, M. E. DE R. DE. Arte e comunidade: programa de extensão “urbanidades – intervenções.” Expressa Extensão, v. 24, n. 3, p. 46–59, 30 ago. 2019.</p> <p>GONÇALVES, J. C. Protocolos teatrais verbo-visuais: produção de sentidos para a prática teatral universitária. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 8, n. 2, p. 106–123, dez. 2013.</p>			



HARTMANN, L. “Arte” e a “ciência” de contar histórias: como a noção de performance pode provocar diálogos entre a pesquisa e a prática. **MORINGA - Artes do Espetáculo**, v. 5, n. 2, p. 33–48, 2014.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. **Revista Concinnitas**, n. 28, p. 341–354, 2016.

NEVES, L. R. Arte e conhecimento: uma abordagem para o teatro na educação. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 15, n. 2, p. 78–98, 1 abr. 2019.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1995	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais I	4	60
EMENTA			
Atividades de extensão e cultura em consonância com a política de Extensão e Cultura da UFFS e às exigências previstas na resolução RESOLUÇÃO CNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.			
OBJETIVO			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1996	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais II	4	60
EMENTA			
Atividades de extensão e cultura em consonância com a política de Extensão e Cultura da UFFS e às exigências previstas na resolução RESOLUÇÃO CNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.			
OBJETIVO			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1997	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais III	4	60
EMENTA			
Atividades de extensão e cultura em consonância com a política de Extensão e Cultura da UFFS e às exigências previstas na resolução RESOLUÇÃO CNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024			
OBJETIVO			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1998	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais VI	4	60
EMENTA			
Atividades de extensão e cultura em consonância com a política de Extensão e Cultura da UFFS e às exigências previstas na resolução RESOLUÇÃO CNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.			
OBJETIVO			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1999	Tópicos especiais de extensão e cultura nas Ciências Sociais V	4	60
EMENTA			
Atividades de extensão e cultura em consonância com a política de Extensão e Cultura da UFFS e às exigências previstas na resolução RESOLUÇÃO CNE/CP No 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.			
OBJETIVO			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.			

Componentes inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 4/CCLCSCH/UFFS/2024



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de gestão do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura envolve: o colegiado do curso; o NDE – Núcleo Docente Estruturante; representantes docentes dos domínios específico, comum e conexo; bem como os discentes e técnicos administrativos em educação através de seus representantes. Recomenda-se também que haja reuniões por área do curso, bem como reuniões por período com ao menos uma reunião semestral.

No regulamento da graduação da UFFS, as atribuições do colegiado de curso são concernentes ao planejamento e gestão pedagógica do curso, das rotinas discentes e docentes, que envolvem os esforços de implementação do PPC, o estímulo à integração e interdisciplinaridade na formação, a observância e zelo pelas normativas bem como relativas ao seu próprio funcionamento. É solidário com o NDE na tarefa de dar efetividade ao PPC do curso, diferenciando-se deste por dirimir sobre questões da vida acadêmica como apreciação de solicitações discentes no que se refere às rotinas da integralização curricular, bem como aspectos relativos ao ingresso em vagas nas diversas modalidades, como transferência interna e externa. Neste sentido, pode-se dizer que o colegiado operacionaliza administrativamente as funções que a dimensão pedagógica demanda. Sua composição também é regida pelo regulamento da graduação, o qual respeita a proporcionalidade definida pela LDB, que determina que setenta por cento seja composto por docentes. Instância eleita, à exceção da participação como membro nato do coordenador de curso e seu coordenador adjunto e do docente responsável pelos estágios, tem assegurada na composição no mínimo três membros docentes dos diferentes domínios, discentes e técnicos administrativos em educação, franqueando inclusive vaga a comunidade externa.

O NDE, conforme versa a resolução CONAES nº01, de 17 de junho de 2010 e respectivo Parecer nº4, de 17 de junho de 2010, procura garantir ao nível dos cursos de graduação uma instância mais perene em cuja composição estejam presentes docentes com maior dedicação ao curso e maior titulação, além de maior experiência profissional, sobretudo a docência no ensino superior e atuação no curso. Neste sentido, acumula o debate e conhecimento a respeito das orientações político-pedagógicas que permite dis-



cutir e conduzir processos contínuos como o da própria implementação, avaliação e revisão do PPC. Serve, como o nome diz, como referência estrutural para o cotidiano do curso, articulando ações que visem a melhoria da qualidade formativa, a qual envolve diretrizes para o planejamento docente, como as que se materializam no plano de ensino até estratégias de formação docente que incrementem os saberes próprios desta atuação.

Remetendo-se ao regulamento da graduação no que se refere à concepção de ensino e em decorrência, do próprio modelo de avaliação, este PPC referenda o processo dialético e dialógico de investigação e construção da aprendizagem que tem como foco tanto o docente quanto o estudante, favorecendo a abertura a metodologias que incentivem o desenvolvimento desta relação dialética em que ambos são sujeitos, e que o protagonismo discente não prescinde do caráter mediador na difusão do conhecimento por parte do docente. Neste sentido, a avaliação deve superar o viés da formação conteudista, considerando o estudante em suas múltiplas capacidades e habilidades, inclusive atento às fragilidades e subsidiando ações de recuperação da aprendizagem que permitam ao estudante a integralização de sua formação.

As estratégias de inclusão por parte do curso devem se somar às ações institucionais e se debruçar sobre as especificidades das práticas no campo do ensino em Ciências Sociais quanto à realidade dos estudantes em suas mais diversas demandas por acessibilidade.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Entende-se que a autoavaliação do curso é um processo fundamental para o aperfeiçoamento, para a qualificação, transparência, eficiência, ética e isonomia dos processos de ensino e aprendizagem orientados pelo curso. Sem o emprego de instrumentos eficazes de autoavaliação, a própria existência do curso perde a razão de ser, desvirtuando-se em direção às contingências momentâneas, às arbitrariedades e peculiaridades institucionais e pessoais. O PPC é o “contrato” que institui a relação entre docentes, discentes e técnicos no âmbito do curso universitário, e a autoavaliação do curso é o instrumento que avalia a adequação entre este contrato e seu desenrolar prático, permitindo o aperfeiçoamento desta relação tanto de modo imediato, nos ajustes que se fizerem necessários durante sua execução, quanto futuramente, na ocasião de elaboração de um novo PPC para o curso.

A avaliação da qualidade do curso de graduação em Ciências Sociais e do desempenho dos estudantes ocorrerá, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação será desenvolvida através de três processos, a saber:

- a) Avaliação interna: será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Ciências Sociais e o desempenho dos estudantes;
- b) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
- c) Autoavaliação do curso: este mecanismo de avaliação pretende integrar os resultados das avaliações externa e interna com a síntese das avaliações de cada um dos componentes curriculares, de modo a produzir uma reflexão suficiente para, de um lado, desenvolver as estratégias necessárias à aplicação dos indicativos das outras



duas avaliações (externa e interna) e, de outro, subsidiar a avaliação periódica do PPC.

A metodologia de autoavaliação, coordenada pelo NDE do curso de Ciências Sociais, será organizada de modo a contemplar a participação de todos os alunos e professores do curso, considerando as necessidades especiais dos estudantes e servidores com algum tipo de deficiência, de forma a garantir que todos tenham condições de participar no processo. De modo a atender aos incisos II e III do Art. 39 da Resolução n.º 2/CON-SUNI-CGAE/2017, que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Docentes da Educação Básica, a autoavaliação do curso será realizada semestralmente, gerenciada por uma Comissão de Avaliação definida pelo colegiado do Curso. Esta comissão será formada por estudantes, técnicos e docentes, membros do Colegiado do curso e terá duração idêntica ao mandato da coordenação e tem como objetivo avaliar a execução de cada um dos CCRs do curso, em termos da atuação do docente, dos estudantes e da turma. Para isso, no final de cada semestre, cada docente que leciona no curso deverá disponibilizar aos estudantes dos CCRs por ele ministrados, via Moodle, o instrumento de avaliação online, ou em outro formato, em consideração as pessoas com algum tipo de deficiência, elaborado pela Comissão de Avaliação do Curso, devendo este ser respondido no final do semestre. As informações obtidas por meio destes questionários serão sistematizadas pela Comissão de Avaliação do Curso, em consideração aos dados obtidos pela avaliação da CPA e pelos processos de avaliações externas. A partir dessa análise, que inclui todos esses momentos, será produzido um e relatório que deverá ser apreciado e debatido pelo Colegiado e Curso. Os relatórios e informações brutas ficarão arquivados na Secretaria do Curso e serão utilizados pelo próprio Colegiado e pelo NDE, de modo a subsidiar a gestão do curso, seja em ações pontuais, seja na revisão de manuais ou do PPC do curso.



11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O corpo docente do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura - UFFS - Chapecó é formado por docentes dos domínios estruturantes das matrizes curriculares dos cursos de graduação da UFFS: domínio específico, domínio comum e domínio conexo. Todos os docentes que desempenham atividades no Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura estão vinculados ao *Campus* Chapecó.

O corpo docente responsável pela implementação do curso é formado majoritariamente por doutores e doutoras em regime de dedicação exclusiva (DE/40 horas). Desde 2014 a UFFS iniciou a sua política de afastamento para a participação docente em programa de Pós-graduação e Pós-doutorado por meio da Resolução Conjunta n.º 1/2014-CONSUNI/CGRAD/PPG, substituída em 2015 pela Resolução Conjunta n. 1/CONSUNI CGRAD-CONSUNI PPG/UFFS/2015, que tem possibilitado aos docentes complementarem suas formações em nível de doutorado e pós-doutorado.

Além disso, é esperado que o corpo docente do curso passe por processos contínuos de formação que o atualize em relação aos temas contemporâneos da educação e aos desafios da prática docente. Para tanto, os docentes da UFFS contam com o suporte pedagógico do NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico), que tem por finalidade ser um espaço de apoio didático e pedagógico e de articulação para a formação docente

O corpo docente deve estar consciente do seu papel, enquanto sujeito envolvido e responsável pela efetivação do Projeto Pedagógico, bem como dos objetivos do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura. Nesse sentido, espera-se de cada docente:

- a) Comprometimento com a defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade;
- b) Defesa de condições ideais de trabalho que lhe permitam desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- c) Capacitação e atualização científica e didático-pedagógica permanentes;
- d) Busca de formação continuada por meio da realização de cursos de doutorado, pós-doutorado e cursos de curta duração.
- e) Participação em comissões científicas, grupos de pesquisa, eventos científicos e profissionais;



- f) Integração com o corpo discente através das práticas pedagógicas, de orientações acadêmicas (iniciação científica, estágios, TCCs, monitorias, entre outros);
- g) Adequação de suas atividades de pesquisa, extensão e ensino aos objetivos do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura;
- h) Integração e intercâmbio em redes, centros, núcleos e grupos de pesquisa nacionais e internacionais em sua área de inserção acadêmica na universidade;
- i) Integração à programas de pós-graduação e a grupos de trabalho para criação de programas de pós-graduação na universidade;
- j) Parceria com docentes de outros cursos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- k) Participação na gestão acadêmica e administrativa;
- l) Valorização e utilização dos resultados do processo de avaliação institucional como meio de promover a melhoria do ensino no âmbito do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura;
- m) Divulgação e socialização do saber através de produções científicas, técnicas e culturais;
- n) Participação em práticas extensionistas, ações comunitárias e integração com a comunidade.



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

12.1 Docentes do Campus Chapecó que atuam no curso

Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Introdução ao Pensamento Social	CLAUDETE GOMES SOARES	DRA	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA http://lattes.cnpq.br/3652039195372805
Antropologia I	ARI JOSÉ SARTORI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS ECONÔMICAS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: ANTROPOLOGIA SOCIAL http://lattes.cnpq.br/0779719089191303
Ciência Política I	ALEXANDRE M. MATIELLO	ME	40 DE	Graduação: ARQUITETURA E URBANISMO Mestrado: SOCIOLOGIA POLITICA Doutorado: http://lattes.cnpq.br/949386085525203
Introdução à Filosofia	PAULO HAHN	DR		Graduação: FILOSOFIA Mestrado: FILOSOFIA Doutorado: FILOSOFIA http://lattes.cnpq.br/3480128925605353
Iniciação à Prática Científica	VALDETE BONI	DRA	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/9078869265177353
Iniciação à Prática Científica	JOVILES VITÓRIO TREVISOL	DR	40 DE	Graduação: LICENCIATURA EM FILOSOFIA Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA http://lattes.cnpq.br/4429765335868303
2ª FASE				
Sociologia I	LEONARDO R. SANTOS LEITÃO	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS-LICENCIATURA Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA http://lattes.cnpq.br/2402461716909892
Antropologia II	ADILES SAVOLDI	MA	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: - http://lattes.cnpq.br/1755614833924107
Ciência Política II	MONICA HASS	DR	40 DE	Graduação: COMUNICAÇÃO SOCIAL JORNALISMO Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/2282059205838778
História da Fronteira	CLAITON MARCIO	DR		Graduação: HISTÓRIA



Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
ra Sul	DA SILVA			Mestrado: HISTÓRIA Doutorado: HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS http://lattes.cnpq.br/9283430791589387
Leitura e produção textual I	CAMILA CARACELLI SCHERMA	DRA		Graduação: LETRAS Mestrado: LINGUÍSTICA Doutorado: LINGUÍSTICA http://lattes.cnpq.br/6214829816320750
Leitura e produção textual I	MARY STELA SURDI	MA		Graduação: LETRAS Mestrado: LETRAS LINGUÍSTICA Doutorado: XXXXX http://lattes.cnpq.br/8519933299625069
Introdução a práticas formativas	ALEXANDRE M. MARTIELLO	DR	40 DE	Graduação: ARQUITETURA E URBANISMO Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: http://lattes.cnpq.br/9493860855255203
	MÔNICA HASS	DRA		Graduação: COMUNICAÇÃO SOCIAL JORNALISMO Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/2282059205838778
3ª FASE				
Sociologia II	FÁBIO CARMINATI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/0182376608487509
Antropologia III	IVAN P. DE PARIS FONTANARI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: ANTROPOLOGIA SOCIAL http://lattes.cnpq.br/7376442480950441
Ciência Política III	DANILO E. MARTUSCELLI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS (HABILITAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA) Mestrado: CIÊNCIA POLÍTICA Doutorado: CIÊNCIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/7177024435446745
Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	MAURÍCIO JOSÉ SIEWERDT	DR		Graduação: HISTÓRIA Mestrado: EDUCAÇÃO Doutorado: EDUCAÇÃO http://lattes.cnpq.br/3710175622596413
4ª FASE				
Sociologia III	UBI GARCIA VIEIRA	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: EXTENSÃO RURAL Doutorado: ESTUDOS LINGUÍSTICOS http://lattes.cnpq.br/0390685754504716
Antropologia IV	ADILES SAVOLDI	MA	40 DE	Graduação: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: -



Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
				http://lattes.cnpq.br/1755614833924107
Ciência Política IV	JOVILES VITÓRIO TREVISOL	DR	40 DE	Graduação: LICENCIATURA EM FILOSOFIA Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA http://lattes.cnpq.br/4429765335868303
Laboratório de prática em ensino I – Sindicalismo e condições de trabalho docente	DANILO E. MARTUSCELLI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS (HABILITAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA) Mestrado: CIÊNCIA POLÍTICA Doutorado: CIÊNCIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/7177024435446745
	LEONARDO R. SANTOS LEITÃO			Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS-LICENCIATURA Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA http://lattes.cnpq.br/2402461716909892
Fundamentos psicológicos da aprendizagem e desenvolvimento	LETICIA RIBEIRO LYRA	MA	40 DE	Graduação: PSICOLOGIA-LICENCIATURA Mestrado: PSICOLOGIA Doutorado: EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA http://lattes.cnpq.br/2044805560370949
5ª FASE				
Sociologia IV	FÁBIO CARMINATI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/0182376608487509
Antropologia V	IVAN P. DE PARIS FONTANARI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: ANTROPOLOGIA SOCIAL http://lattes.cnpq.br/7376442480950441
Ciência Política V	DANILO E. MARTUSCELLI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS (HABILITAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA) Mestrado: CIÊNCIA POLÍTICA Doutorado: CIÊNCIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/7177024435446745
Introdução à Economia	ANTÔNIO INÁCIO ANDRIOLI	DR	40 DE	Graduação: FILOSOFIA Mestrado: EDUCAÇÃO Doutorado: CIÊNCIAS ECONÔMICAS http://lattes.cnpq.br/7753336775135703
Laboratório de prática em ensino II – Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	CLAUDECIR DOS SANTOS	DR	40 DE	Graduação: SOCIOLOGIA/FILOSOFIA Mestrado: EDUCAÇÃO Doutorado: FILOSOFIA http://lattes.cnpq.br/9255817148061876
6ª FASE				
Metodologia da Pesquisa qualitativa	IVAN P. DE PARIS FONTANARI	DR MA	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: ANTROPOLOGIA SOCIAL http://lattes.cnpq.br/7376442480950441



Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
	ADILES SAVOLDI			Graduação: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: - http://lattes.cnpq.br/1755614833924107
Metodologia da Pesquisa quantitativa	JEAN FRANCO MENDES CALEGARI	DR	40 DE	Graduação: MATEMÁTICA (LICENCIATURA) E ADMINISTRAÇÃO Mestrado: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Doutorado: http://lattes.cnpq.br/5460600044515299
Laboratório de prática em ensino III – Educação, Escola e Diversidade	CLAUDETE GOMES SOARES	DRA	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL http://lattes.cnpq.br/3652039195372805
	ARI JOSÉ SARTORI	DR		Graduação: CIÊNCIAS ECONÔMICAS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: ANTROPOLOGIA http://lattes.cnpq.br/0779719089191303
Sociologia da Educação	CLAUDECIR DOS SANTOS	DR	40 DE	Graduação: SOCIOLOGIA/ FILOSOFIA Mestrado: EDUCAÇÃO Doutorado: FILOSOFIA http://lattes.cnpq.br/9255817148061876
	ANTONIO INÁCIO ANDRIOLI			Graduação: FILOSOFIA Mestrado: EDUCAÇÃO Doutorado: CIÊNCIAS ECONÔMICAS http://lattes.cnpq.br/7753336775135703
Estatística Básica	JEAN FRANCO MENDES CALEGARI		40 DE	Graduação: MATEMÁTICA (LICENCIATURA) E ADMINISTRAÇÃO Mestrado: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Doutorado: http://lattes.cnpq.br/5460600044515299
7ª FASE				
Laboratório de prática em ensino IV – Tecnologias da Comunicação e da Informação e o Ensino de Ciências Sociais	LEONARDO R. SANTOS LEITÃO	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA http://lattes.cnpq.br/2402461716909892
	UBI GARCIA VIEIRA	DR		Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: EXTENSÃO RURAL Doutorado: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS http://lattes.cnpq.br/0390685754504716
Trabalho de conclusão de curso I	UBI GARCIA VIEIRA	ME	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: EXTENSÃO RURAL Doutorado: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS http://lattes.cnpq.br/0390685754504716
Didática	NEIDE CARDOSO DE	DRA	40 DE	Graduação: PEDAGOGIA



Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
	MOURA			Mestrado: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO Doutorado: PSICOLOGIA SOCIAL http://lattes.cnpq.br/1050706034415231
Estágio Curricular Supervisionado I	VALDETE BONI	DRA	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/9078869265177353
Políticas educacionais	ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS E MATEMÁTICA; CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA) E DIREITO Mestrado: EDUCAÇÃO Doutorado: GEOGRAFIA http://lattes.cnpq.br/6904172748011262
8ª FASE				
Trabalho de conclusão de curso II	ALEXANDRE M. MATIELLO	DRME	40 DE	Graduação: ARQUITETURA E URBANISMO Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/9493860855255203
Laboratório de prática em ensino V	DEPENDE DA OFERTA	XX	XX	Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Estágio Curricular Supervisionado II	CLAUDECIR DOS SANTOS	DRA	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/9255817148061876
Optativa I	DEPENDE DA OFERTA	XX	XX	Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação especial e inclusão	LÍZIA REGINA FERREIRA	DRA	40 DE	Graduação: PSICOLOGIA Mestrado: PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE Doutorado: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO http://lattes.cnpq.br/1858947621877108
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	ANTONIO INÁCIO ANDRIOLI	DR	40 DE	Graduação: FILOSOFIA Mestrado: EDUCAÇÃO Doutorado: CIÊNCIAS ECONÔMICAS http://lattes.cnpq.br/7753336775135703
9ª FASE				
Trabalho de conclusão de curso III	CLAUDETE GOMES SOARES		40 DE	Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA Doutorado: SOCIOLOGIA http://lattes.cnpq.br/3652039195372805
Estágio Curricular Supervisionado III	ARI JOSÉ SARTORI	DR	40 DE	Graduação: CIÊNCIAS ECONÔMICAS Mestrado: ANTROPOLOGIA SOCIAL Doutorado: ANTROPOLOGIA SOCIAL http://lattes.cnpq.br/0779719089191303



Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
	CLAUDECIR DOS SANTOS	DR		Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/9255817148061876
	VALDETE BONI	DRA		Graduação: CIÊNCIAS SOCIAIS Mestrado: SOCIOLOGIA POLÍTICA Doutorado: SOCIOLOGIA POLÍTICA http://lattes.cnpq.br/9078869265177353
ELETIVA I	DEPENDE DA OFERTA			
Optativa II	DEPENDE DA OFERTA			
Optativa III	DEPENDE DA OFERTA			
LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais-Libras	RIVAEEL MATEUS FABRICIO	ESP.	40 DE	Graduação: EDUCAÇÃO ESPECIAL Mestrado: Doutorado: http://lattes.cnpq.br/1735272967202957



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

13.1 Sistema de bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB



no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

13.2 Laboratórios

A infraestrutura física do Laboratório de História e Ciências Sociais consiste no seguinte: Área do Bloco 2 dos Laboratórios do Campus Chapecó, com entrada pelas portas 103 e 104. Nesta área localizam-se a sala do LUPA – Laboratório de Arqueologia (103-1); o Laboratório de Produção Audiovisual (103-2 e 103-3); uma sala-arquivo (103-4), a sala do NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (104-1); duas salas de reuniões (104-2 e 104-3); e uma sala de Estudos (104-4).

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HISTÓRIA	
Docentes Responsáveis: Renato Boy (CURSO DE HISTÓRIA) e Ivan Paolo de Paris Fontanari (CURSO DE Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura)	
Estudantes por turma: 40	
Área: 232,48m ²	Localização: Bloco 2



Quantidade: 1	
Descrição: Este laboratório se presta a atividades de grupos e núcleos de pesquisa, extensão e ensino e consiste numa área do Bloco 2 dos Laboratórios do Campus Chapecó, com entrada pelas portas 103 e 104. Nesta área localizam-se três salas de reuniões com três tamanhos diferentes (Salas 1, 2 e 3, respectivamente da menor para a maior); uma sala grande para trabalho individual (Sala 04); uma sala pequena sem janelas, para arquivos (Sala 5); uma sala dupla tipo estúdio de gravação (Laboratório de produção audiovisual) constituída de “aquário” e sala de controle, ambas com isolamento acústico (Salas 6 e 7, respectivamente); e a Sala de Arqueologia (Sala 8).	

Quadro 12: Descrição do laboratório

13.3 Recursos Humanos

- 1 técnico de laboratório de audiovisual em tempo integral (40h)

13.4 Lista de equipamentos necessários

13.4.1 *Demanda de equipamento para o Laboratório de História e Ciências Sociais*

- 1 datashow fixo para a sala 104-3.
- Persianas para as salas 104-4 e 104-3;

13.4.2 *Demanda de equipamento para o “Laboratório de Produção Audiovisual” (salas 103-2 e 103-3)*

- 1 monitor grande de computador para edição de vídeos e computador para edição de vídeo;
- 2 Caixas-amplificadas
- 2 monitores de áudio
- 2 Hds externos, uma para cada curso, para armazenamento de imagens produzidas em eventos dos cursos.
- 1 datashow móvel.
- 5 microfones.
- 1 mesa de som.
- 1 quadro branco grande p/ cada sala: 104-2, 104-3, 104-4
- 2 persianas para o vidro entre as salas 103-2 e 103-3, a serem instaladas dos dois lados.
- 2 armários de MDF com chave.



- 4 mesas (como estão na sala 103-2)
- 2 cadeiras giratórias;
- 2 cadeiras fixas (103-2);
- 10 cadeiras fixas (103-3);
- 4 armários de aço para a sala-arquivo (103-4).

13.5 Demais itens

O Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura deverá dispor da seguinte infraestrutura para poder colocar em funcionamento suas atividades de ensino:

Nove salas de aulas, visando dar conta das disciplinas obrigatórias e optativas até o último semestre do curso. Cada sala deve dispor no mínimo de:

Equipamentos multimídia, com controle na sala e acesso wi-fi;

Em torno de cinquenta cadeiras;

Quadro branco;

Mesa de trabalho;

Rede de Internet;

Tela de projeção.

Oito salas para os docentes efetivos e os substitutos, locados no Prédio dos docentes, considerando a ocupação das mesmas com no máximo dois docentes por sala. Cada sala deve dispor no mínimo de:

Dois armários altos de duas portas

Dois armários baixos de duas portas

Duas mesas com gaveteiros

Duas cadeiras giratórias com braço

Três cadeiras

Aparelho de climatização

Persiana nas janelas.

13.6 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da



ABNT, na Lei n.º 10.098/2000, nos Decretos N.º 5.296/2004, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e na Portaria n.º 3.284/2003.

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução N.º 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução N.º 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Politica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;



- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e docentes sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos docentes para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;



- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os docentes; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o docente-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os docentes, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do estudante ouvinte com o estudante surdo; orienta os estudantes ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;

- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;

- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;

- Orientação aos docentes sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;

- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.

- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



Campus Chapecó - O *campus* definitivo de propriedade da UFFS possui caminhos podotáteis, a circulação pelo *campus* pode ser realizada toda em nível devido ao uso de rampas para vencer diferenças de cotas, as paradas de ônibus possuem áreas de parada para PCD's, os cruzamentos de vias são todos realizados em nível por caminho tátil sobre faixas elevadas, existem vagas de estacionamento PCD. Em relação às edificações (Bloco A tem 4 pavimentos mas possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos, bebedouro com adaptação, mobiliário condizente com o uso por parte de PCD; Bloco B tem 4 pavimentos mas possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos, possui alguns mobiliários de laboratório adaptados ao uso para PCD, mobiliário condizente com o uso por parte de PCD, bebedouro com adaptação; Bloco dos docentes tem 3 pavimentos mas possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 3 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, bebedouro com adaptação, possui placas em braille identificando as salas, mobiliário condizente com o uso por parte de PCD; Restaurante Universitário por ser totalmente térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado, mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PNE).



14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EBERT, Cristiane do R. C. O ensino semi-presencial como resposta às crescentes necessidades de educação permanente. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 21, p. 01-16, jun. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602003000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.284>.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SOBRAL, Maria. N. Pedagogia online: discursos sobre práticas educativas em ambientes virtuais de aprendizagem. In: MACHADO, Glaucio J. C. (org.) **Educação e ciberespaço: estudos, propostas e desafios**. Aracaju : Virtus, 2010, p. 3-31.

SOUZA NETO, Samuel de S.; SILVA, Vandeí P. da. Prática como Componente Curricular: questões e reflexões. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.



15 ANEXOS

ANEXO I - MANUAL DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA

1. INTRODUÇÃO

Os componentes curriculares de estágio ocupam uma posição *sui generis* no âmbito da matriz curricular do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura. Isto é devido, em grande medida, à natureza de seus créditos práticos, que correspondem à necessária experiência do estudante de atuar em uma situação a mais próxima possível daquela que encontrará nas escolas. Esta oportunidade deve ser aproveitada ao máximo, para que os estudantes cheguem às salas de aula preparados e seguros da função que desempenharão, sendo capazes de interpretar de maneira crítica a complexa realidade social que os cerca.

Isto posto, os três componentes curriculares de estágios Supervisionados foram pensadas como um processo contínuo que guia o estudante através de um gradual conhecimento das peculiaridades e exigências do ambiente escolar (Estágio I) da reflexão e planejamento das atividades (Estágio II) e, finalmente, o exercício da prática docente (Estágio III).

2. ESTÁGIO I

2.1 Introdução

O componente curricular de Estágio I terá como produto final um Diagnóstico Institucional acerca do ambiente escolar. Para realizá-lo o estagiário deverá conduzir uma série de levantamentos de dados, cada um resultando de um Relatório Parcial, cujo conjunto, devidamente revisado, será o Diagnóstico Institucional.

O componente curricular se organizará a partir de encontros (Seminários de Estágio I) que servirão a três propósitos: instrução, controle e troca de experiências entre os estudantes.

Estes encontros corresponderão a este componente de 90 horas, sendo 30 teóricas e 60 correspondentes às atividades desenvolvidas pelos estudantes com acompanhamento/supervisão por docente, no local de prática/estágio.



2.2 Seminários

Os seminários correspondem aos sete encontros que devem ocorrer entre os estudantes e o docente do componente curricular. A dinâmica destes encontros deve contemplar, portanto, três momentos. No primeiro dos quais o docente deverá instruir os estudantes nas atividades a serem desempenhadas até o encontro seguinte, isto é, sobre a elaboração dos Relatórios Parciais. Em um segundo momento, o docente deverá controlar a realização das atividades, recolhendo os Relatórios ou outros documentos (como no caso do segundo seminário, quando a carta de aceite do dirigente da instituição onde o estágio será realizado deverá ser entregue) bem como devolver corrigidas as atividades anteriores.

Por fim, em um terceiro momento, que tomará a maior parte do tempo da aula, os estudantes deverão relatar brevemente suas experiências aos colegas, que serão convidados a comentá-las, junto com o docente, a partir de suas próprias vivências.

No primeiro seminário, o docente deverá apresentar o programa da disciplina e indicar a data-limite para que a Carta de Apresentação seja encaminhada à Secretaria do Curso para ser assinada (recomenda-se o prazo de, no máximo, cinco dias).

Note-se que, ao emitir a Carta de Apresentação (Anexo A), a Secretaria do Curso deverá abrir uma pasta de estágio, onde serão guardados todos os documentos pertinentes. O primeiro dos quais, a Carta de Aceite (Anexo B).

Abaixo, um quadro com o resumo das atividades a serem desempenhadas ao longo do componente curricular, por seminário.

Seminário	Atividades
1	1. Apresentação do docente 2. Apresentação dos estudantes 3. Apresentação do Programa da disciplina 4. Instrução do Relatório Parcial 1
2	5. Instrução do Relatório Parcial 2 6. Entrega e discussão do Relatório Parcial 1 7. Entrega da Carta de Aceite
3	8. Instrução do Relatório Parcial 3 9. Entrega e discussão do Relatório Parcial 2



4	9. Instrução do Relatório Parcial 4 10. Entrega e discussão do Relatório Parcial 3
5	11. Instrução do Relatório Parcial 4 12. Entrega e discussão do Relatório Parcial 3
6	13. Instrução do Relatório Parcial 5 14. Entrega e discussão do Relatório Parcial 4
7	15. Instrução do Diagnóstico Institucional 16. Entrega e discussão do Relatório Parcial 5
8	17. Entrega e discussão do Diagnóstico Institucional

Quadro 13- Resumo das atividades por seminário

2.3 Relatórios Parciais

Os relatórios parciais são a essência do componente curricular. Trata-se de uma série de atividades que levam gradualmente o estudante a conhecer o ambiente escolar, bem como refletir criticamente sobre sua atuação não apenas como docente, mas também como Cientista social e cidadão. Os estagiários devem ser orientados a manter um cuidadoso registro de todas as suas observações por quaisquer meios necessários, desde um diário de pesquisa até registros multimeios. Também é preciso reforçar, a cada encontro, a importância de fazer relatórios parciais bem feitos para minimizar o trabalho no Diagnóstico Institucional.

Como opção, o docente pode estabelecer um prazo para a entrega dos Relatórios Parciais *antes* dos encontros, a fim de que possa avaliá-los antes da apresentação dos estagiários.

2.3.1 Relatório Parcial I: Primeiros contatos

O primeiro dos relatórios parciais deverá ser dedicado ao levantamento de dados preliminares essenciais às etapas seguintes, bem como à apresentação dos estagiários à instituição de ensino onde o estágio será levado a cabo. Assim, esta atividade consistirá de duas etapas: levantamento de dados, e apresentação à instituição. Estas etapas são consecutivas, uma vez que, apenas de posse dos Dados Básicos (ver abaixo), o estudante poderá requerer a Carta de Apresentação (Anexo A), documento que possibilitará seu primeiro contato, e, por conseguinte, a segunda etapa desta atividade.



No primeiro encontro, os estudantes deverão também ser instruídos a manter um diário de campo.

Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

- Dados básicos (estas informações devem ser levadas à secretaria para a confecção da Carta de Apresentação)

1. Nome da Instituição
2. Endereço
3. Telefone de contatos
4. Nome dos dirigentes
5. Escolha
6. Motivos pessoais
7. Relevância da instituição
8. Acessibilidade
9. Relato do primeiro contato
10. Expectativas em relação ao primeiro contato com a escolares
11. Narrativa da experiência

2.3.2 Relatório Parcial II: Contexto

Neste relatório o estagiário deverá conhecer o contexto (histórico, geográfico, jurídico e social) em que a escola/instituição se situa. Para elaborá-lo, o estudante deverá visitar não apenas a instituição, mas seus arredores, levantar dados junto à secretaria da escola (ou aos colegas do Estágio II que estejam lotados na mesma instituição) e/ou às secretarias de educação do Estado e do município. O Relatório Parcial deverá, obrigatoriamente, contar com um mapa da região que localize os pontos indicados no texto e uma linha do tempo. Também é a partir desta atividade que os estagiários deverão começar a ter contato com a imprensa (rádio, televisão e, principalmente, jornais impresso) que atue na região onde se localiza a escola, e mantenha um registro hemerográfico dos principais acontecimentos da região.

Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

1. Dados Geográficos
2. Localização do bairro



3. Localização da escola
4. Outros serviços públicos
5. Outros pontos de interesse Dados Históricos
6. História do bairro
7. História da escola
8. Dados Sociológicos (Pesquisas acadêmicas sobre o bairro, Pesquisa hemerográfica sobre o bairro, Dados Jurídicos, Natureza da Instituição, Legislação pertinente Projeto político pedagógico, Lei que a cria - quando for o caso, Regimento e Estatuto)

3.2.3 Relatório Parcial III: Infraestrutura

A terceira atividade envolverá, além da coleta de dados objetivos, o contato com as pessoas que fazem parte da escola, como docentes, pais e servidores. Além disso, deverão ser avaliadas as condições de uso dos equipamentos da escola. Para esta atividade deverá ser elaborado um croqui ou mapa da escola, e entrevistados docentes, estudantes, funcionários e pais e membros da comunidade através de entrevistas semiestruturadas ou questionários. A escolha dos entrevistados deverá ser justificada e a partir destas entrevistas deverão ser levantados dados sobre qual a importância que a escola tem na vida dos entrevistados em particular, e para a comunidade de uma forma geral.

Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

1. Estrutura física Salas de aula
2. Equipamentos imóveis Biblioteca
3. Equipamentos móveis Recursos Humanos docentes
4. Servidores Direção Terceirizados Público-alvo estudantes
5. Pais
6. Representação da escola na comunidade

2.3.4 Relatório Parcial IV: A escola como lugar de convívio social

Este relatório deverá ser fruto de observação direta da vida escolar. O estudante deverá frequentar a escola durante pelo menos três turnos a fim de levantar as informações que demonstrem como as relações sociais são construídas na escola. Para tanto, deve ser incentivada a manutenção de um diário de campo (que pode ser desenvolvido



desde o primeiro relatório) e o uso de vários tipos de registro, como fotografias, vídeo e áudio.

Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

Tempo:

1. Antes da aula
2. Durante a aula
3. Recreio
4. Depois da aula
5. Contraturno

Espaço:

1. Pátio
2. Cantina
3. Quadra

Estruturas sociais:

1. Grupos sociais

Processos Sociais:

1. Oficiais
2. Segregação e integração

2.3.5 Relatório Parcial V: Pesquisa

No último relatório parcial, os estagiários devem apontar que elementos foram identificados como possíveis objetos de estudo no âmbito das Ciências Sociais. Uma vez identificadas três ou quatro possibilidades de pesquisa, deverá também ser realizada uma reflexão sobre a viabilidade das propostas, isto é, um levantamento preliminar da teoria e da metodologia que o estagiário imagina serem necessárias para operacionalizar as pesquisas. Para esta etapa poderão ser consultados outros docentes do curso e estudantes de semestres mais avançados.

Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

1. Descrição dos objetos (incluindo sua relevância e explicitação dos motivos pessoais para a escolha)



2. Viabilidade (Dados a ser levantados, conceitos teóricos envolvidos, mesmo que o estudante não os domine completamente), e estratégias metodológicas que podem ser adotadas)

2.4 Diagnóstico Institucional

O Diagnóstico Institucional é o produto final do componente curricular de Estágio I, bem como um documento imprescindível para iniciar o Estágio II. Ele é constituído, basicamente, pelo agrupamento dos relatórios parciais, analisados de maneira crítica e organizados de forma coerente. Junto com o Diagnóstico Institucional, os estudantes deverão entregar ao docente também o conjunto dos relatórios parciais.

Deverão ser levados em consideração, pelo menos os seguintes dados para a elaboração do diagnóstico institucional:

Os relatórios parciais corrigidos pelo docente;

Os comentários dos colegas e do docente durante os seminários; e,

As notícias da imprensa sobre o bairro e sobre as escolas durante o semestre.

Os Diagnósticos Institucionais, uma vez aprovados devem ser guardados na pasta do estudante, junto à Secretaria do Curso.

2.4.1 Avaliação

A nota da disciplina, e demais critérios de avaliação, deverão estar calcados em três elementos:

1. O conjunto dos relatórios parciais
2. O Diagnóstico institucional
3. A presença nos seminários de estágio I.

Os critérios de avaliação de cada um dos itens acima ficarão a cargo de cada docente. A título de sugestão a nota poderá ser calculada pela média entre as notas: a) do conjunto dos relatórios parciais (valendo dois pontos cada) e b) do relatório final.

Ainda a título de sugestão e visando a uniformidade e objetividade dos critérios de avaliação, o docente pode optar pela seguinte distribuição de pontos para os relatórios parciais:

1. 0,5 ponto para assiduidade na entrega dos relatórios
2. 0,5 ponto para o respeito à norma culta da língua portuguesa



3. 1,0 ponto para o cumprimento da tarefa proposta.

Para o Diagnóstico Institucional, propõe-se os seguintes critérios:

1. 2,0 pontos para o respeito à norma culta da língua portuguesa
2. 5,0 pontos para a revisão dos relatórios parciais (1,0 ponto para cada)
3. 3,0 pontos para a reflexão crítica.

A presença poderá ser concedida pela participação nos seminários, o que significa que o estudante poderá faltar, no máximo, 2 seminários. Mas, terá que entregar de qualquer forma os Relatórios Parciais das atividades em que faltou, pois sem os quais será impossível uma avaliação

3. ESTÁGIO II

3.1 Introdução

O Estágio Curricular Supervisionado II será constituído de observações de aulas e metodologias no ensino médio, organização de planos de aula e de ensino que serão aplicados no semestre seguinte. Os encontros corresponderão a um componente curricular de 120 horas (8 créditos), sendo 45 teóricas e 75 de prática.

3.2 Seminários de Estágio II

Os encontros deste componente curricular – Seminários de Estágio II – servirão a fins análogos àqueles do semestre anterior: Instrução, avaliação, e compartilhamento de experiências e seguem um padrão semelhante, com os estagiários entregando as atividades, apresentando os resultados encontrados, comentando a apresentação uns dos outros e recebendo as instruções da próxima atividade.

Nos primeiros encontros os docentes de estágio deverão orientar os estudantes acerca da entrega do Termo de Compromisso do Supervisor (Anexo C).

Este deverá ser a ligação do estagiário com a escola, de preferência um docente de Sociologia ou de áreas correlatas, indicado pelo dirigente da instituição concedente do estágio.



3.2.1 Atividades de preparação

Trata-se de um conjunto de atividades que visam preparar o estagiário para os desafios que ele encontrará no semestre seguinte. É a partir destas atividades que o estagiário munir-se-á de instrumentos para sua atuação como docente. O objetivo é que, ao final destas atividades o estagiário se sinta preparado para a sala de aula.

3.2.1.1 Atividade de preparação I: Observação de aulas

Esta atividade não se resume a apenas observar as aulas. Trata-se de, também, estabelecer contato com o Supervisor, que deverá formalizar sua participação através de Termo de Compromisso. A observação deverá ser feita em no mínimo quatro aulas da disciplina de Sociologia, preferencialmente na mesma turma, e havendo necessidade e acordo prévio com docentes de outras disciplinas, poderão ser realizadas mais duas observações.

Ao final desta atividade de observações, o estagiário deverá apresentar um relatório contendo os seguintes elementos:

1. A descrição das aulas;
2. Reflexão sobre o ensino de Sociologia a partir das práticas do docente e do estagiário;
3. Termo de Compromisso do Supervisor.

3.2.1.2 Atividade de preparação II: Elaboração de Programa de Aulas

Depois de conhecer a escola, é chegada a hora do estagiário pensar sua inserção como docente, e isto se fará através de um programa de aulas. Não se trata de simplesmente apresentar uma lista de tópicos que devem ser tratados ao longo de sua inserção, mas refletir sobre a pertinência de considerá-los essenciais para a situação de aula. Portanto, o que o estudante apresentará após esta atividade não é apenas o programa em si, mas também um relatório explicando os critérios para elaboração do programa. Para tanto, sugere-se o seguinte roteiro:

1. Coletar e analisar pelo menos dois programas de disciplinas ou atividades idênticas ou análogas àquelas que o estagiário irá ministrar;
2. Identificar, a partir do Diagnóstico Institucional do Estágio I, o perfil dos estudantes a que se dirige o programa;



3. Consultar a legislação pertinente (PCNs, o projeto político-pedagógico do curso, os regimentos escolares, etc.); e, verificar se o programa está em acordo com essa legislação;
4. Listar os temas a serem ministrados na disciplina, justificando cada um segundo os critérios de relevância epistemológica e social.

Estes dados devem ser registrados em um relatório e entregue ao docente da disciplina. Para esta atividade o estagiário deverá apresentar um documento com as seguintes informações:

A teoria envolvida em cada tema do Programa de Aula:

1. Os principais conceitos
2. Contextualização histórica
3. Principais influências
4. Principais críticas
5. Bibliografia (indicando, inclusive, onde a fonte pode ser encontrada).

Métodos didáticos:

1. Que os estudantes não podem deixar de saber ao fim da aula
2. Que recursos podem ser utilizados, levando-se em conta o contexto escolar levantado no Diagnóstico Institucional e na observação das aulas (exemplos da vida comunitária, notícias de jornal, músicas, filmes, etc.).
3. Como avaliar os estudantes.

Obs.: os dados sobre recursos e avaliação descritos acima não precisam ser apresentados ponto a ponto, podendo ser descritos em uma única seção, válida para o conjunto dos pontos.

3.2.1.3 Atividade de preparação III – Aulas práticas

A última atividade de preparação ocupa um lugar *sui generis* na estrutura da disciplina tanto pela avaliação especial a que está sujeita como pela participação de outros docentes. Trata-se do primeiro “ensaio geral”: o estagiário efetivamente ministrará aulas para o docente da disciplina, colegas da turma e eventualmente para convidados. Para essas aulas o estagiário deverá entregar planos de aulas específicos conforme as temáticas.



3.3 Avaliação

A nota do componente curricular, e conseqüentemente os critérios de avaliação, deverão estar centrados nos três elementos descritos abaixo:

1. O conjunto das Atividades de Preparação de I a III;
2. O Plano de Estágio;
3. A presença nos seminários de estágio II.

Os critérios de avaliação de cada um dos itens acima ficarão a cargo de cada docente. A título de sugestão, a nota poderá ser calculada pela média entre as notas: a) do conjunto das Atividades de Preparação (valendo dois pontos cada) e b) do Plano de Estágio. Ainda a título de sugestão, a nota poderá ser calculada a partir dos seguintes critérios:

1. Assiduidade na entrega dos relatórios
2. Respeito à norma culta da língua portuguesa
3. Cumprimento da tarefa proposta.

Dada à especificidade da prática das aulas, os temas dessa atividade poderão adotar os seguintes critérios:

1. Pontualidade
2. Postura
3. Domínio do conteúdo
4. Adequação e cumprimento do roteiro apresentado.

4. ESTÁGIO III

4.1 Introdução

Neste componente curricular o estudante realizará intervenções a partir dos conhecimentos e habilidades adquiridos nos semestres anteriores. Os encontros corresponderão a um componente curricular de 195 horas (13 créditos), sendo 45 teóricas e 150 de prática. Paralelamente à sua atuação como docente, será demandada do estudante uma reflexão crítica do seu processo de estágio culminando no memorial, de que constará o Diagnóstico Institucional, o Plano de Estágio e o conjunto dos documentos produzidos durante o Estágio III. O estudante devesa ministrar o mínimo de 20 horas/aula (da escola).



4.2 Seminários de Estágio III

Os Seminários de Estágio III devem ter uma periodicidade mínima mensal e neles o estagiário deverá relatar ao docente (a) o andamento das aulas em relação ao planejado. Esses encontros devem possibilitar as trocas de experiências entre os estagiários. Como parte da avaliação o docente deverá construir uma agenda com os estagiários, organizando o acompanhamento de, pelo menos, uma aula de cada estagiário, *in loco*.

4.3 Memorial

O memorial é o conjunto dos documentos elaborados pelo estudante ao longo dos estágios, juntamente com o relato de suas experiências em sala de aula. Além disso, deve constar do relatório final também o Relatório do Supervisor Externo, elemento crucial na avaliação do estagiário.

Deverá constar do memorial:

1. O diagnóstico institucional
2. O projeto de estágio
3. Comentário acerca dos resultados alcançados, bem como a narrativa da experiência.
4. Conclusões

Relatório do Supervisor (Anexo D) que deve ser entregue diretamente ao orientador, em envelope lacrado;

4.4 Avaliação

A nota do memorial será orientada pelos seguintes critérios:

1. Avaliação do Supervisor: 2,0 pontos
2. Avaliação dos estudantes: 1,0 pontos
3. Participação ao longo dos seminários: 2,0 pontos
4. Reflexão teórica: 2,0 pontos
5. Cumprimento da proposta de aula: 2,0 pontos
6. Aula observada “in loco”: 1,0 ponto.



Anexos

Anexo A: Carta de Apresentação

DE: Universidade Federal da Fronteira Sul Curso de Graduação em Ciências Sociais -
Licenciatura

Endereço

PARA: Nome do Diri-
gente Cargo:

Instituição:

Prezado Senhor(a)

Apresentamos por meio desta, NOME DO estudante, estudante regularmente matriculado no Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura nesta Universidade Federal da Fronteira Sul, para que possa exercer em sua instituição as atividades referentes aos Estágios Curriculares Supervisionados. Tais atividades terão uma duração de três semestres e serão exercidas nos termos dos regulamentos de estágio do curso e da universidade. Contamos com a colaboração de todos em sua instituição para que tudo possa sair como planejado, e colocamo-nos à disposição para dirimir qualquer dúvida e ajudar no que for necessário para que todos possamos nos beneficiar das atividades de nosso estagiário.

Aproveitamos ainda para solicitar a fineza de entregar ao estagiário a Carta de Aceite (anexa), e informar nossos contatos:

NOME

Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura e-mail institucional

NOME

Docente da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado I e-mail institucional

Telefone da Secretaria do Curso



Anexo B: Modelo de carta de aceite

DE: Nome do Dirigente

Cargo:

Instituição:

PARA Universidade Federal da Fronteira Sul

Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura

Endereço:

Prezados senhores,

Informo, através desta, a aceitação do estudante NOME DO estudante, como estagiário em nossa instituição. Declaro ainda que tenho conhecimento das regras constantes no Manual de Estágio acerca das atividades a ser realizadas nesta escola, inclusive das necessidades de registro audiovisual.

Assinado

Nome Cargo Instituição Endereço.



Anexo C: Modelo do Termo de Compromisso de Supervisor

DE: Nome do Dirigente

Cargo:

Instituição:

PARA Universidade Federal da Fronteira Sul Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura Endereço:

Prezados senhores,

Informo, através desta, a aceitação do estudante NOME DO estudante, como estagiário em nossa instituição. E a designação de NOME E CARGO DO SUPERVISOR, como supervisor de estágio nos termos apresentados no Manual de Estágio. Aproveito a oportunidade para encaminhar as informações de contato e formação do supervisor (vide verso).

Assinam diretor e supervisor

Verso:

Dados do Supervisor de Estágio Nome:

Endereço:

Telefones: E-mail:

Forma preferencial de contato:

Graduação: Curso/instituição/ano de conclusão

Pós-graduações: Curso/instituição/ano de conclusão



Anexo D: Relatório do supervisor

Prezado Senhor(a)

Por favor, preencha o relatório a seguir e em seguida encaminhe-o em envelope fechado à secretaria

Identificação

Nome do Estagiário

Nome da Escola Semestre Comparecimento

Número de aulas assumidas pelo estagiário:

Número de aulas efetivamente dadas pelo estagiário: Avaliação Supervisor Externo:

Por favor, descreva em linhas gerais a atuação do estagiário NOME DO ESTAGIÁRIO em sua instituição, focando especialmente.

Por gentileza, atribua uma nota de uma a dez para os seguintes critérios:

1. Assiduidade e Pontualidade
2. Dedicção às aulas Disponibilidade extra-aula
3. Integração à equipe escolar

Participação nas atividades oficiais da escola:

1. O questionário abaixo deverá ser preenchido por, pelo menos três estudantes da disciplina sem a presença do docente.

Dê ao docente da disciplina a nota de um a dez nos seguintes quesitos: Cumprimento do programa proposto:

Cordialidade no trato com os estudantes: Domínio do conteúdo:

Capacidade de comunicação:



Anexo E: Tabelas

Disciplina	Requisitos para a realização dos estágios	Requisitos de integralização de carga horária
Estágio I	<p>a) Ter cursado Sociologia I e II; Ciência política I e II; Antropologia I e II; Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação; Laboratório de prática em ensino I, II e III; Fundamentos psicológicos da aprendizagem e desenvolvimento; Sociologia da Educação. E estar cursando (Co-Requisitos): Laboratório de prática em ensino IV, Didática e Políticas Educacionais.</p> <p>b) Apresentar carta de aceite da escola/instituição onde fará o estágio</p>	<p>c) Apresentação dos relatórios parciais</p> <p>d) Participação nos seminários de estágio</p> <p>e) Entrega do Diagnóstico Institucional</p>
Estágio II	<p>f) Ter cursado a disciplina de Estágio I. Estar cursando as disciplinas de: Laboratório de prática em ensino V e, Educação especial e diversidade.</p> <p>g) Apresentar o Diagnóstico Institucional</p>	<p>a) Participação nos seminários de estágio</p> <p>b) Apresentação das Atividades de Preparação para o Estágio</p> <p>c) Apresentação do Projeto de Estágio</p> <p>d) Ministras aulas práticas</p>
Estágio III	<p>h) Ter cursado a disciplina de Estágio II; Sociologia III; Ciência Política III; Antropologia III.</p> <p>i) Apresentar Projeto de Estágio</p>	<p>a) Apresentar registro de frequência assinado pelo supervisor</p> <p>b) Apresentar Relatório Final</p>

Quadro 14 – Requisitos para realização de estágios e integralização de carga horária



Disciplina	Atividades desenvolvidas	Descrição
Estágio I	Relatórios Parciais	<ol style="list-style-type: none">1. Primeiras impressões2. O contexto da escola3. Infraestrutura escolar4. Estruturas e processos sociais5. A escola como lugar de pesquisa
	Seminários de Estágio	Seis encontros, um para discutir cada Relatório Parcial, e um para a apresentação da disciplina
	Diagnóstico Institucional	
Estágio II	Atividades de Preparação	<ol style="list-style-type: none">1. Observação de aulas2. Elaboração de Programa3. Levantamento teórico- metodológica4. Levantamento bibliográfico5. Aulas práticas
	Seminários de Estágio	Encontros para a apresentação das atividades desenvolvidas e trocas de experiências
	Projeto de Estágio	
Estágio III	Prática docente	Ficha de Frequência
	Relatório Final	<ol style="list-style-type: none">1. Memorial

Quadro 15 - Cronograma dos Estágios Curriculares Supervisionados



ANEXO II - REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Este dispositivo tem por objetivo regulamentar as Atividades de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Art.2º. Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado o conjunto componentes curriculares denominadas “Estágio Curricular Supervisionado I”, “Estágio Curricular Supervisionado II” e “Estágio Curricular Supervisionado III”.

Art. 3º. A denominação “Estágio Curricular Supervisionado” deste Regulamento interno corresponde ao “Estágio Obrigatório” do Regulamento de Estágio da UFFS, em conformidade com a classificação da Lei 11.788/2008.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art.4º. O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) será regido por este “Regulamento” e pelo “Manual de Estágio Curricular”.

Art.5º. O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura compreenderá 27 créditos, com carga horária correspondente a 405 horas, assim distribuídos:

Estágio I – 6 créditos, correspondendo a 90 horas;

Estágio II - 7 créditos, correspondendo a 105 horas;

Estágio III- 13 créditos, correspondendo a 195 horas.



Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado será realizado a partir da 7ª fase, compreendendo 27 créditos, com carga horária correspondente a 405 horas, assim distribuídos:

	Carga horária (em horas)			
	Total 405h	I - aulas teórico/práticas presenciais	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante
Estágio Curricular Supervisionado I	90h	30h	30h	30h
Estágio Curricular Supervisionado II	120h	45h	45h	30h
Estágio Curricular Supervisionado III	195h	45h	90h	60h

Parágrafo único: Será destinado, ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no local de estágio, conforme art. 3º, inciso II da Resolução 04/2018 – CONSUNI/CGAE 02 (dois) créditos semestrais por grupo de até 05 (cinco) estudantes matriculados.

Art. 7º. O Estágio Curricular Supervisionado compreende o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 8º. A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatória a todos os estudantes do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, deverá ocorrer de forma individual, nos termos descritos no Manual de Estágio.

Art. 9º. O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura tem por objetivos:

- I - Preparar o estudante para o desempenho de atividades docentes;
- II - Propiciar um contato crítico e reflexivo com o ambiente escolar; e
- III - Gerar um conjunto de dados sobre a escola que pode ser utilizado em pesquisa.



Art. 10. Constituem campo de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura as escolas de ensino médio com as quais haja convênios estabelecidos pela Divisão de Estágios da UFFS.

Art. 11. O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I - Diagnóstico da Escola

II - Preparação para pesquisa e docência

III - Atuação como docente e pesquisador.

Art. 12. Os projetos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade às especificações homologadas pelo respectivo Colegiado de Curso, conforme o Manual de Estágio.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONA- DO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 13. As atividades de planejamento e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo coordenador de estágio, pelo docente do componente curricular, pelos supervisores e pela divisão de estágios.

Art. 14. A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida pelo Coordenador de estágio, a ser designado pelo colegiado de curso.

Art.15. São atribuições do coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

I - definir, em conjunto com o Colegiado do Curso, encaminhamentos complementares de estágio para o curso;

II - definir, em conjunto com o corpo de docentes orientadores de estágio, os campos de estágio.

III - encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;

IV - fornecer informações necessárias aos docentes orientadores e aos supervisores externos;



V - convocar e coordenar, sempre que necessário, as reuniões com docentes orientadores e supervisores de estágio;

VI - apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;

VII - acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento, o Manual e demais normas aplicáveis; e

Art. 16. São atribuições do docente do componente curricular de estágio supervisionado.

I - coordenar as atividades didáticas ou de orientação referentes ao componente curricular.

II - fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento das atividades de estágio e o desempenho dos acadêmicos;

III - orientar os estagiários na elaboração dos relatórios e atividades de estágio;

IV - avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;

V - participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;

VI – acompanhar, quando necessário, os estagiários no campo de estágio;

Art. 17. A Divisão de Estágio assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que tange ao suporte burocrático, legal e logístico.

Art. 18. São atribuições da Divisão de Estágio:

I - conveniar instituições para estágios;

II - obter e divulgar, conjuntamente aos coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios;

III - fiscalizar as Unidades Concedentes de Estágio (UCE)

IV - emitir e arquivar Termos de Convênio e de Compromisso;



V - Fazer o registro e controle das Apólices de Seguro;

VI - arquivar relatórios e planos de atividades de estágio;

VII - emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados);

VIII - articular atividades de discussão teórico-prático e logística junto à Coordenação Acadêmica e os Coordenadores de Estágio dos cursos.

Art. 19. Os supervisores do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos dirigentes das instituições onde os estudantes realizarão o Estágio Curricular Supervisionado III, dentre os profissionais com formação na área do curso.

Art. 20. São atribuições dos supervisores:

I - orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;

II - informar ao docente orientador do Estágio Curricular Supervisionado III ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do acadêmico; e

III - avaliar o desempenho dos estagiários.

Art. 21. São obrigações do acadêmico estagiário:

I - entrar em contato com a entidade-campo na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação;

II - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

III - cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso, o Manual de Estágio Curricular Supervisionado e o que dispõe este Regulamento interno;

IV - respeitar os horários e normas estabelecidos na entidade-campo, bem como seus profissionais e estudantes;

V - manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

VI - cumprir as exigências do campo de estágio e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado.



SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO NO

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 22. A avaliação do estudante estagiário será realizada pelo docente do componente curricular de estágio (Estágios Curriculares Supervisionados I e II), e pelo supervisor (Estágio Curricular Supervisionado III).

Art. 23. Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá ter nota e presenças nos níveis estabelecidos pela UFFS para as demais disciplinas.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. Os casos omissos neste “*Regulamento de Estágio Curricular*” serão decididos pelo Colegiado de Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura do respectivo campus da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Art. 25. Este “*Regulamento de Estágio Curricular*” do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, bem como o “Manual de estágio” deverão passar por revisões periódicas, por uma comissão especialmente constituída para este fim pelo colegiado do curso.

Parágrafo Único: Quaisquer alterações propostas pela comissão deverão ser aprovadas pelo colegiado do curso antes de se integrar aos documentos regulatórios.

Art. 26. Este “*Regulamento de Estágio Curricular*” do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura do respectivo campus da Universidade Federal da Fronteira Sul entra em vigor após aprovação do PPC no âmbito da CGAE.



ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este dispositivo tem por objetivo regulamentar as Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Art. 2º. As ACCs do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura compreendem um conjunto de atividades extracurriculares, realizadas pelo discente na universidade ou em outro espaço formativo, nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura durante a sua permanência no curso, desde que afins à área de formação humanística e profissional.

Art. 3º. As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura serão integralizadas com 14 créditos, com carga horária correspondente a 210 horas, que poderão ser contabilizadas pelo quadro abaixo:

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 4º. As Atividades Curriculares Complementares do Curso Ciências Sociais - Licenciatura têm por objetivos:

- I. Permitir o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes;
- II. Atender ao princípio da flexibilidade, segundo o qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo;
- III. Complementar a formação do discente por meio da valorização da experiência extraclasse.



SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 5º Para contabilizar as horas de Atividades Curriculares Complementares, o estudante deverá apresentar os comprovantes de realização das atividades semestralmente, durante a realização do curso, obedecidos os prazos fixados no Calendário Acadêmico.

Parágrafo único: A tabela a seguir estabelece as modalidades de Atividades Curriculares Complementares bem como o total de horas para cada atividade e o máximo a ser contabilizado em cada uma delas:

Quadro 1 - Atividades Curriculares Complementares do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

Atividade complementar	Horas para cada atividade	Número máximo de horas
Frequência regular em curso de língua estrangeira (por semestre).	60	60
Iniciação científica (voluntária ou bolsa institucional por semestre).	100	100
Ministrante de oficinas, cursos, minicursos.	4	60
Monitoria e/ou tutoria, PIBID, PET, Residência Pedagógica (voluntária ou bolsa institucional por semestre).	100	100
Monitoria em eventos científicos.	4	20
Organização de eventos (Comissão Organizadora).	15	60
Participação em atividades artístico-culturais (recitais de poemas, mostra de fotografia, teatro, cinema, dança, música).	3	15
Participação em eventos, cursos, minicursos, palestras, oficinas.	2	80
Participação em grupo de estudos.	20	60
Projeto de extensão e cultura (voluntária ou bolsa institucional por semestre)	30	90
Representação estudantil (centro acadêmico, diretório estudantil, conselhos, colegiado do curso, comissões no âmbito da universidade por semestre)	15	60
Viagens de estudos	8	80



Quadro 2 - Equivalência em horas para publicações e comunicações em eventos.

PUBLICAÇÃO EM EVENTOS	Equivalência em horas de atividade	Número Máximo de horas
PUBLICAÇÕES - ANAIS		
RESUMOS		
Resumo em anais de evento local	4	
Resumo em anais de evento regional	6	
Resumo em anais de evento nacional	8	
Resumo em anais de evento internacional	10	
RESUMOS EXPANDIDOS (mais de 4 páginas)		
Resumo expandido em anais de evento local	6	
Resumo expandido em anais de evento regional	8	
Resumo expandido em anais de evento nacional	10	
Resumo expandido em anais de evento internacional	12	
ARTIGO COMPLETO		
Artigo em anais de evento local	10	
Artigo em anais de evento regional	12	
Artigo em anais de evento nacional	15	60
Artigo em anais de evento internacional	20	
PUBLICAÇÕES - LIVROS		
Capítulo	20	
PUBLICAÇÕES - PERIÓDICOS		
Artigo completo em periódico Qualis A1, A2, B1 e B2	30	
Artigo completo em periódico Qualis B3, B4, B5 e C	15	
Artigo completo em periódico não classificado	12	
COMUNICAÇÕES ORAIS		
Comunicação oral em evento local	6	
Comunicação oral em evento regional	8	
Comunicação oral em evento nacional	10	30
Comunicação oral em evento internacional	12	
APRESENTAÇÃO DE POSTER		
Apresentação de pôster em evento local	4	
Apresentação de pôster em evento regional	6	20
Apresentação de pôster em evento nacional	8	
Apresentação de pôster em evento internacional	10	



Art. 6º Os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares serão avaliados semestralmente, por comissão composta, preferencialmente, de 02 (dois) professores do curso, indicada pelo respectivo colegiado e instituída pelo coordenador do curso.

Art. 7º Após divulgação do Calendário Acadêmico, o estudante deverá protocolar na Secretaria Acadêmica o pedido de aproveitamento das ACCs munido de todos os comprovantes das atividades realizadas, em original e fotocópia.

Art. 8º Recebido e autuado pela Secretaria Acadêmica, o pedido será encaminhado à coordenação do curso que encaminhará ao presidente da comissão avaliadora para análise e validação das atividades curriculares complementares.

Art. 9º Após a análise, o presidente da comissão avaliadora encaminhará o resultado das avaliações à coordenação do curso que fará a homologação e lançará o registro dos resultados no sistema.

Art. 10. Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de ACCs, certificados, históricos escolares, declarações, certidões e atestados. Os documentos devem apresentar: nome do evento; temática; carga horária e data de realização; data de expedição do documento; carimbos ou outras formas de identificação da instituição promotora; assinatura dos responsáveis pela emissão dos documentos ou comprovante de autenticidade virtual do documento.

Art. 11. As atividades técnico-científico-culturais podem ser desenvolvidas em qualquer semestre letivo, no período regular de aulas ou no recesso escolar.

Art. 12. Não serão reconhecidas como atividades técnico-científico-culturais aquelas realizadas antes do ingresso no curso.

Parágrafo único: Nos casos de transferências interna e externa, retorno de graduado e de aluno abandono, a comissão avaliadora do curso analisará a documentação, com base neste Regulamento, desde que as atividades sejam realizadas na área de Ciências Sociais.

SEÇÃO IV

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTUDANTE



Art. 13. Cabe ao estudante realizar o pedido de validação das Atividades Curriculares Complementares junto à Secretaria Acadêmica, em prazo definido no calendário acadêmico da UFFS;

SEÇÃO V

Art. 14. Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo Colegiado de Curso;

Art. 15. Este regulamento entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis – CGAE.



ANEXO IV - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este dispositivo tem por objetivo regulamentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), quesito obrigatório para obtenção do diploma.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DA

ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

- I – Desenvolver e aprimorar habilidades e competências na construção científica da produção do conhecimento na área das Ciências Sociais e suas interfaces com a Educação.
- II – Propiciar espaços para a sistematização em forma de problema de pesquisa, de experiências, descobertas e *insights* vivenciados nas atividades de estágios e demais projetos de iniciação à docência.
- III – Reforçar a prática científica como elemento constitutivo do perfil do docente da educação básica.
- IV – Propiciar a articulação entre a formação teórica e prático-pedagógica com as metodologias e métodos de investigação da realidade social.



SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DA

ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º. O docente-orientador ou o coorientador devem ser do domínio específico do curso.

Art. 4º. A Atividade de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais deverá ser realizada a partir do sétimo semestre, correspondendo a 12 créditos dos componentes obrigatórios do curso, com carga horária igual a 180 horas, sendo assim distribuída:

- a) TCC I – 4 créditos, correspondendo a 60 horas, na 7ª fase,
- b) TCC II – 4 créditos, correspondendo a 60 horas, na 8ª fase,
- c) TCC III – 4 créditos, correspondendo a 60 horas, na 9ª fase.

Art. 5º. O Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem como seu pré-requisito os componentes curriculares Metodologia da Pesquisa Quantitativa e Metodologia da Pesquisa Qualitativa.

Art. 6º. O TCC do curso de Ciências Sociais será desenvolvido nas 7ª, 8ª e 9ª fases do curso e será ofertado como componente curricular obrigatório, obedecendo as seguintes etapas:

- a) TCC I – componente curricular da 7ª fase, será ministrado por docentes das quatro grandes áreas que organizam o PPC do curso de Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política, Educação e Sociologia. Esse componente curricular tem como objetivo contemplar saberes necessários à elaboração de projeto de pesquisa e subsidiar os estudantes na escolha de seus futuros orientadores. O resultado final do componente curricular é o projeto de pesquisa e a definição dos orientadores.
- b) TCC II – componente curricular da 8ª fase será desenvolvido por meio da dinâmica de orientações individuais, sendo que cada orientação corresponderá a um crédito de ensino na carga horária do docente. Como resultado final desse



componente, espera-se a aplicação das técnicas e métodos de pesquisa na coleta de dados em acordo com a problemática e objetivos de pesquisa definidos no TCC I.

c) TCC III – componente curricular da 9ª fase, ao final da qual o estudante deverá concluir o trabalho em formato de monografia, em acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS. É recomendado que o trabalho monográfico final tenha entre 50 a 70 páginas. Recomenda-se que o orientador do TCC III seja o mesmo do TCC II.

Art. 7º. Os componentes curriculares TCC II e TCC III serão acompanhados pela figura do coordenador de TCC:

- I. No TCC II ele terá como tarefa organizar junto aos docentes orientadores o seminário de apresentação dos TCCs em andamento, organizando cronograma e divulgação.
- II. No TCC III a figura do coordenador atua no processo de organização das bancas: organização do calendário de apresentação e na divulgação junto aos demais estudantes e colegas de curso.
- III. A atividade de coordenação de TCC deverá ser realizada por orientadores com orientandos no semestre e equivalerá um crédito da carga horária de ensino.

SEÇÃO IV

DO DOCENTE DE TCC

Art. 8º. Compete ao docente do Componente Curricular de Trabalho de Conclusão de Curso:

I. Relativo ao TCC I

- a) Coordenar encontros quanto à construção metodológica do TCC e socialização do projeto;
- b) Acompanhar os acadêmicos dirimindo dúvidas e auxiliando na elaboração dos projetos;



- c) Auxiliar os acadêmicos na sugestão de temáticas, de materiais disponíveis e encaminhamento aos orientadores;
- d) Encaminhar aos orientadores formulários para registro da presença e avaliação dos acadêmicos;
- e) Atribuir nota em conjunto com os orientadores;
- f) Fazer o registro no diário.

II. Relativo ao TCC III

- a) Elaborar calendários de atividades relativas ao TCC, principalmente na apresentação das monografias;
- b) Encaminhar aos orientadores formulários para registro da presença e avaliação dos acadêmicos;
- c) Orientar para o encaminhamento dos documentos à biblioteca referente ao TCC;
- d) Elaborar atas de aprovação de TCCs e encaminhá-las a secretaria de curso;
- e) Fazer o registro no diário.

SEÇÃO IV

DO ORIENTADOR DE TCC

Art. 9º. Os orientadores do Trabalho de Conclusão de Curso serão os docentes lotados nas diversas turmas do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II e III, cujo número de estudantes não pode passar de quatro por turma.

Art. 10. Compete ao docente-orientador de Trabalho de Conclusão de Curso

I – Relativo ao TCC I

- a) Orientar os acadêmicos na escolha do tema e na construção do projeto;
- b) Disponibilizar individualmente tempo para orientação de cada acadêmico;



- c) Atribuir nota em conjunto com o docente de TCC;
- d) Preencher os formulários de registro de presença e de avaliação dos acadêmicos;
- e) Participar quando solicitado da socialização dos projetos de TCC;

II – Relativo ao TCC II

- a) Orientar os acadêmicos na aplicação das técnicas e métodos de pesquisa na coleta de dados;
- b) Disponibilizar individualmente tempo para orientação de cada acadêmico;
- c) Atribuir nota em conjunto com o docente de TCC;
- d) Fazer o registro no diário.

III – Relativo ao TCC III

- a) Orientar os acadêmicos na análise dos dados e redação da monografia de TCC;
- b) Disponibilizar individualmente tempo para orientação de cada acadêmico;
- c) Fazer o registro no diário.
- d) Definir em conjunto com o estudante a composição da banca de TCC;
- e) Presidir as bancas de defesa dos TCCs dos acadêmicos que orientou;

SEÇÃO IV

DO ACADÊMICO DE TCC

Art. 11. São atribuições do acadêmico de TCC

I – Seguir as orientações e cumprir o cronograma de atividades do docente de TCC e do orientador;

II – Participar de todas as reuniões convocadas pelo docente do componente curricular, pelo orientador ou pelo coordenador do curso;



do curso;

III – Executar o projeto e elaborar a versão final do TCC;

IV – Cumprir os prazos de entrega;

V – Entregar três cópias do TCC, encadernado em espiral para a banca avaliadora;

VI – Comparecer no dia e hora determinados para apresentação do TCC para a banca;

VII – Entregar 01 cópia digital, do TCC, após as sugestões da banca, para a secretaria do curso para ser disponibilizado na Internet.

Parágrafo único: A entrega da versão final do TCC na Secretaria do Curso é requisito para a colação de grau.

SEÇÃO VI

DA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 12. A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso I será realizada pelo docente do componente curricular, por meio da avaliação do projeto de pesquisa e das atividades e etapas por ele definidas para a construção do projeto.

Art. 13. A avaliação do/a estudante no componente Trabalho de Conclusão de Curso II será realizada pelo docente orientador.

Art. 14. A avaliação do/a estudante no componente Trabalho de Conclusão de Curso III será realizada por uma banca composta pelo docente orientador e por mais dois docentes. Nessa etapa os estudantes serão avaliados em consideração aos seguintes critérios: adequação do trabalho final às normas científicas; coerência entre proposta de investigação, objetivos e a metodologia empregada; clareza teórico-conceitual; clareza e organização na apresentação oral.

Parágrafo único: em caso de trabalho ser coorientado fica facultado apenas a um dos dois (orientador ou coorientador) a composição da banca.



SEÇÃO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo Colegiado de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do *Campus* Chapecó.

Art. 16. Este regulamento entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis – CGAE”



ANEXO V – REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES

Para equivalência de componentes curriculares devem ser observadas as compatibilidades de conteúdo das ementas e de cargas horárias. A validação segue o que estabelece a Resolução Nº 08/2014 – CONSUNI/CGRAD e o Regulamento da Graduação da UFFS, instituído pela Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/CGRAD que em seu art. 92 trata do aproveitamento de conhecimentos prévios.

Art. 1º. Conferir equivalência entre os componentes curriculares abaixo relacionados, cursados com aprovação ou validados pelos estudantes na matriz 2010, e os componentes curriculares da matriz 2021.

Matriz 2010 (em extinção)			Matriz 2021		
Cód. Nº	Componente curricula	Créd.	Cód. Nº	Componente curricular	Créd.
GLA001	Leitura e produção textual I	4	GLA102	Leitura e produção textual I	2
GCH008	Iniciação à prática científica	4	GCH290	Iniciação à prática científica	4
GCH029	História da fronteira Sul	4	GCH292	História da fronteira Sul	4
GCH011	Introdução ao pensamento social	4	GCH291	Introdução ao pensamento social	4
GLA004	Leitura e produção textual II	4	GLA103	Leitura e produção textual II	4
GEX006	Estatística básica	4	GEX210	Estatística básica	4
GCH017	Sociologia I	4	GCH1388	Sociologia I	4
GCH020	Pensamento político moderno	4	GCH1390	Ciência política I	4
GCH021	Alteridade e etnocentrismo	4	GCH1389	Antropologia I	4
GEX002	Introdução à informática	4	GCH1454	Tópicos especiais em ciências sociais IV	4
GCS011	Meio ambiente, economia e sociedade	4	GCS238	Meio ambiente, economia e sociedade	4
GCH036	Sociologia II	4	GCH1391	Sociologia II	4
GCH094	Antropologia social e cultural	4	GCH1333	Antropologia II	4
GCH095	Pensamento político liberal e elitista	4	GCH1334	Ciência política II	4
GCS010	Direitos e cidadania	4	GCH1453	Tópicos especiais em Ciências Sociais III	4



Matriz 2010 (em extinção)			Matriz 2021		
Cód. N°	Componente curricula	Créd.	Cód. N°	Componente curricular	Créd.
GCH037	Sociologia III	4	GCH1394	Sociologia III	4
GCH096	Antropologia estrutural	4	GCH1392	Antropologia III	4
GCH097	Teorias políticas do século XX	4	GCH1393	Ciência política III	4
GCH487	Teorias da democracia I	4	GCH1396	Ciência política IV	4
GCS228	Introdução à economia	4	GCH1406	Introdução à economia	4
GCH012	Fundamentos da crítica social	4	GCH293	Introdução à Filosofia	4
GCH024	Fundamentos da educação	3	GCH839	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	4
GCH038	Sociologia IV	4	GCH1398	Sociologia IV	4
GCH098	Metodologia de ensino em Ciências Sociais	4	GCH1401	Laboratório de prática em ensino II - Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	4
GCH172	Estágio curricular supervisionado I	7	GCH837	Estágio curricular supervisionado I	6
GCH013	Didática geral	3	GCH833	Didática	4
GCH050	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	3	GCH838	Fundamentos psicológicos da aprendizagem e desenvolvimento	4
GCH099	Antropologia no Brasil	4	GCH1395	Antropologia IV	4
GCH100	Epistemologia das ciências sociais	4	GCH1431	Sociologia do conhecimento	4
GCH173	Estágio curricular supervisionado II	7	GCH1410	Estágio curricular supervisionado II	7
GCH101	Metodologia de pesquisa qualitativa	3	GCH1402	Metodologia da pesquisa qualitativa	4
GCH102	Metodologia de pesquisa quantitativa	3	GCH1403	Metodologia da pesquisa quantitativa	4
GCH175	Trabalho de conclusão de curso I	4	GCH1408	Trabalho de conclusão de curso I	4
GCH174	Estágio curricular supervisionado III	13	GCH1412	Estágio curricular supervisionado III	13
GCH104	Formação da sociedade brasileira	4	GCH1678	Sociologia V	4
GCH105	Pensamento social no Brasil	4			
GCH106	Ciência política no Brasil	4	GCH1400	Ciência política V	4
GCH176	Trabalho de conclusão de curso II	8	GCH1409	Trabalho de conclusão de curso II	4
			GCH1411	Trabalho de conclusão de curso III	4
GLA045	Língua brasileira de sinais (Libras)	4	GLA213	Língua brasileira de sinais (Libras)	4



Matriz 2010 (em extinção)			Matriz 2021		
Cód. N°	Componente curricula	Créd.	Cód. N°	Componente curricular	Créd.
GCH035	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	3	GCH840	Políticas educacionais	4
GCH294	Sociologia da educação	4	GCH1405	Sociologia da educação	4

Quadro 1: Componentes para validação por equivalência para nova matriz curricular do curso.

Art. 2º Para fins de registro, os componentes curriculares equivalentes da matriz 2010 àqueles integralizados na matriz 2021 passarão a constar nos históricos escolares dos estudantes do curso de Ciências Sociais, *campus* Chapecó, com a situação *CVE* – *Componente validado por equivalência*.

Parágrafo único. Nos casos em que está sendo utilizado mais de um componente curricular da matriz 2010 para validar um componente curricular da matriz 2021, será considerada a média ponderada para fins de registro da nota.

Art. 3º Os componentes curriculares da matriz 2010 listados no quadro abaixo, a critério do colegiado, poderão ser validados como carga horária optativa. Neste caso fica condicionado ao atendimento dos critérios estabelecidos pela Resolução 8/2014 – CONSUNI/CGRAD.

Código	Componente curricular	Créditos
GCS094	Economia brasileira	4
GCH104	Formação da sociedade brasileira	4
GEX001	Matemática instrumental	4

Quadro 2: Componentes para validação como optativas

O Processo [23205.029506/2021-32](#) altera a Tabela de Equivalência e a matriz curricular.

Na Matriz curricular o CCR GCH1406 Introdução à economia passa a ser optativo e GCH1678 Sociologia V passa a ser obrigatório.